

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FRONTEIRAS E DIREITOS HUMANOS**

KAREN ROBERTA MIRANDA DE SOUSA FALCÃO

**CONHECIMENTO TRADICIONAL ALIADO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A
BIOECONOMIA: O CASO DOS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE COSTA
MARQUES/RO**

DOURADOS – MS

2024

KAREN ROBERTA MIRANDA DE SOUSA FALCÃO

**CONHECIMENTO TRADICIONAL ALIADO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A
BIOECONOMIA: O CASO DOS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE COSTA
MARQUES/RO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Fronteiras e Direitos Humanos da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para obtenção do grau de Mestre em Fronteiras e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Thaisa Maira Rodrigues Held

DOURADOS - MS

2024

*Para Antônia,
minha razão para acreditar,
meu raio de Sol.*

AGRADECIMENTOS

Tudo que sou foi construído a muitos braços. Algumas pessoas foram essenciais para que eu alcançasse grandes voos profissionais, outras me deram todo amor e carinho necessário para que eu repousasse tranquilamente nos momentos de cansaço ou aflição. Existem ainda aqueles que conseguiram se fazer presentes nos dois momentos.

No decorrer deste parto, porque escrever uma dissertação muito se assemelha a dar vida a outra pessoa, já que serei para sempre responsável por tudo que escrevi nas próximas páginas, fui grata a muitas pessoas.

Primeiro devo agradecer a minha orientadora, Dra Thaisa, obrigada por me acolher e aceitar o desafio de me guiar nessa pesquisa tão importante. Agradeço ainda todo o corpo docente do programa, sem os ensinamentos interdisciplinares que pude acessar essa dissertação não alcançaria o resultado almejado.

Agradeço em nome da Dra Neiva Araujo meus professores de graduação por me incentivarem a continuar trilhando o caminho da pesquisa, especialmente ela, que me aconselhou a seguir o caminho da interdisciplinaridade que tem aberto inúmeras portas. Ainda, agradeço a Mestre Clara Adão, minha querida amiga e companheira de pesquisa, ela que me auxiliou nos momentos mais críticos com palavras acolhedoras e de incentivo.

Agradeço ainda a minha família. Minha mãe que lutou bravamente durante longos anos para me proporcionar o melhor que podia. Aos meus irmãos que são verdadeiros companheiros de estrada e que durante muito tempo compartilharam noites de estudo e de abdicção para que esse momento pudesse acontecer.

Agradeço ainda a minha querida base, a família que construí. Todos os dias desejo que o mundo seja melhor para vocês, poder contar com o apoio incondicional do meu marido Lucas e com o abraço aconchegante da minha filha Antônia, fizeram desses longos meses de pesquisa mais leves. Vocês são fonte inesgotáveis de inspiração, amor e desejo por um mundo melhor.

Por fim, agradeço a proteção concedida por todos meus guias espirituais, especialmente aos meus queridos pais de cabeça, Oxum e Oxossí e meu guardião Exú. A fé foi minha principal guia nesta pesquisa, honrar a matriz africana da Umbanda diz muito sobre meus últimos anos de foco na pesquisa e na escrita. Axé.

“A primeira condição para modificar a realidade
consiste em conhecê-la.”

Eduardo Galeano

RESUMO

A bioeconomia é uma forte aliada do desenvolvimento sustentável almejado para a região amazônica. Nesta pesquisa será abordada a importância do conhecimento tradicional associado para o desenvolvimento de cadeias de valor vinculadas a bioeconomia. Não bastando, serão apontados os principais desafios para que essa mudança de paradigma se concretize e como as populações quilombolas já estão avançadas no processo de mudança das perspectivas econômicas na floresta amazônica.

Palavras-Chave: Bioeconomia; Desenvolvimento Sustentável; Amazônia; Quilombolas;

ABSTRACT

The bioeconomy is a fort allied of the sustainable development desired for the Amazon region. In this research, the importance of associated traditional knowledge for the development of value chains linked to the bioeconomy will be addressed. Not only that, but the main challenges for this paradigm shift to take place will be pointed out and how quilombola populations are already advanced in the process of changing economic perspectives in the Amazon rainforest.

Keywords: Bioeconomy; Sustainable Development; Amazon; Quilombolas

LISTA DE SIGLAS

ADCT - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias

ASQFORTE - Associação Quilombola do Forte

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

COP - Conferência das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISO - Organização Internacional de Normas

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MPF - Ministério Público Federal

ONG - Organizações Não-Governamentais

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

POM - Políticas Orientadas por Missões

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC - Unidade de Conservação



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR KAREN ROBERTA MIRANDA DE SOUSA FALCÃO, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FRONTEIRAS E DIREITOS HUMANOS, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "FRONTEIRAS E DIREITOS HUMANOS".

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada **"Conhecimento Tradicional aliado ao Desenvolvimento Sustentável e a Bioeconomia: O caso dos quilombolas do município de Costa Marques/RO"**, apresentada pela mestrande Karen Roberta Miranda de Sousa Falcão, do Programa de Pós-graduação em Fronteiras e Direitos Humanos, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.^a Dr.^a Thaisa Maira Rodrigues Held/UFGD (presidente/orientadora), Prof. Daniel Sebastian Granda Henao (membro titular interno), Prof. Dr. Jeferson Alberto de Lima/UNIR (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer à candidata e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após a candidata ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido a candidata considerada **APROVADA**. A Presidente da Banca atesta a participação dos membros que estiveram presentes de forma remota, conforme declarações anexas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 06 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br THAISA MAIRA RODRIGUES HELD
Data: 09/02/2024 19:30:17-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Thaisa Maira Rodrigues Held
Presidente/orientadora
(Participação Remota)

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIEL SEBASTIAN GRANDA HENAO
Data: 09/02/2024 12:03:33-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Prof. Daniel Sebastian Granda Henao
Membro Titular Interno
(Participação Remota)

Documento assinado digitalmente
gov.br JEFERSON ALBERTO DE LIMA
Data: 09/02/2024 16:25:49-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Prof. Dr. Jeferson Alberto de Lima
Membro Titular Externo
(Participação Remota)

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

ATA HOMOLOGADA EM: ____/____/____, PELA PROPP/ UFGD.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F185c Falcão, Karen Roberta Miranda De Sousa
CONHECIMENTO TRADICIONAL ALIADO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
E A BIOECONOMIA: : O CASO DOS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE COSTA
MARQUES/RO [recurso eletrônico] / Karen Roberta Miranda De Sousa Falcão. -- 2024.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Thaisa Maira Rodrigues Held.
Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos)-Universidade Federal da Grande
Dourados, 2024.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Bioeconomia. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Amazônia. 4. Quilombolas. I. Held, Thaisa
Maira Rodrigues. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1: Mapa de localização do município de Costa Marques dentro da Amazônia Legal	36
Mapa 2: Unidades de Conservação situadas no Município de Costa Marques em Rondônia	46
Mapa 3: Avanço do desmatamento no Município de Costa Marques em Rondônia em 2000	47
Mapa 4: Avanço do desmatamento no Município de Costa Marques em Rondônia em 2020	65
Mapa 5: Avanço dos requerimentos para pesquisa e para exploração minerária no Município de Costa Marques em Rondônia	65
Mapa 6: Áreas de Proteção Ambiental nos entornos do município de Costa Marques – RO	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A RELAÇÃO DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA BIOECONOMIA COM A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EM RONDÔNIA.....	22
2.1 MAPEAMENTO DE CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO COMO GÊNESE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA BIOECONOMIA	29
2.2 A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E O USO SUSTENTÁVEL EM RONDÔNIA.....	35
3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES EM RONDÔNIA.....	39
3.1 A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES E O APAGAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA	41
3.2 AS SINGULARIDADES GEOGRÁFICAS E SUA INFLUÊNCIA NAS POTENCIALIDADES E NOS DESAFIOS DOS MUNICÍPIOS DE COSTA MARQUES	46
3.3 O PROCESSO DE RESISTÊNCIA DOS QUILOMBOLAS EM COSTA MARQUES E A INFLUÊNCIA DE SUA CULTURA NA COMPOSIÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO.....	54
4 OS IMPACTOS GERADOS ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES EM RAZÃO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.....	66
4.1 OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELAS ATIVIDADES NOCIVAS AO MEIO AMBIENTE ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE COSTA MARQUES	72
4.2 A PERDA DE OPORTUNIDADE ECONÔMICA CAUSADA PELAS ATIVIDADES NOCIVAS AO MEIO AMBIENTE QUE ESTÃO GANHANDO ESPAÇO EM COSTA MARQUES	77
4.3 OS LIMITES APRESENTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA ECONOMIA PAUTADA APENAS EM ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS	81
5 OS EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESPAÇO LOCAL E AS OPORTUNIDADES DA INTEGRAÇÃO DA BIOECONOMIA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES	88
5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES EM RONDÔNIA.....	93
5.2 NOVAS ATIVIDADES QUE PODERIAM SER IMPLEMENTADAS NA REGIÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	96
5.3 COMO OS TRÊS SETORES DA SOCIEDADE PODEM ATUAR NO DESENVOLVIMENTO DA BIOECONOMIA NA REGIÃO DE COSTA MARQUES	103
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
7 REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

A utilização e ocupação da região brasileira conhecida como Amazônia Legal¹ mostra-se emergente desde a Ditadura Militar, quando houve um plano de integração da região com um foco especial na segurança nacional. Entretanto, no decorrer dos anos, o plano de desenvolvimento da região foi sofrendo alterações, essas sempre em consonância com os interesses de atores políticos nacionais e internacionais (Souza, 2019).

Como marcos de desenvolvimento da região, tem-se a implementação da Zona Franca de Manaus, um complexo industrial no coração da Amazônia. Embora a Zona Franca esteja situada em um local estratégico, suas atividades não estão vinculadas aos produtos extraídos da floresta, tampouco ao desenvolvimento tecnológico e busca por inovação desses produtos. Outras mudanças vistas como progresso regional foram as instalações de projetos de infraestrutura, como as usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas, construção de rodovias e concessões para exploração de *commodities* (Souza, 2019), todos essencialmente ligados à exploração das riquezas naturais da região, mas desvinculados do desenvolvimento sustentável debatido.

Contudo, mesmo com os incentivos para o povoamento e desenvolvimento da região, ele não aconteceu de maneira uniforme. Alguns fatores contribuíram para a discrepância entre as cidades menores e os grandes centros, tais como a extensão do território amazônico, suas peculiaridades em razão da vasta floresta tropical ainda pouco estudada e a dificuldade de acesso a alguns lugares remotos com presença humana.

Outro importante fator é o distanciamento que existe entre a realidade amazônica e as políticas públicas desenvolvidas na região. Como prova desse descaso tem-se o Parque Industrial de Manaus, com produção completamente destoante da realidade em que está inserido, ficando evidente que até o momento os projetos e programas não foram bem definidos para a Amazônia em razão da falta de política estratégica vinculada ao patrimônio natural da região.

Assim, a Amazônia brasileira possui grandes centros, como a Zona Franca de Manaus e a cidade de Belém, e um alto grau de vulnerabilidade na maioria das cidades que compõem a região. Essa observação é bem ilustrada pelo percentual de 98,5% dos municípios amazônidas terem condições de vida piores do que as demais regiões do Brasil, sendo esses

¹ A denominação do espaço amazônico brasileiro como Amazônia Legal foi criada no início da década de 50 pela Lei nº 1.806/53. A norma estabelecia que a Amazônia brasileira passasse de um conceito estritamente geográfico para uma perspectiva política. Buscava-se com a atualização legislativa melhorar as políticas públicas e o planejamento de desenvolvimento para a região (ARAUJO; MORET, 2016).

índices explicados pela composição econômica e social ser fortemente marcada pelo desmatamento, uso extensivo de recursos naturais e conflitos sociais (Abramovay, 2019), decorrentes em grande parte pelas atividades ilegais desenvolvidas na região.

Essas características contribuem para a baixa dos indicadores de qualidade de vida, tais como acesso à saúde, saneamento básico, educação e lazer, sendo essa falta de acesso preexistente potencializada pelos fluxos migratórios nas estações propícias para o extrativismo minerário e madeireiro. Percebe-se que o *boom* populacional, gerado em áreas ricas em recursos naturais ou que passam por construções de projetos de infraestrutura como hidrelétricas e rodovias, desencadeia altos índices de violência e falta de infraestrutura (saúde, educação, saneamento básico, segurança) para receber essa população, o que atua na queda da qualidade de vida dos moradores locais e dos moradores sazonais (Cardia, 2018; Sales; Mathis, 2015; Piquet, 1998).

A realidade da macrorregião amazônica se repete em Rondônia de forma ainda mais preocupante. Em função da forte influência agropecuária e da extração ilegal de madeira e de minérios, há riquezas obtidas ilegalmente e concentradas apenas nas mãos daqueles que executam as atividades ilegais e consequentemente também são os mais afortunados do Estado, o que acaba ocultando o empobrecimento das populações mais vulneráveis, principalmente para as lideranças políticas.

Esse processo de apagamento das comunidades tradicionais reflete na falta de priorização das políticas públicas, visto que não há nenhuma preocupação sistêmica quanto ao acesso a direitos básicos. Não bastando, os impactos gerados pelas atividades de degradação do meio ambiente também impactam nos mais diversos âmbitos como saúde, educação e segurança, muito embora não sejam efetivamente observados pelas lideranças políticas no momento de seleção de políticas públicas.

Mesmo em Rondônia há regiões em que o Estado é ainda menos atuante, especialmente pela dificuldade de acesso ou pela baixa população. Em medida contraposta, essas regiões esquecidas são as que mais carecem de incentivo para o desenvolvimento de uma economia de conhecimento da natureza e valorização das comunidades tradicionais, como é o caso da região fronteira de Costa Marques.

Diante do conhecimento teórico e prático das dificuldades vivenciadas pelas populações amazônicas como a comunidade de Costa Marques que sofre com a falta de infraestrutura e os altos índices de violência, também pelo avanço da fronteira agropecuária e extrativista pautada na destruição da biodiversidade, surge a necessidade de buscar bases

econômicas alternativas daquelas ligadas ao ganho a qualquer custo da economia predatória do capitalismo.

Desse modo, a dissertação visa trazer para o centro do debate a viabilidade do conhecimento de comunidades tradicionais associado a bioeconomia como alternativa para o desenvolvimento sustentável da região de Costa Marques, em Rondônia, delimitação espacial que será melhor explorada no decorrer do texto.

Embora os teorias como a bioeconomia de Georgescu-Roegen, que escreveu sobre o assunto em 1971 e é reconhecido como criador do termo, e desenvolvimento sustentável de Ignacy Sachs estejam em alta como alternativas para alcançar os objetivos firmados para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, eles já são bastante antigos frente a sua popularidade tão jovial e a dificuldade de implementação dentro da realidade predatória e capitalista vivenciada no mundo, aspectos que serão trazidos durante a pesquisa.

Uma boa forma de demonstrar a história que permeia os termos desenvolvimento sustentável e, principalmente, bioeconomia, é o estudo e o mapeamento dos costumes e do conhecimento das comunidades tradicionais. É sabido e foi muito bem abordado durante a Conferência das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas (COP26) no discurso da indígena Txai Suruí² que o conhecimento tradicional convive em harmonia com os ciclos da natureza e com a conservação da biodiversidade.

O discurso apresentou uma perspectiva indígena, em razão das raízes da Txai Suruí, mas o estado da arte aponta que todos os povos tradicionais possuem saberes ligados à natureza e compatíveis com o desenvolvimento sustentável. Os povos quilombolas, em especial, possuem uma cosmovisão alinhada à natureza, em que se observa baixo impacto ambiental.

Antônio Bispo dos Santos (2023) propõe que o conceito de desenvolvimento sustentável seja substituído por biointeração, afirmando que os terreiros e roças quilombolas são marcados por uma confluência de saberes orgânicos que têm uma profunda relação de envolvimento com a natureza, e não des-envolvimento. Assim, em função da formação social e geográfica da cidade de Costa Marques, o estudo será vinculado, principalmente, às comunidades quilombolas e seus saberes ancestrais.

Ao desenvolver a teoria da bioeconomia e do desenvolvimento sustentável à luz dos conhecimentos tradicionais, o trabalho apresenta maneiras de coexistência da sustentabilidade ambiental e social em um mesmo território. Assim, a pesquisa contará com a perspectiva de

² Em 2 de novembro de 2021, durante a COP26, em Glasgow, a indígena Txai Suruí discursou, é possível acessar seu discurso no seguinte site eletrônico: [Txai Suruí – Discurso na COP26 \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=UxaiSuruí).

desenvolvimento sustentável a partir dos saberes e das práticas das comunidades quilombolas de Forte Príncipe da Beira e de Santa Fé, as quais convivem e conhecem os ciclos da floresta amazônica na região de Costa Marques desde o Brasil Colonial.

Todo conhecimento adquirido e aperfeiçoado no decorrer dos anos será utilizado na perspectiva de um desenvolvimento sustentável e incluyente, como mencionado por Sachs (2009), com impactos positivos na preservação ambiental, na qualidade de vida dos povos locais e em sua economia. Sendo complementar para esse conceito, o estabelecimento de uma nova análise de economia.

Esse processo de reconhecimento de danos irreversíveis e da necessidade de uma visão holística do meio ambiente pela ciência promoveu uma verdadeira reestruturação da economia. Preocupação ambiental debatida apenas recentemente pela população imersa no capitalismo, especialmente entre os economistas, mas que já é uma realidade geracional entre as comunidades tradicionais, que seja por conhecimento da natureza, seja por crenças e costumes, reconhecem a importância do meio ambiente na perpetuação e manutenção da vida.

Quando finalmente nasceu a preocupação entre os economistas com os efeitos no consumo exagerado provocado pelo capitalismo surgiu a linha teórica da economia ecológica. Essa perspectiva prevê como necessária uma ligação entre a ecologia e a economia, uma vez que “as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a esse caminho” (Sachs, 2009, p. 60).

Nessa linha teórica, de envolvimento da economia e da ecologia, Nicholas Georgescu-Roegen fundou uma nova ideia de economia: a bioeconomia. Sendo ela vinculada ao campo teórico da economia ecológica, é utilizada, ainda que sem reconhecimento do termo, milenarmente, no cotidiano das comunidades tradicionais, mas uma verdadeira novidade para ciência econômica que precisou de números alarmantes de perdas ambientais e prejuízos incalculáveis a curto prazo para reconhecer a necessidade de mudanças no paradigma econômico.

Sendo inegável a existência de efeitos negativos ao meio ambiente da economia vinculada ao crescimento máximo, consequências bem abordadas pela teoria do desenvolvimento sustentável e da bioeconomia, o trabalho estudará como a baixa qualidade de vida na Amazônia, mesmo ligada a uma área rica em biodiversidade, pode ser superada por meio da valorização do conhecimento tradicional e da implementação de técnicas de desenvolvimento sustentável pautadas na bioeconomia.

Em virtude da imensidão da floresta amazônica, não é possível abordar toda sua área, justamente por se tratar de um espaço extremamente heterogêneo, seja pelos povos que o habita, seja pelos diversos relevos e diferenças ambientais do bioma. Desse modo, a pesquisa contará com uma delimitação geográfica, o município fronteiriço de Costa Marques, em Rondônia.

Apesar de utilizar o município como limite para busca de alternativas para impulsionar a bioeconomia na região amazônica, essa delimitação não impede que os exemplos levantados sejam utilizados em outras áreas com características similares. O clima, a fauna, a flora e os ciclos naturais podem ser parecidos em várias microrregiões que compõem a Amazônia, o que possibilita o uso da presente pesquisa como basilar para que sejam efetivados com as necessárias adaptações às singularidades que devem ser respeitadas e valorizadas de cada um desses locais.

A escolha do município de Costa Marques como delimitação geográfica se justifica a partir de algumas características observadas. A cidade é banhada pelo Rio Guaporé, responsável pela fronteira natural entre o Brasil e o país vizinho, a Bolívia. O município ainda conta com características singulares do restante da região, como a baixa densidade demográfica, de apenas 2,74 habitantes por quilômetros quadrados, bem menor do que o restante das cidades banhadas pelo Rio Guaporé, tendo uma população estimada de 18.798 munícipes (IBGE, 2021).

Outro ponto peculiar é o baixo índice de emprego formal, apenas 5,7% dos habitantes de Costa Marques estão fora do mercado informal e, portanto, com direitos trabalhistas e previdenciários respeitados. O restante da população encontra-se em subempregos ou no mercado de trabalho não regulamentado. Essa informalidade contribui para o posto de cidade com o menor PIB *per capita* da região com o montante de apenas R\$12.809,70 e rendimento médio de 1,8 salários mínimos (IBGE, 2021).

Outro fator de influência pode ser o índice de população negra do município em função dos quilombos. Dados objetivos sobre o tema demonstram que há uma maior concentração dos negros em atividades precárias e com menor proteção social. Também relaciona-se a desigualdade educacional, visto que há uma segregação em relação aos postos de trabalho de qualidade e com maiores rendimentos. Faces essas de uma mesma moeda, a discriminação racial, visto que o índice municipais são elevados, e diretamente proporcionais, o aumento da linha da pobreza a medida que o município possui maior taxa de negros em sua composição (Pinheiro; Soares, 2018).

Apesar das características de toda a população serem relevantes para o trabalho, a pesquisa priorizará as características socioeconômicas dos dois quilombos do município, o Santa Fé e o Forte Príncipe da Beira. A economia local do município, desde a queda do ouro, é impulsionada pela agricultura, pecuária, pesca e turismo, sendo o turismo uma das principais atividades desenvolvidas pelos quilombolas.

O turismo impulsionado pelos quilombolas é vinculado à exploração das belezas naturais que envolvem o Rio Guaporé, como o Festival de Praia e o Campeonato de Pesca que acontecem em setembro, festas culturais como o Divino Espírito do Santo e o acompanhamento da desova das tartarugas. Não bastando, relaciona-se com a visita à edificação mais antiga de Rondônia, o Real Forte Príncipe da Beira, construção do século XVIII que visava afastar invasões espanholas, durante o período de colonização momento que a região da cidade era estratégica devido à fronteira com a Bolívia e à riqueza mineral explorada (Moss; Moss, 2007).

A partir do limite geográfico e da composição social do município que será trabalhado, bem como, as teorias norteadoras da pesquisa, quais sejam, a bioeconomia como uma linha da economia ecológica que favorece atividades que possuem como essência uma baixa influência no complexo sistema da natureza, sendo, portanto, aliada do desenvolvimento sustentável, emerge a seguinte problemática: como a bioeconomia aliada aos conhecimentos tradicionais dos povos quilombolas que vivem no município de Costa Marques em Rondônia pode influenciar na valorização e conservação da biodiversidade e no processo de desenvolvimento sustentável da região Amazônica?

A partir da questão norteadora, a pesquisa tentará confirmar ou falsear três hipóteses que emergem de sua análise, quais sejam: a agenda ativa da bioeconomia na Amazônia influencia positivamente no desenvolvimento sustentável e na qualidade de vida dos povos quilombolas que vivem em Costa Marques; as restrições de infraestrutura, a desvalorização do conhecimento endógeno dos povos tradicionais e a falta de investimento em formações para auxiliar na inovação da economia da região impõem limites ao desenvolvimento sustentável local de Rondônia; e a bioeconomia é uma alternativa de desenvolvimento rentável para os povos quilombolas que vivem na Amazônia.

Desse modo, o trabalho tem como objetivo principal demonstrar a viabilidade socioeconômica da valoração dos conhecimentos tradicionais associados a uma agenda de desenvolvimento sustentável pautada na bioeconomia para a região amazônica. Sendo necessário, para isso, passar pelos objetivos específicos que dão vida aos capítulos deste trabalho, quais sejam: apresentar as teorias de desenvolvimento sustentável e de

bioeconomia que baseiam as discussões empíricas, especialmente de preservação ambiental do estado de Rondônia; caracterizar o espaço territorial que delimitou o estudo por meio de observações culturais, sociais, econômicas, políticas e geográficas; demonstrar os impactos das atividades nocivas ao meio ambiente para a economia, cultura e sociedade do município base e, por fim, listar quais atividades econômicas coadunam com os ciclos da natureza e como o conhecimento tradicional contribui para o desenvolvimento sustentável da região, caso seja valorizado.

Para alcançar o objetivo do trabalho e reconhecer a veracidade ou falseamento das hipóteses, a investigação empírica se valerá de conceitos que serão alvo da pesquisa, ou seja, da operacionalização das variáveis em jogo (Coutinho, 2014, p. 75). Dessa maneira, por se tratar do estudo de uma forma alternativa de desenvolvimento econômico e social de uma região, será levada em consideração como caráter objetivo para a análise indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Infelizmente, não foi possível ir a campo, em função da pandemia da COVID-19 que estava em voga no momento esperado para a coleta de dados, o que não será visto como um empecilho, mas como uma oportunidade na busca de aprofundar ainda mais o estudo sobre a área nos próximos trabalhos.

O IDH é aferido pelo levantamento de dados quanto a geração de empregos, distribuição de renda e sua influência na fixação ou migração da população. Outro fator que é levado em consideração são as atividades principais e complementares que são desenvolvidas pela população do município de Costa Marques, sendo que os dados serão verificados com especial atenção às mesmas métricas em relação aos quilombolas que vivem nos quilombos de Forte Príncipe da Beira e Santa Fé.

Também, será analisado o nível de dependência da população das atividades extrativistas e nocivas ao meio ambiente, a influência dessas atividades nas comunidades quilombolas de Santa Fé e Forte Príncipe da Beira e o nível de influência que os quilombolas possuem ou não nas políticas públicas adotadas. Ainda, será aferida a influência da zona de fronteira na criação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, apresenta também quais os fatores sociais, políticos e econômicos que dificultam o desenvolvimento de uma agenda diferente da existente para a economia de primeiro setor em Rondônia. Esbarrará nesse processo na influência que os beneficiados pela atual agenda agropecuária exercem localmente, assim como do possível apagamento das populações quilombolas do município e das suas necessidades.

A partir da análise de todos esses pontos será possível confirmar ou falsear a hipótese de que as restrições de infraestrutura, valorização do conhecimento endógeno e busca de

formação inovativa da região impõem limites ao desenvolvimento sustentável local de Rondônia e na melhoria da qualidade de vida das populações quilombolas.

Em contrapartida, levando em consideração os resultados obtidos com projetos pilotos de desenvolvimento da agenda da bioeconomia em Rondônia, como o caso da AmazoniAtiva, será possível prever se a capacitação de atores locais para uma nova forma de economia e de desenvolvimento proporcionará avanços positivos ou não na região. Com a observação de projetos pilotos também será possível considerar se a bioeconomia é uma forma de vida rentável para os povos da floresta, especialmente para os quilombolas.

Desse modo, com o auxílio da teoria de Nicholas Georgescu-Roegen e da observação dos povos quilombolas que vivem no município de Costa Marques, o trabalho conseguirá falsear ou confirmar a hipótese vinculada a oportunidades de desenvolvimento sustentável pautado na bioeconomia para a Amazônia, especialmente no território delimitado.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa de demonstrar a viabilidade socioeconômica da valoração dos conhecimentos tradicionais associados a uma agenda de desenvolvimento sustentável pautada na bioeconomia para a Amazônia, a dissertação será dividida em quatro capítulos.

O primeiro, atentar-se-á a discussão teórica vinculada ao desenvolvimento sustentável e a bioeconomia, assim como a relação dessas teorias com o conhecimento tradicional associado de uma localidade na prática, perpassando pelas medidas adotadas pelo Estado de Rondônia para preservação de sua biodiversidade. O segundo, abordará a caracterização política, social, econômica e geográfica do município de Costa Marques, em Rondônia, com uma atenção especial às características vinculadas aos negros quilombados na área do município.

O terceiro capítulo discorre sobre os impactos socioeconômicos das atividades nocivas ao meio ambiente, evidenciadas na área de Costa Marques. Trata sobre o desmatamento e queimada para criação de pastagens e monocultura de soja, além da pesca predatória. Para isso, descreve os efeitos dessas atividades na geração de conflitos sociais em face das comunidades quilombolas, bem como, as características limitantes que essas atividades impõem às atividades econômicas e culturais desenvolvidas pelas comunidades tradicionais da localidade.

A quarta etapa, por sua vez, aborda quais as oportunidades que a integração da bioeconomia pode oferecer para o desenvolvimento sustentável local. Entre os efeitos positivos tem-se o combate à pobreza dos quilombolas do município de Costa Marques. Para isso, irá apontar quais são as atividades que estão sendo desenvolvidas pelos quilombos, ou

poderiam ser desenvolvidas, que podem ser enquadradas em inovações bioeconômicas. Não obstante, o capítulo ainda trará uma análise da mudança de postura que deve ser almejada pelo terceiro setor, pelo governo e pelo mercado para que as mudanças se tornem perenes e significativas, assim como o efeito da globalização nesse processo.

Diante de todo esse caminho que será trilhado pela pesquisa científica, entende-se como necessária uma metodologia, ou seja, “estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para fazer ciência” (DEMO, 2018, p. 11). Dessa forma, utilizará o gênero metodológico para alcançar o objetivo geral, trabalhando o processo de apresentação do município delimitador com o uso de critérios objetivos, como os dados disponibilizados no IBGE Cidades, além de utilizar da descrição para apresentar tais características.

A dissertação utilizará de várias técnicas de pesquisa. Especialmente nos dois primeiros capítulos, vai se valer de pesquisas bibliográficas em livros, dissertações, teses, bases de dados, periódicos, jornais, revistas e site acadêmicos da região, assim como conteúdos audiovisuais. Quanto aos documentos técnicos, além dos acadêmicos, utilizará também documentos jurídicos, como o termo de ajuste de conduta disponibilizado pelo Ministério Público Federal (MPF) a respeito do conflito existente entre o quilombo Forte Príncipe da Beira e o Exército, que versem sobre os conflitos sociais existentes no território delimitado para pesquisa. O trabalho também utilizará de dados disponíveis em sítios eletrônicos governamentais e particulares, tais como o sítio do Ministérios, ‘Mapa de conflitos’ da Fundação Oswaldo Cruz, Amazônia 4.0 e FAS Amazônia.

Por utilizar de dados matemáticos e objetivos para traçar quais seriam os melhores métodos de desenvolvimento econômico da região para valorização do conhecimento tradicional associado e da biodiversidade, há uma abordagem quanti-qualitativa. Pela riqueza descritiva e de realidade observada por meio do uso de notícias, documentários e plataformas mutáveis, será apresentada uma localidade dentro do contexto e complexidade em que está inserida. Para isso valerá-se do conhecimento empírico e exploratório angariados por imagens de satélites, artigos e notícias regionais que apresentam os impactos gerados pelas atividades ambientalmente degradantes, assim como os conflitos sociais decorrentes delas.

Por último, apresentará os limites e as oportunidades para bioeconomia por meio de um mapeamento de plataformas *e-commerce*, projetos acadêmicos e projetos de empreendedorismo do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), além da organização social para festividades, o que possibilitará a listagem de cadeias de sociobiodiversidade da região que são vinculadas às comunidades quilombolas.

O método de abordagem será o hipotético-dedutivo (Lakatos; Marconi, 2019, p. 65) visto que a pesquisa partirá de uma problemática a respeito do desenvolvimento predatório da Amazônia para, por meio de tentativas (conjecturas, hipóteses e teorias), buscar a melhor alternativa para o desenvolvimento sustentável da região, haja vista a valorização das comunidades tradicionais e a grande biodiversidade que a região hospeda.

Pela delimitação do município e da comunidade tradicional desta localidade, visto a busca por um estudo facilitado e estabelecimento de um padrão, há o uso do procedimento monográfico. Isso porque, apresentando as características do município, sejam elas ambientais, políticas, econômicas ou sociais, o trabalho tentará estabelecer uma generalidade para aplicação das hipóteses de desenvolvimento sustentável para a região, mesmo que na prática essa generalização tenha que se adaptar a circunstâncias ambientais diversas, assim como especificidades sociais.

A utilização do método de procedimento tipológico, acontecerá na medida que for estudada a realidade posta pelas circunstâncias sociais, geográficas, políticas e econômicas do município e do povo quilombola nele situado. Só então será possível listar, com base em artigos, teorias acadêmicas, exemplos práticos de outras localidades e outros povos, quais os potenciais e os limites que aguardam a implementação de cadeias produtivas e de sociobiodiversidade para o território e o povo que foi delimitado.

Em que pese seja um assunto que frequentemente não interessa aos estudantes de áreas como o Direito, a interdisciplinaridade permite alçar vãos para além do mundo jurídico. O presente trabalho deseja externar a vida e a paixão daqueles que sobrevivem nos cantos mais remotos da Amazônia em busca de qualidade de vida aliada à proteção ambiental, por isso, não deixe de entender a teoria, mas prepare-se para se deliciar com o que é perceptível apenas por aqueles que amam a natureza e suas dádivas.

2 A RELAÇÃO DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA BIOECONOMIA COM A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EM RONDÔNIA

O primeiro capítulo deste trabalho tem como objetivo apresentar as teorias que permeiam os conceitos de desenvolvimento sustentável e de bioeconomia e como elas se relacionam com a preservação ambiental em Rondônia. Para isso, trará o estado da arte a fim de aprimorar a base teórica para, enfim, entrar nas discussões empíricas que são desenvolvidas no decorrer da dissertação.

Antes de apresentar as teorias acerca da bioeconomia e do desenvolvimento sustentável, cabe apontar o caminho traçado para que a economia, apesar de não poder se dissociar da natureza, seja trabalhada em teorias econômicas tradicionais como um processo completamente independente.

Para que o sistema capitalista fosse eficaz na lógica de consumo e acumulação, foi necessário influenciar o imaginário coletivo quanto a necessidade de se afastar da natureza. Isso porque a natureza é capaz de fornecer tudo que o ser humano precisa para sobreviver sem qualquer troca monetária, não sendo essa constatação interessante para o processo de acumulação e exploração de capital.

Em outras palavras, o afastamento do ser humano da natureza foi um processo pensado e executado por aqueles que desejavam o sucesso do capitalismo. Para alcançar a produção e o consumo em larga escala e sem consequências, necessariamente, era preciso criar um imaginário coletivo que pudesse desconectar os indivíduos da natureza, fazendo-os se sentir melhores e mais importantes, usando a teoria ideal nesse processo: o antropocentrismo e o bem-estar ligado ao consumo independente do custo que isso poderia gerar.

A esse imperativo soma-se uma crença fetichista, uma ideologia centrada nas virtudes do crescimento. O crescimento é inevitável, o crescimento é bom. Não crescer é estar em crise. Mas crescimento ilimitado significa produzir por produzir, o que também significa consumir por consumir. Tudo o que se coloca no caminho do crescimento é ruim. Barreiras e limites ao crescimento têm de ser removidos. Problemas ambientais? Péssimo! A relação com a natureza precisa ser mudada. Problemas sociais e políticos? Péssimo! Reprima os críticos e manda os recalcitrantes para a cadeia. Barreiras geopolíticas? Derrube-as com violência, se necessário. Tudo deve dançar ao ritmo da “acumulação pela acumulação” e da “produção pela produção”. (Harvey, 2013, p. 249).

E é sob o viés de impedir que qualquer situação atrapalhe o crescimento econômico que há uma supervalorização do ser humano e de suas criações. No entanto, a ciência evoluiu o suficiente para perceber que o crescimento a qualquer custo torna-se custoso e insustentável, ambientalmente falando, sendo essa premissa fundamental para o surgimento de um modelo econômico que substitua a economia reducionista, ou seja, o desenvolvimento sustentável.

A economia que já foi pautada no economicismo redutor, com foco apenas na produção em larga escala e no lucro, também reconhecida como crescimento econômico, recebe uma nova roupagem à luz da economia do desenvolvimento. Na economia do desenvolvimento, há uma apropriação efetiva das três dimensões de direitos humanos, ou seja, a equidade, a igualdade e a solidariedade. Posteriormente, complementando a teoria, incluiu-se a dimensão de sustentabilidade ambiental, passando então a ser conhecido como desenvolvimento sustentável pautado em cinco pilares: social, ambiental, territorial, econômico e político (Sachs, 2008).

O Relatório Brundtland de 1987, também chamado de Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, foi o precursor do conceito de desenvolvimento sustentável, com o intuito de promover um desenvolvimento que não comprometa a qualidade de vida e direito ao meio ambiente das gerações futuras. Dessa forma, inaugura uma nova proposta econômica em que o desenvolvimento deverá se aliar à proteção ambiental.

Em busca desse desenvolvimento sustentável, Sachs (2009) reafirma a ideia de Edgar Morin sobre a ecologização do pensamento como uma forma de ampliar o pensamento científico no tempo. De acordo com a teoria de ecologização do pensamento, as partes envolvidas no processo econômico entendem que os efeitos da exploração e do uso de recursos naturais se perpetua, ocasionando o que a sociedade reconhece como efeitos ambientais irreversíveis para manutenção da vida humana.

Entretanto, é preciso ressaltar que a ideia de desenvolvimento sustentável é passível de críticas, pois, segundo Krenak (2020), é impossível assegurar o bem estar das futuras gerações, se há tantas pessoas das gerações atuais que estão desprotegidas. Portanto, não deve ser um conceito fixo e dissociado da realidade das comunidades onde ele se desenvolve. É necessário que se reconheçam suas limitações, especialmente quanto a sua pragmaticidade e que não ignorem os impactos que possui na qualidade de vida das pessoas.

Como consequência das teorias vinculadas ao desenvolvimento sustentável, surgiram metas concretas para a efetivação dessa premissa, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são uma iniciativa global lançada pelas Nações Unidas em setembro de 2015 como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Essa agenda é um compromisso assumido por 193 países-membros das Nações Unidas para abordar uma variedade de desafios globais até o ano 2030. Esses objetivos foram desenvolvidos para orientar esforços em direção a um desenvolvimento mais sustentável e

inclusivo, reconhecendo a interconexão entre questões sociais, econômicas e ambientais (Kronenberger, 2019).

Os ODS consistem em 17 metas interconectadas, acompanhadas por 169 metas específicas, que abrangem áreas como erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água limpa e saneamento, energia limpa, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, ação climática, paz, justiça e instituições eficazes, entre outros (Kronenberger, 2019).

Seguindo essa linha de raciocínio vinculada aos ODS, o desenvolvimento para Sen (2010), é o processo de expansão de liberdades individuais. Para ele, desenvolvimento sustentável seria a superação de privações como a falta de acesso a bens básicos, como saúde, educação, extinção da marginalização social, queda da pobreza, insegurança econômica, social e política e falta de acesso a oportunidades.

Assim, o desenvolvimento sustentável, que busca conciliar o progresso econômico com a preservação ambiental, tem evoluído ao longo do tempo a partir das críticas, em busca de vertentes que se encaixam melhor nas necessidades humanas atuais e que estejam em concordância com os ODS. Uma abordagem contemporânea que se destaca é a bioeconomia, que propõe uma reconfiguração nos modelos econômicos tradicionais.

Apesar de ser importante apresentar um conceito para bioeconomia, existem outros parâmetros que talvez sejam mais importantes para o presente trabalho. Por exemplo, é preciso ter clareza quanto ao escopo da bioeconomia, ou seja, o que está e o que não está dentro da definição desse modelo econômico (CGEE, 2020).

Atualmente já se fala em dois tipos de bioeconomia, muito embora nem todos confirmem as duas versões como bioeconômicas. A bioeconomia florestal tradicional está vinculada ao extrativismo vegetal e nos recursos da biodiversidade, todos associados às identidades existentes nos territórios. Há ainda a bioeconomia de *commodities*, vinculada a produção intensiva e a monocultura. Desse modo existe a vertente que está ligada à gestão de florestas naturais e silvicultura de espécies nativas e a segunda a um foco totalmente comercial e de expansão agrícola (Adeodato, 2021).

De modo geral, bioeconomia incluiria todo o processo vinculado à produção, transformação e geração de biomassa, tendo como resultado final o valor econômico, baseado na sustentabilidade e na inovação. Mais do que apenas atividades com uso de recursos biológicos em substituição dos insumos fósseis, seria a busca por uma forma de aumentar a eficiência do uso de recursos naturais, incluindo no processo tecnologias sociais, serviços ambientais, ecoturismo e eficiência no campo (CGEE, 2020).

E foi a partir disso que o matemático e economista heterodoxo romeno Nicholas Georgescu-Roegen desenvolveu a ideia da bioeconomia. Essa teoria nasceu da revolução da termodinâmica, da lei da entropia, e do avanço das ciências biológicas, de que a ecologia propõe uma abordagem global (Mayumi; Gowdy, 1999). Ele estabelece a bioeconomia como uma alternativa que consiga lidar com três elementos: a entropia, a ecologia e a economia.

Observando empreendimentos complexos, prevê-se que toda industrialização biológica ou econômica é sempre maior do que o produto inicial, ou seja, pela lei da entropia se encara, necessariamente, um déficit ambiental em toda nova produção capitalista. A principal motivação para se vincular a bioeconomia é aumentar o uso de matérias primas renováveis e trabalhar para implementação de uma economia de baixo carbono (CGEE, 2020), tão debatida nesse momento.

A economia de baixo carbono refere-se a um modelo econômico que busca reduzir as emissões de gases de efeito estufa, especialmente o dióxido de carbono (CO₂), associadas às atividades humanas (Magalhães, 2013). Esse tipo de economia procura limitar a pegada de carbono, promovendo práticas sustentáveis e a transição para fontes de energia mais limpas e renováveis. É caracterizada pela busca pela eficiência energética, utilização de energias renováveis, promoção de agricultura sustentável e implementação de políticas e regulações que incentivem práticas de baixo carbono, de forma a aumentar a adesão.

A transição para uma economia de baixo carbono é considerada fundamental para enfrentar as mudanças climáticas e promover a sustentabilidade ambiental a longo prazo, logo vinculada com as perspectivas pragmáticas da bioeconomia. Empresas, governos e comunidades estão buscando cada vez mais estratégias e soluções inovadoras para promover essa transição e reduzir o impacto das atividades humanas no clima global.

Como alternativa de migração para uma economia de baixo carbono, o Protocolo de Kyoto, ratificado Brasil e internalizado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 5.445 de 12 de maio de 2005, sucedido pelo Acordo de Paris, ratificado pelo Brasil em 5 de junho de 2017, por meio do Decreto nº 9.073, dividiram o mundo em dois eixos: os países do anexo I, que necessariamente precisam reduzir e compensar suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e os países do anexo II, que estão em desenvolvimento e, portanto, não precisam compensar suas emissões.

Essa divisão do mundo entre anexo I e anexo II criou mercados de crédito de carbono regionalizados e globais, regulados e voluntários. Esses mercados surgiram a fim de satisfazer a compensação de emissão de gases de efeito estufa por meio de créditos gerados em países

emergentes, que ainda possuem uma gama considerável de território florestado, a serem vendidos aos países e empresas que precisam compensar suas emissões.

Todavia, a nova economia, que está vinculada a bioeconomia, é pautada em uma nova forma de desenvolvimento do metabolismo industrial. Nela, o uso de carbono é reduzido substancialmente, ao passo que oferece oportunidades para que as necessidades básicas dos indivíduos continuem sendo preenchidas (Abramovay, 2012). Sendo essa realidade bastante discutida no que a Organização das Nações Unidas denomina Mercado Regulado de Carbono, existente desde o Protocolo de Kyoto e que foi atualizado no Acordo de Paris.

Na Conferência das Partes (COP) que acontece todos os anos é asseverada a necessidade dos países desenvolvidos de apresentarem alternativas para compensação de emissão dos gases responsáveis pelo efeito estufa. Ainda, é pontuado que apenas a América Latina e a África Subsariana possuem recursos naturais, energéticos e biodiversidade maiores que o montante necessário de água e de terra para a produção do que consomem, ainda que operem na absorção dos resíduos gerados por sua oferta de bens e serviços. Em outras palavras, trata-se das duas únicas regiões em que a biocapacidade é maior que sua pegada ecológica (Abramovay, 2012), sendo necessária sua valorização para que o mundo não venha sofrer com os efeitos das mudanças climáticas em razão do aquecimento global.

Nessa toada, o Brasil encontra-se no anexo II, hospedando 20% de toda a biodiversidade do planeta (PNUMA, 2019), com 61% do seu amplo território tomado pela Amazônia Legal (Dicionário Ambiental, 2014). O solo brasileiro está em uma posição estratégica para atrair investimento do mercado e iniciar um processo de pagamento por serviços ambientais, especialmente aos protetores das florestas, ou seja, as comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas. No entanto, o mercado de carbono é apenas uma alternativa rentável para as inúmeras que podem ser exploradas em solo brasileiro e que estão diretamente relacionadas à bioeconomia florestal.

Como Georsgeu-Roegen (2012) afirmou que o processo econômico não é isolado e independente, ele precisa de uma troca contínua que altera o meio ambiente cumulativamente, tentando, em termos de crescimento, não ser influenciado em quantidade e qualidade por essas alterações ambientais. Para isso, é necessário que a comunidade reconheça a natureza entrópica do processo econômico, qual seja, o custo ambiental de todo empreendimento econômico ou biológico ser sempre maior do que o produto resultante do processo.

Com a evolução de conceitos vinculados ao desenvolvimento sustentável e reconhecimento desse déficit ambiental, surge a economia ecológica, responsável por hospedar a bioeconomia circular. A bioeconomia é, para Serrano (2021, p.2), “um modelo econômico

que substitui o conceito de fim-de-vida do produto da economia linear, busca a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia. Essa nova visão promove a dissociação entre o crescimento econômico e o aumento do consumo de recursos”.

A busca pelo estabelecimento de um programa brasileiro de bioeconomia circular proposto pelo Políticas Orientadas por Missões (POM) desenvolvido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) descreve bem os avanços necessários para que a bioeconomia se torne uma realidade nacional.

Eles apontam a necessidade do avanço de pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e dos negócios com bases ambientalmente sustentáveis que fomentem o aumento da circularidade e aproveitamento de resíduos gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais (CGEE; MCTI, 2021). A bioeconomia pode ser definida ainda como um conjunto de atividades nas quais todos os produtos utilizados, sejam eles materiais, químicos ou energia são derivados de recursos biológicos renováveis (Silva; Pereira; Martins, 2018).

Para a comissão Europeia, a bioeconomia envolve conhecimento sobre biomassa renovável, biotecnologia e integração entre as aplicações. Para os Estados Unidos, a bioeconomia é entendida como atividades de transição industrial destinada à utilização sustentável de recursos naturais para a produção de produtos intermediários e finais que tragam benefícios sociais, econômicos, ambientais e de segurança nacional (Silva; Pereira; Martins, 2018).

O Canadá define bioeconomia como atividade econômica vinculada à invenção, desenvolvimento e uso de produtos e processos que bebem de fontes interdisciplinares para o uso de recursos biológicos. A França, por sua vez, vê a bioeconomia como a transformação de biorecursos de forma sustentável para atender as necessidades de alimentos, materiais e eficiência energética (Silva; Pereira; Martins, 2018).

O Brasil entende bioeconomia como o conjunto de atividades econômicas baseadas na utilização sustentável e inovadora de recursos biológicos renováveis em substituição às matérias-primas fósseis, tendo como resultado produtos que promovem saúde, desenvolvimento sustentável, crescimento nacional e bem-estar da população (CGEE, 2021).

No contexto brasileiro, a bioeconomia tem se concentrado em setores-chave, como a agricultura sustentável, a produção de bioenergia, a biotecnologia, a bioindústria e a utilização sustentável dos recursos florestais. A agricultura, por exemplo, desempenha um papel crucial, incorporando práticas inovadoras que visam não apenas aumentar a produtividade, mas também preservar os ecossistemas e promover a resiliência climática (Leonel Junior, 2020).

A produção de bioenergia é outra área de destaque na bioeconomia brasileira, com a expansão da produção de biocombustíveis a partir de fontes renováveis. Essa transição para fontes energéticas mais limpas não só contribui para a mitigação das mudanças climáticas, mas também impulsiona a diversificação da matriz energética nacional.

A biotecnologia é um componente essencial da bioeconomia, destacando-se em áreas como a medicina, a produção de alimentos e a indústria. O Brasil tem investido em pesquisa e desenvolvimento nesse campo, buscando soluções inovadoras para desafios globais, como a segurança alimentar, o combate a doenças e a redução do impacto ambiental de processos produtivos (Schenberg, 2010). Exemplo de iniciativas em solo brasileiro tem-se o braço para região norte do Projeto Inova+ Indústria Digital, que disponibilizou 30 milhões de reais destinados a projetos na área da bioeconomia florestal (Forbes Agro, 2023).

Além disso, a bioindústria tem se expandido, com a utilização de biomateriais, bioplásticos e outros produtos de origem biológica (Schenberg, 2010). Esse movimento representa uma alternativa promissora aos materiais tradicionais, contribuindo para a redução do uso de recursos não renováveis e minimizando os resíduos.

A utilização sustentável dos recursos florestais, por sua vez, ganha relevância no cenário da bioeconomia brasileira. A Amazônia, com sua biodiversidade única, é um centro de atenção, incentivando práticas que valorizem a floresta em pé, como o manejo florestal sustentável e o desenvolvimento de produtos florestais não madeireiros (Mazza, et. al., 2018).

A Convenção sobre Diversidade Biológica em seu artigo 2º estabelece que a biotecnologia significa “qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos, ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica” (ONU, 1992), sendo essa uma ciência intrinsecamente relacionada com as atividades da bioeconomia.

Há ainda uma mudança significativa no ordenamento jurídico que impacta diretamente no desenvolvimento da bioeconomia nacional. A Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015, também chamada de Lei da Biodiversidade, trata sobre patrimônio genético local e estimula o desenvolvimento de cadeias produtivas vinculadas a valor econômico e social de maneira sustentável no Brasil.

Em resumo, a bioeconomia no Brasil apresenta um vasto potencial para promover o desenvolvimento econômico sustentável, ao mesmo tempo em que preserva a biodiversidade e os ecossistemas. O investimento em pesquisa, inovação e políticas públicas que fomentem práticas sustentáveis é crucial para consolidar o país como um protagonista na transição para uma economia bio-baseada, alinhada aos desafios globais de sustentabilidade.

2.1 MAPEAMENTO DE CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO COMO GÊNESE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA BIOECONOMIA

Mas, para isso, é importante entender aspectos básicos que estão ligados a economia de cada região. Por exemplo, o aumento de renda de uma determinada região pode ser resultado de três processos diferentes, quais sejam: o desenvolvimento econômico, a exploração de recursos não renováveis ou a realocação de recursos visando uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho (Furtado, 1974), percebe-se que o aumento de renda da região amazônica, no momento, está atrelada a exploração de recursos naturais não renováveis.

Buscando a sustentabilidade da região, a ideia é promover uma transferência da bioeconomia pautada na monocultura e na exploração de recursos para uma bioeconomia florestal que está diretamente relacionada aos conhecimentos tradicionais desenvolvidos nos territórios. Esse processo facilitaria na extinção da convivência direta da ilegalidade que envolve a extração de produtos da biodiversidade à falta de fiscalização e padronização dos insumos.

É a bioeconomia que traz a perspectiva para além do consumo propriamente dito de todo novo instrumento criado pelo homem, seja para subsistência comum ou para eventos específicos (Georgescu-Roegen, 2012). Ela demonstra que existe uma necessidade de produção em comum acordo com a natureza para garantir a qualidade de vida da geração atual, como atestar que as futuras gerações não serão prejudicadas. Desse modo, ela descreve o dever da geração contemporânea de se atentar ao ritmo de consumo em consonância ao ritmo de regeneração da natureza.

Mas, a transferência da lógica econômica na região, como tem sido discutido, possui um entrave burocrático quanto ao acesso aos recursos genéticos, maximizado pela falta de investimento em inovação, tecnologia e educação (Adeodato, 2021), potencializado pelo esvaziamento das políticas públicas para comunidades tradicionais e preconceito das linhas de frente da academia a lógica dos negócios.

Toda esse preconceito não é sem precedentes. Como descreve Georgescu, o capital e o trabalho são os agentes responsáveis por transformar o simples fluxo de recursos naturais em fluxo de produtos (Cechin, 2010, p. 92), mas os novos produtos e as vantagens obtidas com o aumento de capital está sempre relacionada a melhora da qualidade de vida apenas das

camadas mais ricas da sociedade. Contudo, ele não deixa de asseverar que a simples manutenção de padrão de vida constantes implicaria na escassez progressiva das fontes terrestres de energia e de materiais (Cechin, 2010, p. 119).

Nessa perspectiva vale descrever que só há crescimento econômico quando aumenta a produção, por habitantes, dos bens produzidos, o que diretamente apresenta um aumento de consumo das fontes de recursos naturais. O desenvolvimento, por sua vez, é a introdução de algum tipo de inovação que desacelera esse uso de recursos naturais não renováveis (Georgescu-Roegen, 2012, p. 104). E é exatamente nesse ponto que a bioeconomia ganha relevância, porque ela apresenta formas eficazes de uso de produtos naturais na formação de uma economia que trabalhe de acordo com os ciclos de vida dos recursos naturais.

E é exatamente em busca da relevância da bioeconomia que existe o foco nas comunidades tradicionais. Como cita Abramovay (2012), a criação de valor para biodiversidade tem ligação direta com a economia verde e a sociedade da informação que está se criando por meio da tecnologia. Para ele, o valor daquilo que se compra e que se vende está diretamente relacionado ao vínculo criado entre a capacidade de juntar as pontas que estavam separadas e de fazer coisas que não existiam acontecer e, claro, gerar a necessidade dessas coisas na vida das pessoas.

Outra dimensão fundamental da economia verde está no aproveitamento dos produtos oferecidos pela biodiversidade. Nessa vertente, apela-se para o que é conhecido como economia do conhecimento da natureza, a qual tem ambição de criar cadeias de valor ligadas a produtos florestais, como também em serviços ecossistêmicos, nesse último caso conhecidos como pagamento por serviços ambientais. A partir dessa nova economia de conhecimento da natureza a prosperidade se deslocaria para regiões onde há grande riqueza biológica, sendo, no Brasil, as regiões majoritariamente menos desenvolvidas financeiramente (Abramovay, 2012), região nordeste e, principalmente, região norte.

Essa nova organização de mercado seria capaz de apresentar algumas características bastante importantes para a perspectiva do trabalho apresentado. De acordo com Abramovay (2012), na economia verde, os padrões socioambientais tendem a se comportar como parâmetros que são responsáveis por reger o comportamento de todo o setor vinculado direta ou indiretamente nas atividades voltadas ao uso da biodiversidade.

Outro aspecto relevante está nesse setor ser extremamente internacionalizado, o que acaba influenciando efetivamente na chance de pressão social para cumprimento de parâmetros da economia verde. Há ainda uma presença forte de organizações sociais no

interior de mercados contemporâneos o que tem gerado uma efetiva construção de indicadores de conduta socioambiental, fato que será melhor abordado posteriormente.

Por fim, mas não menos importante, os padrões socioambientais só podem operar com o mínimo de eficiência vinculada com a interação construtiva de um Estado que se trata de regulamentar questões fundamentais, tais como a regularização fundiária (Abramovay, 2012), o que garantiria acesso à terra às comunidades tradicionais, como os indígenas e quilombolas, além de respeito pelas terras efetivamente demarcadas. Abramovay (2012) aponta ainda que a cooperação direta, internacional e apoiada em normas transversais claras seria o mais importante caminho para novas relações entre a economia e a ética.

No entanto, para que esse processo seja efetivo e traga mudanças significativas para a região norte é preciso conhecer os fatores que direcionam a bioeconomia, como as biotecnologias e as mudanças climáticas, para então explorar a parte desconhecida da bioeconomia, o uso conjunto às comunidades que tedeem os conhecimentos tradicionais.

No que tange à América Latina, existem algumas características que concentram as oportunidades inerentes da região: compartilhamento de biomas, biodiversidade e volume de biomassa. Com esses três fatores mapeados, o passo para a explosão da bioeconomia depende apenas da ciência descobrir o valor contido na biodiversidade para focar no desenvolvimento de tecnologias de transformação da biomassa (CGEE, 2021) especificamente para as características de cada microrregião.

Por isso, é importante lembrar que existem diferenciais positivos nessa jornada que devem ser valorizados. Por exemplo, países tropicais são portadores de uma vantagem comparativa natural, em razão da capacidade de maior produtividade em relação aos que estão em zonas temperadas. Somando essa vantagem natural, com o que o Brasil possui que é recursos naturais abundantes e baratos, falta apenas força de trabalho qualificada e conhecimento moderno que resultaria em uma vantagem biológica e econômica inigualável (Sachs, 2009), força de trabalho e conhecimento esses que podem facilmente serem alcançados se a inteligência dos povos que vivem em harmonia com a natureza for efetivamente valorizada.

O conhecimento tradicional, saber tradicional, etnoconhecimento associado à diversidade biológica ou ainda o componente intangível, imaterial da biodiversidade, aquele que é particular das comunidades tradicionais -indígenas e locais- é a “informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético” (art. 7º, II da MP 2186-16) (...) Também, se refere ao extrativismo, uso e conhecimento de fibras, sementes, óleos, resinas; ao conhecimento e manejo do solo, da água e sua função; a tecnologias de feitura de casas, instrumentos de trabalho; ao conhecimento sobre os astros, planetas, satélites e sua relação com as práticas espirituais e místicas; à produção artística e visão estética originárias do uso de

recursos naturais, tais como tinturas, cerâmicas, etc.(DIEGUES, 2001, P.184). Em suma, um amplo conhecimento do mundo natural e sobrenatural. (Bertoldi; Sposato, 2012, p. 78)

Os países tropicais são os mais favorecidos no processo de desenvolvimento para sustentabilidade, justamente porque possuem matéria-prima para uma economia baseada na biomassa e ambientalmente sustentável. Com essa finalidade, a economia poderia se valer de três grandes blocos que são favorecidos pela biodiversidade das áreas tropicais, quais sejam: biotecnologias verdes (agrícolas), vermelhas (farmecêuticas) e brancas (industriais) (Sachs, 2008, p.95), especialmente se essa vantagem natural foi somada a vantagem da diversidade social existente na região norte do Brasil.

Para isso, a região amazônica deve passar por uma reestruturação. É preciso modificar as atividades para que o aumento de renda da região mude gradativamente da exploração nociva de recursos não-renováveis para o desenvolvimento econômico pautado na inteligência que vive em harmonia com a natureza, usufruindo de sua biodiversidade sem comprometer as futuras gerações e a qualidade de vida dos povos. Ao passo que exista essa reestruturação o desenvolvimento econômico da região passará a ser sustentável e condizente com o mercado verde que está em construção em âmbito mundial.

Exemplos marcantes de mudança econômica e social serão apresentados para que seja percebido o quanto essas perspectivas geoeconômicas podem contribuir com o meio ambiente e com a economia das comunidades tradicionais. O primeiro caso refere-se a uma grande transformação da geração de renda das comunidades localizadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá com a prática do manejo sustentável do Pirarucu. Atualmente 70% do pescado manejado sai do Mamirauá, em parceria com a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), possibilitando o armazenamento e escoamento de todo o pescado de manejo conseguindo inserir os ribeirinhos em toda cadeia produtiva (Cunha, 2022).

No município de Maués, no Amazonas, existe uma ação de desenvolvimento de turismo. A Experiência Mawé, é voltada ao desenvolvimento de projeto de turismo de base comunitária com uma rede colaborativa de moradores da região, justamente para desenvolvimento da economia da cidade, que já é reconhecida pela produção de guaraná, fruta típica da Amazônia (Hub de Bioeconomia Amazônica, 2022a), mas ainda possuem suas belezas naturais pouco conhecidas.

Isso demonstra que as comunidades tradicionais e locais estão focando parte de seus esforços para desenvolvimento econômico do turismo na região norte. Nas margens do Rio

Negro, por exemplo, existem várias iniciativas que proporcionam ao turista uma experiência única e respeitosa com a natureza e com as culturas regionais. Um exemplo é a pousada Garrido, em Tumbira, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, que oferece alojamento, alimentação tipicamente regional e pacotes de passeios para conhecer mais locais na região (Hub de Bioeconomia Amazônica, 2022b).

Na busca de releituras de comidas gostosas de modo saudável e saboroso levou a criação da Santé Comida Saudável, criando posteriormente a *startup* Amazônia Smart Food. A nova empresa manipula, principalmente, a biomassa de açaí, com a criação de hambúrgueres, almôndegas e línguas que possuem a mesma quantidade de proteína que a carne. Mas já existe a meta de inserir à cadeia o tucumã, fruto regional menos conhecido mas que possui características interessantes para o comércio e para a manipulação de sua biomassa (Rago, 2023).

A startup possui como objetivo, além da produção de comida saudável, a geração de emprego e renda para trabalhadores do campo. Para isso investe em capacitação profissional e treinamentos para a manipulação dos insumos, tudo visando o desenvolvimento regional. A previsão da CEO Priscila é de que em dois anos a empresa contribuirá com a preservação de 160 hectares e recuperação de 40 hectares de floresta amazônica, além de impactar e empregar aproximadamente 500 pessoas (Rago, 2023).

Para que haja melhoria nas políticas públicas vinculadas às iniciativas de desenvolvimento sustentável, no estado do Pará, há um esforço para formulação de um conceito unificado de bioeconomia. Para a economista Camille Bermeguy, as políticas econômicas do Pará precisam valorizar a bioeconomia vinculada à biodiversidade local, ao mesmo tempo que também pensem e valorizem os conhecimentos das comunidades que vivem em cada região (Hub de Bioeconomia Amazônica, 2022c). Para que o mundo veja a grande potência ambiental, social e econômica que é a Amazônia, é preciso fortalecer as cadeias produtivas. Para o fortalecimento das cadeias produtivas faz-se necessário incluir as comunidades através da educação ambiental, social e econômica, valorizando os fazeres e saberes tradicionais de cada região (Cunha, 2022).

Por exemplo, é necessário que haja uma repartição mais justa dos benefícios oriundos da comercialização de produtos como a cadeia de pirarucu. Essa repartição deve ter como objetivo distribuir os ganhos econômicos para os elos produtivos que mais empreendem esforços para o manejo sustentável da cadeia produtiva e para conservação do bioma (Hub de Bioeconomia Amazônica, 2022e).

Como bem descrito pela superintendente de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Valcleia Solidade:

É importante falar sobre isso, porque a gente sabe que energia é essencial. Se não a gente não desenvolve, se não a gente não consegue produzir, não consegue armazenar e não consegue desenvolver o território. A logística é bem complexa. Para você ter ideia, para ir a última comunidade onde a FAS atua são necessárias 50 horas de barco para chegar lá. E eu estou falando de um município dentro do estado do Amazonas. Então, a logística é um grande desafio, porque os lugares são distantes e tudo se torna muito caro. A conectividade é fundamental, porque se a gente quer, de fato, desenvolver os territórios, gerar economia, é preciso conectar com as pessoas fora do ambiente (Up Comunicação, 2023d).

Desse modo, o desafio que se coloca em toda situação que envolve a melhoria da qualidade de vida de uma população é justamente o aproveitamento da diversidade da região para organizar à base produtiva regional e gerar trabalho produtivo e renda segundo um princípio que promova a conservação da natureza e o respeito pelas comunidades tradicionais (Becker; Stenner, 2008). Realidade que deve ser observada pelo mercado nesse momento de *boom* vinculado à economia verde.

A ideia está em gerar uma economia local que favoreça as comunidades tradicionais, reduzindo significativamente as desigualdades, visto que é inviável falar de uma grande cadeia de produção de açaí ou de castanha sem resolver os problemas sociais e ambientais da região amazônica. Desse modo, uma inovação no mercado de pagamento de serviços ambientais pode ser um trunfo para atrair investimentos e viabilizar negócios como o turismo científico e de base comunitária (Adeodato, 2021), assim como investimento em cadeias produtivas que já são valorizadas no mercado interno e externo.

Ao se falar em mercado externo, vale trazer alguns exemplos de atividades que são desenvolvidas por países da América Latina que se relaciona com as perspectivas de bioeconomia e podem gerar boas inspirações quanto possíveis atividades para executar na região norte do Brasil.

Na Costa Rica já existem políticas públicas específicas para serviços ambientais, ecoturismo, agricultura sustentável, bioprospecção e energias limpas. Em face dessas políticas, hoje já foram desenvolvidas estratégias de governança que incluem um comitê consultivo interministerial. A partir do mapeamento feito pelas políticas há agora um desafio de investimento para educação e capacitação, investimento em pesquisa e inovação, incentivos para investimentos externos e financiamentos, além de acesso ao mercado nacional e internacional dos produtos desenvolvidos pela bioeconomia do país latino (CGEE, 2021).

Já no Brasil, a intenção do MCTI é trabalhar a bioeconomia em todos os biomas do Brasil, mas o foco principal no momento é a Amazônia. Algumas cadeias de produtividade já

foram mapeadas, como o açaí, cupuaçu e o pirarucu. Os componentes apresentados pelas políticas ministeriais são a agregação e retenção de valor nas comunidades, regulação, certificação e acesso ao mercado, desenvolvimento de novos produtos e utilização de resíduos e bioprodutos, além, é claro, de desenvolver a economia circular e priorizar a sustentabilidade (CGEE, 2021).

Superada a necessidade de apresentação do estado da arte das teorias envolvidas no processo de pesquisa desta dissertação, tem-se o início da delimitação empírica da jornada científica aqui desenvolvida. Nas próximas páginas, o texto se dedicará a apresentar ao leitor a região de Costa Marques em Rondônia, tentando ambientalizar a pesquisa e o público no espaço que será utilizado para hipotetizar o uso das teorias debatidas até o momento.

2.2 A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E O USO SUSTENTÁVEL EM RONDÔNIA

A criação de unidades de conservação (UC) desempenha um papel fundamental na mitigação dos efeitos nocivos do desenvolvimentismo, oferecendo uma abordagem equilibrada entre o crescimento econômico e a preservação ambiental. Essas áreas são estabelecidas com o objetivo de proteger ecossistemas naturais, biodiversidade e recursos hídricos, formando barreiras contra impactos negativos resultantes do desenvolvimento desenfreado (Castro Junior; Coutinho; Freitas, 2012).

Ao estabelecer zonas restritas à exploração intensiva, as unidades de conservação contribuem para a manutenção da biodiversidade, a preservação de habitats naturais e a regulação climática. Além disso, elas servem como laboratórios vivos para pesquisas científicas e educativas, facilitando o entendimento dos processos ecológicos e promovendo práticas sustentáveis. No contexto do desenvolvimentismo, a criação de unidades reflete um compromisso em buscar soluções que conciliam o progresso econômico com a responsabilidade ambiental, reconhecendo a importância de equilibrar o desenvolvimento humano com a conservação dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras (Castro Junior; Coutinho; Freitas, 2012).

No Brasil há duas categorias de Unidades de Conservação, nos termos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (lei 9.985/2000): o Uso Sustentável e a Proteção Integral. As UC da primeira categoria citada têm como objetivo a compatibilização da defesa do modo de vida tradicional com a proteção da natureza, ao passo que a segunda categoria intenta a diminuição da ação antrópica, por meio da proibição da apropriação direta dos

recursos naturais, sendo permitida apenas a pesquisa científica e, em alguns casos, o turismo ecológico.

São UC's de uso sustentável a Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Floresta, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva Particular do Patrimônio Natural e Reserva de Fauna. Dentre essas modalidades citadas, a Reserva Extrativista (resex) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são aquelas em que o objetivo expresso é a proteção do modo de vida tradicional, ou seja, são instituídas necessariamente em territórios tradicionalmente ocupados (Adão, 2021).

Quanto às UC's de proteção integral, o SNUC prevê o Parque, Estação Ecológica, Refúgio de Vida Silvestre, Monumento Natural e Reserva Biológica. Segundo Clara Adão (2021), a maioria das unidades de conservação de gestão pública do Brasil são de proteção integral, devido à priorização de ambientes supostamente intocados, em que não subsista a apropriação direta dos recursos naturais.

No entanto, analisando os dados do Cadastro Nacional das Unidades de Conservação, fornecido pelo Ministério do Meio Ambiente, as uc's de Rondônia possuem um perfil diferente do nacional, uma vez que mais de 70% das uc's situadas no estado são de Uso Sustentável. Em resumo, são 52 uc's de uso sustentável, enquanto há somente 20 de proteção integral. (CNUC, 2023).

Rondônia é o estado brasileiro que mais possui Reservas Extrativistas, representando aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total de Resex do país (são 25 num universo de 96). Especificamente no município de Costa Marques há 2 Resex, a saber: Resex Curralinho e Resex Rio Cautário, ambas instituídas em 1995 (CNUC, 2023). Mas esse não é um fenômeno isolado, pois se repete em todo o bioma amazônico, que detém 77% das Resex brasileiras.

Enquanto as Resex do Brasil predominantemente não possuem Plano de Manejo, que é o documento de gestão das unidades de conservação, Rondônia tem 20% mais unidades de conservação devidamente regularizadas. O que destoa neste estado com relação ao país, é que mais da metade das Resex de Rondônia não possuem Conselho Gestor, ou seja, o órgão que assegura a participação da comunidade na gestão, ao passo que no Brasil 70% das Resex têm Conselho Gestor constituído (CNUC, 2023).

Sem os Planos de Manejo, não é possível entender o contexto socioambiental que culminou na criação da área protegida, bem como normas para efetivação da conservação, o que engendra uma grande fragilidade nos objetivos de proteção da natureza (Adão, 2023). Por outro lado, sem Conselho Gestor as tomadas de decisão se tornam hierárquicas e pouco efetivas, pois não há participação da comunidade.

Diante dos dados trazidos, é possível observar que o estado de Rondônia possui um papel de destaque na compatibilização do modo de vida tradicional com a proteção ambiental, entretanto carece de instrumentos de efetiva participação das comunidades na gestão, o que implica diretamente na tomada de decisões sobre desenvolvimento sustentável e estratégias político-econômicas no estado.

O contexto de criação de unidades de conservação em Rondônia está relacionado ao esforço de preservar os ecossistemas amazônicos e enfrentar os impactos da colonização e desenvolvimento regional na região. Desde o início dos anos 80, o Banco Mundial tem apoiado financeiramente e orientado programaticamente diferentes programas de desenvolvimento regional em Rondônia, incluindo esforços para a criação e proteção de unidades de conservação (Pedlowski; Dale; Matricardi, 1999).

Assim, as primeiras unidades de conservação do estado surgiram na década de 1990. Nesse sentido, em 1995 foram criadas as Reservas Extrativistas Pedras Negras; Curralinho e Rio Cautário. Em 1997 foi criado o Parque Estadual Serra dos Reis. Em 2001 foi criado o Parque Nacional da Serra da Cutia, e, por fim, em 2018 foi instituída a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande, todas essas unidades de conservação no município de Costa Marques (CNUC, 2023).

Nos dados atuais de georreferenciamento da Resex Pedras Negras o Instituto Socioambiental (2022) elencou como pertencente a Guajará Mirim e Alta Floresta D'oeste, sem integrar o perímetro de Costa Marques. Outro adendo necessário é que dentre tais uc's, apenas a Resex Curralinho não possui conselho gestor e plano de manejo.

A criação e proteção dessas unidades de conservação enfrentam desafios significativos, incluindo limitações institucionais, questões de capital social e impactos negativos da construção de estradas como ferramenta de desenvolvimento regional. Além disso, a precária situação institucional e as condições sociais em Rondônia têm contribuído para uma situação de perda inevitável em relação à proteção ambiental (Pedlowski; Dale; Matricardi, 1999).

Esses desafios incluem a fragilidade das instituições governamentais responsáveis pela aplicação das leis ambientais, a associação de funcionários dessas instituições a atos de corrupção e a falta de compromisso efetivo do Estado brasileiro com a proteção dos ecossistemas amazônicos (Pedlowski; Dale; Matricardi, 1999).

Todos esses fatores aliados à política estadual de crescimento predatório que ganhou força nos últimos seis anos influencia na pressão vivenciada para a redução das áreas de preservação ambiental e falta de compromisso com a criação de conselhos gestores. Rondônia

vem há muitos anos em apoio intensivo ao agronegócio, especialmente para criação de bovinos, ganhando espaços nos últimos anos também a monocultura da soja, atividades que se fortaleceram ainda mais com as narrativas criadas durante a polarização política.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES EM RONDÔNIA

Neste capítulo, o objetivo será apresentar o espaço territorial escolhido para a discussão. Para essa apresentação serão utilizados dados quantificáveis vinculados às questões econômicas e geográficas, mas também apresentará dados qualitativos com aspectos sociais, culturais e políticos, visto a possibilidade de mutação dessas características a depender da influência externa exercida.

Antes de iniciar o conteúdo voltado ao núcleo do que esse trabalho visa discutir, a inclusão e a potencialização dos saberes tradicionais das comunidades quilombolas na criação de bases para um desenvolvimento sustentável pautado na Bioeconomia para Amazônia, fez-se necessário, em razão da imensa extensão da Amazônia Brasileira, escolher, com auxílio dos critérios objetivos quanto a localização, formação social, história de colonização, potencialidade econômica e atividades econômicas em desenvolvimento, um espaço geográfico para ser analisado.

Dentre as inúmeras áreas possíveis, o município de Costa Marques se destacou, porque encontra-se em uma posição estratégica, como será demonstrado a seguir. É um município fronteiriço, fato que deve ser apresentado como um trunfo, visto que há uma tendência mundial em razão da globalização e da internacionalização massiva do mercado que busca repensar o conceito de fronteiras.



Mapa 1: Mapa de localização do município de Costa Marques dentro da Amazônia Legal

O município tem ainda um diferencial, o limite entre as nações é tênue já que se reduz apenas ao leito do rio. Outro fator que influenciou na escolha foi a possibilidade de laços econômicos entre os dois países, Brasil e Bolívia, já que estão fortemente interligados por questões ambientais, por questões sociais e por facilidade de acesso por via fluvial. Essas características tendem a aumentar a inter-relação e dependência em múltiplas dimensões (Loureiro, 2006), inclusive a dimensão econômica na região de fronteira, visto que existe uma possibilidade de duplo benefício em caso de cooperação.

O município possui como barreira para o país vizinho apenas o Rio Guaporé. No entanto, o próprio fato de ser banhado pelo rio é uma característica positiva, especialmente por ser um rio com grande parte de sua extensão navegável. Diferencial esse interessante para o escoamento de produção em razão da possibilidade de alcançar dois portos através de seu percurso: do Rio Madeira-Mamoré no município de Porto Velho que escoar a produção pelo oceano Pacífico e em Belém do Pará, passando pelo Rio Amazonas, escoando a sua produção pelo oceano Atlântico.

Do ponto de vista internacional há um entrave burocrático para desenvolver a economia da região. Apesar das características similares e até das relações sociais, especialmente amorosas, que existem entre os habitantes dos dois países, não há atualmente qualquer acordo legal entre essas nações para o desenvolvimento de políticas públicas na região. Em contrapartida, no município limítrofe de Costa Marques, Guajará-Mirim, essa realidade existe bem consolidada com a abertura do edital para construção da ponte binacional que ligará a cidade brasileira à Bolívia (DNIT, 2023).

Além disso, como mencionado, o município conta com 5 unidades de conservação, o que demonstra a riqueza em termos culturais e de biodiversidade, o que suscita grande interesse para a pesquisa. O interesse da pesquisa pode promover uma cooperação internacional para unir esforços científicos para o estudo do patrimônio genético e de biodiversidade das UC's de Costa Marques, mas também do Parque situado na fronteira do lado boliviano.

Todas as especificidades ligadas ao município de Costa Marques só serão investigadas a partir do mapeamento das potências e dos limites existentes no município de Costa Marques no que tange sua economia e sua composição social, especialmente quanto às comunidades quilombolas existentes em seu território. Para isso, o presente capítulo desta dissertação terá como objetivo demonstrar como a história, a composição geográfica e a sociobiodiversidade do município estão intrinsecamente relacionadas com a história de seus quilombos.

3.1 A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES E O APAGAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA

Existem características bem específicas que diferenciam o povoamento do município de Costa Marques do restante da Amazônia. Entretanto, as similaridades são mais recorrentes visto que tanto o município quanto a região são marcados por um modelo de povoamento caribenho vinculados a pirataria e a disputa de poder (Becker, 2013).

Apesar do povoamento e do modelo de exploração da região amazônica ter se mostrado promissor a longo prazo, não foi essa a realidade em um primeiro momento, especialmente pela rentabilidade e pela consolidação da exploração ambiental de outras áreas do Brasil, como é possível constatar a seguir:

Ao contrário da pujante exploração da lavoura canavieira na costa nordeste do Brasil, bem como da movimentação migratória em virtude da exploração das minas de ouro nas Minas Gerais, a região amazônica possuía um mercado secundário, ainda muito pobre no sentido da lucratividade visada pelos portugueses nos primeiros séculos da era colonial, uma vez que as atividades extrativistas rendiam menos lucros que as açucareiras e as auríferas. Por esta razão a Amazônia Colonial foi considerada como periférica em comparação com as demais capitânicas que exploravam as demais regiões do país (Held, 2017, p. 47).

Superado esse momento, foi a partir da mudança de olhar para a valorização e apropriação de recursos da Amazônia e do seu imenso potencial natural que houve o início do movimento de povoamento da região. Mas, mesmo com toda a potencialidade reconhecida ainda no período colonial, o povoamento expressivo da região se deu apenas após 1840 com o início da Revolução Industrial e do “ciclo da borracha” (Becker; Stenner, 2008).

Costa Marques possui muitos aspectos comuns com o povoamento e a formação de toda região amazônica, no entanto, existem algumas peculiaridades que diferenciam a área que foi delimitada para a presente pesquisa. A princípio, vale apontar que existem duas versões sobre a origem do nome e do município de Costa Marques que serão contadas a fim de contextualizar a história da comunidade e demonstrar, desde logo, o silenciamento dos povos tradicionais que viviam na região desde a gênese do município.

A primeira versão diz que o nome Costa Marques veio em homenagem a um engenheiro e político mato-grossense, Manoel Esperidião da Costa Marques, que parou para pernoitar na casa de seringueiros aldeados, no início dos anos 1906, e acabou deixando uma placa com o nome “Porto Costa Marques” ao amanhecer, quando seguiu seu caminho até o posto fiscal em Guajará-Mirim (Costa, 2019; Rondônia, 2021).

Já a segunda versão descreve que o nome foi dado pelo governador do estado do Mato Grosso, em homenagem a um homem público, Joaquim Augusto da Costa Marques, sexto governador desse Estado, no período entre 1911 e 1915 (IBGE, 2023). Percebe-se que em nenhuma das duas histórias contadas quanto a origem do nome tem-se o protagonismo daqueles que já viviam na localidade, como os quilombolas ou mesmo os seringueiros.

Para além das histórias vinculadas à origem do nome do município, em 1977, a área foi demarcada como distrito do município de Guajará-Mirim, sendo desmembrado apenas em 1981, a partir da Lei Federal nº 6.921. Na ocasião foi criada a sede, atual Costa Marques, com dois distritos, o distrito de Príncipe da Beira e o distrito de Pedras Negras (IBGE, 2023).

Em 1986, o distrito de Pedras Negra foi extinto, anexando sua área ao município vizinho de Alta Floresta do Oeste, permanecendo apenas o distrito de Príncipe da Beira. Atualmente, o município de Costa Marques é composto pela sede e pela área do antigo distrito de Príncipe da Beira (IBGE, 2023). Novamente, não foi possível identificar nenhum relato sobre a presença das comunidades tradicionais, muito embora elas estejam na localidade muito antes da demarcação do que viria a ser o município de Costa Marques.

Esse silenciamento das populações tradicionais não acontece apenas nos registros históricos. Silva (2010), descreve algo comum aos povos da região de Costa Marques, ao apontar que as populações tradicionais e os quilombolas vivem há séculos na localidade sem auferir qualquer benefício do estado brasileiro. O Estado, bem como a massa populacional, nunca demonstraram estranheza quanto ao apagamento da história e dos direitos desses povos. A sensação passada pelos textos escritos pelo viés colonizador é de que “esses sujeitos, os quilombolas, chegaram agora e por isso não há espaço para sua acomodação” (Silva, 2010, p.224).

Acontece que essas populações não só estavam nesses espaços muito antes da expansão do povoamento, como possuíam traços de identidade próprios. Mas, em razão do interesse colonizador, elas são submetidas rotineiramente ao processo de silenciamento de suas características de variação cultural por meio do controle, silenciamento e apagamento de suas experiências (Barth, 2005), o que auxilia no processo de expansão da cultura dominante frente às necessidades dos povos quilombolas.

Em relação à luta para evitar a opressão da cultura negra defronte da cultura dominante, existem estudiosos que apontam que os objetivos de reunião dos quilombolas estão vinculados a ações coletivas de moradia, trabalho e luta, opondo-se principalmente aos mecanismos repressores da força de trabalho (Almeida, 2002), que foi e continua sendo a principal porta de entrada da objetificação do seu povo.

A despeito de se apresentar como algo atual, o silenciamento da cultura negra denunciado é estrutural. A maneira como foi conduzida a abolição da escravatura no Brasil contribuiu para que os quilombos perdessem suas forças, causando o apagamento da cultura negra (O'dwyer, 2005) que guia toda a sociedade para um silenciamento, ainda que inconsciente, das tradições e do conhecimento ancestral que deveriam ser valorizados.

Um bom exemplo histórico-legislativo disso é que ainda nas normativas republicanas não havia qualquer menção em relação ao direito territorial dos quilombos. Isso aconteceu porque, com a abolição da escravatura, houve uma imaginação errônea de que os quilombos não teriam mais razão para existir e, portanto, desapareciam automaticamente, desprezando todos os efeitos patrimoniais e sociais da escravidão na vida e na história do povo negro no Brasil (Almeida, 2002).

Um exemplo mais recente desse apagamento está na história do município rondoniense de Costa Marques. Em todos os registros tradicionais da formação da cidade menciona-se a existência de pré-colonos e bandeirantes, porém, antes mesmo da chegada dessas figuras, o Vale do Guaporé já contava com populações tradicionais pré-estabelecidas. Os indígenas e quilombolas que estavam na região exerceram desde sua gênese uma vivência harmônica com o meio ambiente que habitam e muitos deles ainda permanecem nesse caminho, como o caso dos integrantes dos quilombos de Santa Fé e a comunidade remanescente de quilombo Forte Príncipe da Beira (Fiocruz, 2021a), comunidades que estão historicamente esquecidas e que serão o foco da presente pesquisa.

Cabe destacar que foram ações vinculadas a rebeldia, fugas, doenças e esgotamento das lavras de ouro que constituíram condições para a formação dos quilombos no Vale do Guaporé. Essas especificadas junto a perseguição que sofreram do governo do Mato Grosso, possibilitou não apenas o aquilombamento na região do Vale do Guaporé em Rondônia, mas também a emergência de uma fisionomia étnica, visto os inúmeros relacionamentos entre os quilombolas e os indígenas da região (Farias Junior, 2013), assim como com os bolivianos.

Em outras palavras, antes da chegada dos colonos e bandeirantes, que avançaram na Amazônia em busca de terras e melhores condições de subsistência (Fausto, 2008), existiam populações que já conviviam com o ambiente amazônico e que são sistematicamente apagadas dos registros históricos convencionais. Muito embora essas populações, com exceção dos indígenas locais, só tenham chegado ao Vale do Guaporé por influência colonizadora, o que será brevemente narrado a seguir.

No Brasil Colônia, devido a resistência à escravidão das populações indígenas que habitavam a região e a grande demanda de mão de obra na área, ocasionada pela construção

do Forte Príncipe da Beira, foram enviados escravos africanos, os quais permaneceram no Vale do Guaporé mesmo após a sua conclusão (Moss; Moss, 2007; Teixeira; Xavier, 2018).

Há ainda uma versão que aponta que, na verdade, o quilombo Forte Príncipe da Beira já existia quando os colonos chegaram na localidade para construção do Forte e que os africanos que estavam aquilombados, após a fuga do quilombo do Piolho que foi destruído, foram novamente escravizados (Brasil, 2021). Sendo que o posterior declínio econômico que surgiu na região, com o fim da era da borracha e a perda de função do forte, foi fundamental para que houvesse um novo abandono e consequentemente o fortalecimento do quilombo.

Em outras palavras, em quaisquer dos dois registros, as comunidades quilombolas de Santa Fé e de Forte Príncipe da Beira, às margens do Rio Guaporé, foram consequências do abandono dos escravos à própria sorte pelos seus senhores após a conclusão do Forte ou da fuga da condição de escravos durante a exploração do seu trabalho pelos colonizadores, ainda que em outras localidades.

A fim de tomar um critério objetivo para tratar dos quilombos, o presente trabalho irá se valer dos elementos utilizados pela literatura para classificação desses agrupamentos, quais sejam: a fuga, com quantidade mínima de fugidos, a localização marcada pelo isolamento próximo aos espaços mais naturalizados, existência de moradia habitual, benfeitorias construídas nos espaços e por fim a característica de autoconsumo (Almeida, 2002). Muito embora essa definição esteja em uso neste trabalho e haja uma discussão sobre a verdadeira gênese dos quilombos e a forma necessária para que sejam assim considerados, é certo que os registros de pessoas alheias à realidade cotidiana dos aquilombados não devem ser interpretados sem ressalvas.

Almeida (2002) descreve assertivamente que o mais importante não é como as ONGs, partidos ou demais organizações definem os quilombos ou escrevem suas histórias. O mais importante é a forma que os próprios sujeitos se auto-representam e quais os critérios político-organizativos que baseiam suas mobilizações e são responsáveis pela coesão em torno de certa identidade.

Outro ponto importante a ser abordado é que alguns dos indivíduos que permanecem no quilombo de Santa Fé estão até hoje ligados ao motivo que os trouxeram para a região. Isso porque, eles continuam ligados à exploração do trabalho, inclusive infantil, mesmo com o fim da era colonial, vez que continuaram vinculados às atividades de coleta de seringa e da poaia.

Durante os primeiros anos do século XX a necessidade mundial por seringa foi elevada em função da quantidade de disputa territorial que desembocava em guerras. No

entanto, a extração logo perdeu espaço, visto que diminuiu significativamente a demanda da matéria-prima após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Por ser conhecida como uma região central para o extrativismo da seringa e da poaia, na região de Costa Marques a atividade persistiu até a década de 60. Só em 1970 que a atividade extrativista começou a perder espaço para o avanço da fronteira agropastoril, determinando profundas mudanças nos quadros de povoamento e densidade demográfica da região (Teixeira; Xavier, 2018).

Os seringueiros não viam com bons olhos o avanço agropastoril na região rica em matéria-prima para atividades extrativistas e de manejo de biodiversidade. Exemplo de resistência às novas atividades “Chico Mendes, o líder dos seringueiros na Amazônia, foi assassinado por defender um modo de vida contra os criadores de gado, os produtores de soja e os madeireiros que pretendiam capitalizar a terra” (Harvey, 2013, p. 296). Já aqueles que conseguiram traçar novos caminhos após o fim da era da escravidão passaram a viver da agricultura familiar, como a plantação de mandioca, milho e feijão (Almeida, 2009) ou ainda do turismo ecológico presente na região.

Embora as pesquisas acerca das características dos quilombos ainda sejam bastante escassas, há similaridades notáveis entre eles. A fuga para o quilombamento era em si uma negação da sociedade opressora, enquanto que o quilombo era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos. Até mesmo a escolha dos locais de agrupamento são parecidas, eles se situam em áreas férteis, próprias para o cultivo, e ricas em animais de caça e pesca (Carneiro, 2001), que fica bastante evidente pela localidade dos quilombos de Forte Príncipe da Beira e de Santa Fé.

A organização das comunidades quilombolas é bem determinada, Carneiro (2001) descreve que as áreas são de propriedade coletiva dos habitantes da aldeia, mas os indivíduos detêm, temporariamente, a posse da área que cultivam. Essas posses úteis das terras são chamadas de mocambos, muito comuns em toda a extensão dos quilombos.

Além dessas comunidades carregarem suas próprias tradições, aquelas que são passadas de geração para geração, desde a chegada à região de Costa Marques, os negros agregaram novos conhecimentos que se tornaram tradicionais para esses grupos específicos. Junto com as comunidades indígenas que ali já residiam, esses povos precisaram se adaptar às demandas da localidade, como as questões cíclicas ligadas às grandes cheias e vazantes do Rio Guaporé.

A adaptação aos movimentos cíclicos do Rio Guaporé inserem na identidade dos povos que residem na região de Costa Marques características ribeirinhas. Essa identificação

se dá em razão de uma série de técnicas e hábitos que são passadas entre as gerações para que suas atividades não sejam influenciadas, nem influenciem negativamente, os ciclos naturais da água. Exemplos de atividades que são influenciadas por essa adaptação é a forma como locomovem, sendo a hidrovia uma realidade cotidiana, as construções baseadas em terrenos alagadiços, a maneira que trabalham com o uso da terra e das riquezas naturais da região e como se relacionam com a natureza e entre si (Becker; Stenner, 2008).

Voltando às diferenças e semelhanças do município de Costa Marques e o restante do estado de Rondônia, tem-se que os demais municípios rondonienses são povoados, principalmente, por migrantes seringueiros, indígenas ou pessoas que buscaram a própria sorte com o ganho de terras pela política da ditadura militar sob o lema “ocupar para não entregar” nos anos 60 e 70 ou ainda pela compra de terras baratas já nos anos 80 e 90, estes últimos vieram especialmente da região sul e nordeste do Brasil. No entanto, o município de Costa Marques se diverge dessa realidade massiva do restante do estado, em razão da posição fronteiriça que possui que ensejou a construção do forte e propiciou a presença dos quilombolas, além da dificuldade de acesso à área que existia entre os anos 60 e 90 do século passado.

Desse modo, divergente do restante de Rondônia, Costa Marques recebe influência direta de populações tradicionais bem estabelecidas em seu contingente populacional, sendo elas: ribeirinhos, aqueles que se adaptaram às exigências do Rio Guaporé; indígenas, população que vivia na região desde os primórdios; e africanos, população escravizada que foi trazida para região por seus senhores durante a construção do Forte Príncipe da Beira.

Ainda que de forma breve, agora é possível entender como surgiu o município de Costa Marques. Porém, para que o objetivo central do trabalho seja alcançado é interessante aprofundar o conhecimento na sua composição geográfica, visto que ela atua diretamente no que é e no que poderia ser produzido, bem como na logística de escoamento da região, questões basilares para pesquisa que trata de desenvolvimento sustentável e implantação de um cadeia bioeconômica de produção. Outro ponto que deverá ser abordado é a composição socioeconômica do município, visto que a ocupação, interesse e qualificação da população influencia no destino de qualquer investimento em desenvolvimento sustentável da área.

3.2 AS SINGULARIDADES GEOGRÁFICAS E SUA INFLUÊNCIA NAS POTENCIALIDADES E NOS DESAFIOS DOS MUNICÍPIOS DE COSTA MARQUES

Os territórios são produzidos e condicionados pelas relações sociais. Eles atuam no

modo como é feita a apropriação e gestão do espaço e na influência que terão na dinâmica das relações de poder. Nesse sentido, Adão (2021) entende o território como:

Território é um espaço material que comporta a vida e o movimento. É onde se estabelecem as relações sociais e a interação das pessoas para com o espaço, por meio da apropriação, do uso – a apropriação é entendida como a interiorização da práxis humana (MORANTA; URRÚTIA, 2005) –. É dinâmico, fluido e carregado de significações culturais, simbólicas, subjetivas. O território diz respeito à construção identitária das pessoas, à noção de pertencimento (Adão, 2021, p. 23).

Na Amazônia as relações de territorialidade não são distintas, uma vez que o seu valor cresceu a partir da centralidade que assumiu com a guinada mundial em busca de sustentabilidade (Becker; Stenner, 2008), mostrando-se como um espaço de disputas e tensões, ao mesmo passo que intermedia relações de identidade e pertencimento.

Um dos aspectos que suscita conflitos nos territórios amazônicos é a sobreposição de territórios com interesses dissonantes, a exemplo da exploração econômica nociva ao meio ambiente em territórios tradicionalmente ocupados (Adão, 2021). Além disso, vários conflitos socioambientais emergem como resultado das tensões de fronteiras que caracterizam a interação entre diferentes atores e interesses.

Essas disputas muitas vezes envolvem questões cruciais, como a exploração de recursos naturais, a expansão agrícola, a infraestrutura de desenvolvimento e os direitos territoriais das comunidades locais (Garzon, Silva, Ribeiro, 2022). As divergências entre governos, empresas, comunidades tradicionais e organizações não governamentais criam um cenário complexo, onde as necessidades de conservação ambiental frequentemente colidem com objetivos econômicos e políticos. A falta de regulamentação eficaz e a escassez de políticas inclusivas contribuem para a intensificação desses conflitos, aumentando os desafios na busca por soluções equitativas e sustentáveis para as questões socioambientais na região de fronteira, como é o caso de Costa Marques.

A expansão das atividades agropecuárias, extrativistas predatórias e de infraestrutura muitas vezes se choca com os direitos territoriais e a preservação ambiental defendida por comunidades locais e tradicionais. Esses conflitos são exacerbados pela falta de clareza e implementação efetiva das políticas de gestão territorial, abrindo espaço para práticas ilegais e desmatamento desenfreado.

A busca por soluções equitativas que conciliem desenvolvimento econômico e preservação ambiental torna-se imperativa para mitigar os impactos negativos nas comunidades locais e garantir a sustentabilidade a longo prazo na região amazônica.

O município de Costa Marques, assim como grande parte das cidades que

compõem a região amazônica, possui um grande potencial para a implantação de técnicas de desenvolvimento sustentável. No entanto, a região ainda é marcada pela centralidade das atividades nocivas ao meio ambiente e consequentemente a pobreza e o baixo índice de desenvolvimento humano e qualidade de vida que são inerentes às áreas que vivem de uma economia pautada na ilegalidade.

Além da ilegalidade, a ausência de políticas públicas de reconhecimento e atendimento às demandas e necessidades de grupos sociais vulnerabilizados, como comunidades tradicionais e quilombolas, demonstra um baixo interesse do poder público em adequar seu modelo de desenvolvimento em conformidade com as características e peculiaridades da região e suas populações, bem como uma desvalorização do seu povo e suas riquezas.

Buscando a satisfação do objetivo do trabalho que é demonstrar a viabilidade socioeconômica da valoração dos conhecimentos tradicionais associados a uma agenda de desenvolvimento sustentável pautada na bioeconomia para a Amazônia é necessário explanar sobre as singularidades que serão tratadas como potências ou desafios da localidade.

Conforme mencionado anteriormente, o município de Costa Marques é banhado pelo Rio Guaporé, que em Rondônia possui uma área total de 70.860 km² (Brasil, 2004), atingindo aproximadamente 236.204 rondonienses (IBGE, 2021). Sua composição na região se dá pelo Rio Guaporé e seus principais tributários: rios Mequéns, Cabixi, Colorado, São Miguel, Cautário e Galera pela margem direita e o rio Verde pela margem esquerda (Brasil, 2004).

O clima da região é tropical chuvoso, próprio desta latitude geográfica, com dias de maneira geral quentes e úmidos, o que acaba determinando quais os alimentos que serão produzidos nos roçados. A temperatura gira em torno de 24°C, com um período anual mais seco, entre junho e novembro, enquanto o restante do ano é mais chuvoso tendo o índice anual pluviométrico com valores entre 1.250 e 2.000 mm, enquanto a umidade relativa do ar alcança uma média de 85% no decorrer do ano (Brasil, 2004, p. 23), muito embora essa realidade tenha se alterado significativamente no último ano com a estiagem inesperada.

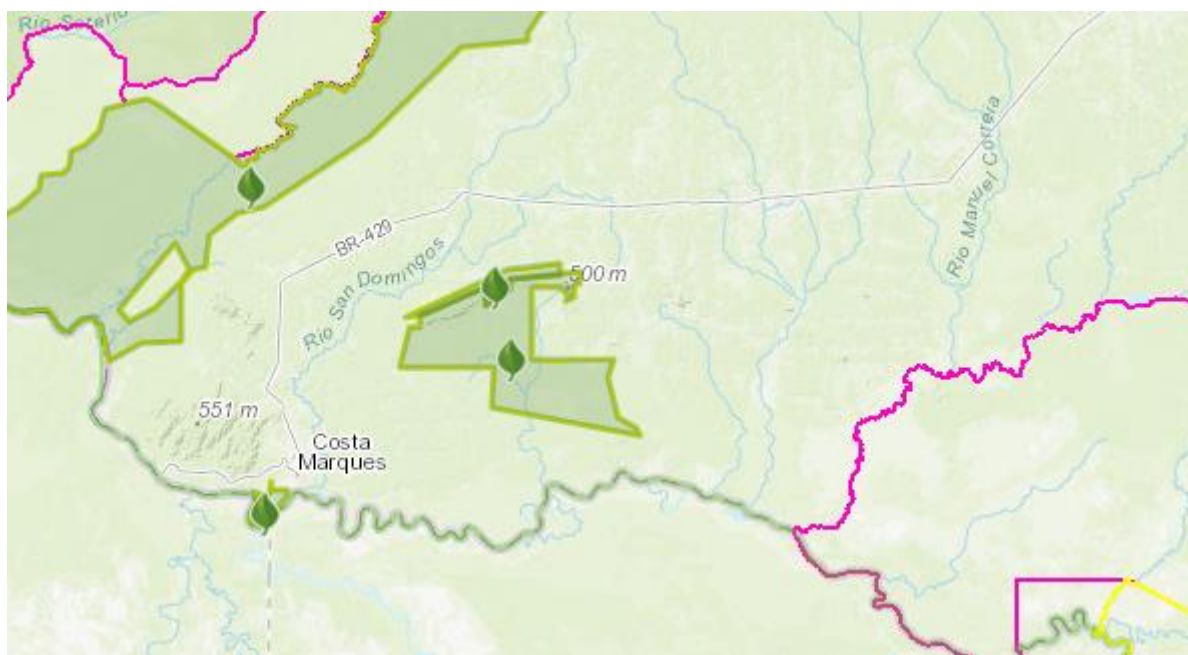
Quanto à vegetal, que é interessante para o trabalho, compreende quatro regiões distintas, sendo elas: savana, floresta densa, floresta aberta e floresta semidecidual, essa última a mais dominante, ocupando as planícies aluviais e as superfícies pediplanadas (Brasil, 2004), o que evidencia o nível de biodiversidade da área.

Ao longo do Guaporé existem vários aglomerados, sendo que alguns deles se

tornaram mais notáveis e, por isso, são basilares para o presente estudo. Entre eles, foram fixados os que estão nas dependências do Estado de Rondônia, os quais formam o município de Costa Marques, iniciado pela colonização orientada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelas populações pré-existentes (Brasil, 2004), os indígenas e os quilombolas.

O município de Costa Marques está entre os menos populosos do Estado de Rondônia, sua densidade demográfica de acordo com o censo de 2010 é de 2,74 habitantes por quilômetros quadrados. Esse valor corresponde a 13.678 habitantes, distribuídos entre moradores da zona urbana e da zona rural (IBGE, 2021), sendo os últimos divididos em pequenos agricultores rurais, quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

Dentro do município de Costa Marques situam-se cinco Unidades de Conservação, como trazido no presente trabalho: as Reservas Extrativistas de Curralinho e Rio Cautário, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande, e os Parques da Serra dos Reis e da Serra da Cutia, sendo que apenas o último Parque citado é de jurisdição federal, enquanto os demais são estaduais (CNUC, 2023). Além dessas Unidades de Conservação, tem-se os dois quilombos estudados no decorrer deste trabalho (ISA, 2022).

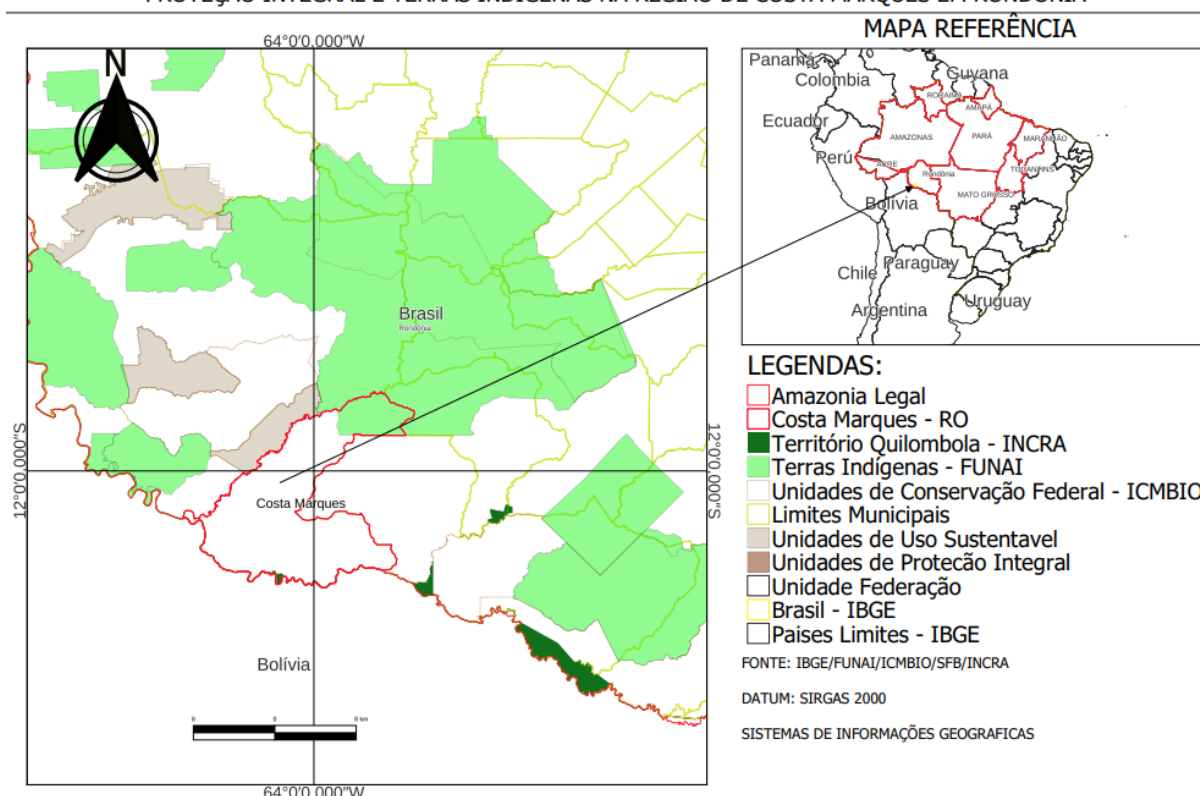


Mapa 2 Unidades de Conservação situadas no Município de Costa Marques em Rondônia
(ISA, 2022)³

³ Apesar de existirem mais áreas de conservação no município de Costa Marques, hoje composto por cinco Unidades de Conservação entre exclusivas e limítrofes com outros municípios e um Parque Federal, no mapa foram demarcadas apenas as duas Unidades de Conservação Estaduais que estão localizadas apenas no território do município de Costa Marques.

Na figura acima, em verde com ponto de folhagem, tem-se a marcação exata das Unidades de Conservação existentes nos domínios do município de Costa Marques. As duas Unidades que estão em posições quase sobrepostas são as Unidades de Conservação Serra dos Reis A e a Serra dos Reis que situam-se próximas ao centro do território, também a Unidade de Conservação Curralinho, a qual está localizada bem na extremidade do município, fazendo divisa com o Rio Guaporé.

MAPA DAS ÁREAS DE QUILOMBOS, UNIDADES DE CONSERVAÇÕES, UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL, UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL E TERRAS INDÍGENAS NA REGIÃO DE COSTA MARQUES EM RONDÔNIA



Mapa 3 Áreas de Proteção Territorial do município de Costa Marques - RO

A base econômica da população de Rondônia, na bacia hidrográfica do Guaporé, é massivamente impulsionada pela agropecuária, o que ocasiona preocupações relacionadas ao avanço de atividades que provocam degradação do meio ambiente e grande perda de biodiversidade. Na delimitação espacial do trabalho, no município de Costa Marques, a realidade não é diferente, existe um avanço significativo da fronteira agropecuária por meio de ações ambientalmente prejudiciais, à utilização de queimadas e de agrotóxicos (Fiocruz, 2021b).

Outro ponto a ser destacado é a influência de outras atividades nocivas ao meio ambiente que já estão implantadas ou em vias de implantação, como a pesquisa e a busca por legalização da mineração da região. A importância dessa pauta se dá, justamente, pela

influência direta que ela possui na composição socioeconômica do município, visto que a partir do momento que atividades nocivas ganharem espaços na localidade, automaticamente, o desenvolvimento vinculado a conservação da biodiversidade que favorece as comunidades quilombolas ficará prejudicado. Essas características serão estudadas no tópico a seguir.

Superadas a busca pela caracterização do município de Costa Marques sob o escopo socioeconômico geral, cabe agora apresentar nuances que estão interligadas a presença da população quilombola no município.

No que tange às comunidades quilombolas, aponta-se inicialmente que existe uma política de regularização fundiária dos territórios com normatização própria, o que diferencia substantivamente dos mecanismos da política de reforma agrária tradicional (Arruti, 2009). Muito embora exista essa política diferenciada para regularização fundiária de quilombos, na prática, eles não são contemplados com prazos e processos menos burocráticos, o que acaba corroborando para uma série de dificuldades na regularização dos quilombos e o uso de seus territórios, que pode demorar no mínimo mais de uma década.

Com o decreto nº 4.887 de 2003, houve o estabelecimento da competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para normatizar e conduzir os processos de regularização fundiária das comunidades quilombolas que possuem seus territórios localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas particulares. A partir desse processo, houve a incorporação do autorreconhecimento como característica fundamental a ser observada na demarcação do território, assim como a possibilidade de desapropriação das terras e, claro, afirmou o estabelecimento da titulação das terras em nome da entidade representativa da comunidade, o que assegura o caráter comunitário do território (Arruti, 2009).

A crítica à competência do INCRA na demarcação de territórios quilombolas está relacionada à influência das políticas de governo nos órgãos de estado, impactando diretamente as atividades e ações do instituto e das organizações envolvidas. Historicamente, a demarcação de terras quilombolas tem sido um processo complexo e, muitas vezes, controverso no Brasil, devido a disputas de interesses econômicos e sociais (Santos, et. al., 2021)

O INCRA vem sofrendo com políticas que promovem o desmonte das ações do instituto e das organizações que lidam com a questão quilombola. Isso pode incluir, por exemplo, a redução de orçamento para atividades de demarcação, a diminuição da equipe dedicada a essas questões, ou mudanças em diretrizes e normativas que tornam mais difícil o reconhecimento e a delimitação dos territórios quilombolas (Santos, et. al., 2021).

A influência das políticas governamentais pode refletir uma abordagem menos comprometida com a proteção dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, muitas vezes priorizando interesses agropecuários, minerários ou outros setores econômicos. Isso pode resultar em um processo de demarcação mais lento, menos preciso ou até mesmo na paralisação de ações voltadas para a regularização dessas terras (Santos, et. al., 2021).

Essas mudanças podem ter impactos significativos nas comunidades quilombolas, que historicamente enfrentam desafios relacionados à posse da terra, preservação cultural e garantia de seus direitos. A crítica destaca a importância de se manter a autonomia e a eficácia do INCRA, bem como de se preservar uma abordagem justa e equitativa na demarcação dos territórios quilombolas, em conformidade com a legislação brasileira.

O processo de regularização fundiária no INCRA tramita por cerca de dez anos, sendo que é comum que a já extensa espera de uma década seja prolongada, já que existem processos em que o tempo de duração extrapola essa estimativa. Entre os inúmeros fatores que influenciam nesse processo de regularização, tem-se o racismo estrutural, isso porque o tempo demandado para a regularização de grileiros e de latifundiários tem sido bem inferior ao tempo aguardado pelos quilombolas para reconhecimento de seus direitos ao território (Held, Botelho, 2020).

Exemplo está na própria ação de titulação do território quilombola de Forte Príncipe da Beira. Em 2005, a Fundação Palmares emitiu o Certificado de Autorreconhecimento dos Remanescentes de Quilombolas do Forte, em 2010, cinco anos depois, o MPF constatou, em inquérito civil público, que o processo de demarcação do território estava em andamento na Divisão de Ordenamento Fundiário do Incra, mas que os funcionários eram impedidos de entrar na área pelos militares (Aranda, 2018), situação de acesso que só ficou resolvida após a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta no MPF em 2019, quatorze anos depois, momento que, enfim, deram prosseguimento ao processo que aguarda a emissão de título até os dias atuais.

Acontece que mesmo tendo uma relação intrínseca entre as comunidades quilombolas, seus territórios e suas características culturais, destaca-se que as características culturais são vistas como subsidiárias uma vez que decorrem da relação desses povos com o território que afirmam pertencer, veja:

Dessa perspectiva, os autores defendem que a regularização das terras de quilombos não é uma questão prioritariamente cultural, já que o seu direito à terra e, por meio dela, à reprodução de sua diversidade enquanto grupos étnicos, não deriva do seu valor enquanto patrimônio cultural e sim dos direitos territoriais garantidos na constituição. A diversidade cultural passa a ser vista como subsidiária dos direitos

territoriais, já que o suporte de sua identidade sócio-cultural é justamente o território (Arruti, 2008).

A partir do que aponta Arruti (2008) percebe-se que a relação com o território está vinculada também às questões socioculturais, o que significa dizer que a demarcação desses espaços possuem importância expansiva, não apenas quanto à propriedade, mas possui vínculo direto à autodeterminação desses povos.

A observância ao direito à autodeterminação dos povos quilombolas é bem apresentada pela Disposição Constitucional Transitória (ADCT) consoante ao artigo 68, o qual apresentou uma nova modalidade de direito à propriedade definitiva desses povos. A partir dessa nova regulamentação o direito à propriedade não é mais vinculado à tutela, como acontece aos povos indígenas. No caso dos quilombolas o reconhecimento dado pela Constituição Federal é de propriedade definitiva dos quilombos (Almeida, 2004).

Porém, o direito evocado pelo texto constitucional não é vinculado apenas a uma “identidade histórica”, que pode ser assumida assim que acionada a norma. É preciso que esses sujeitos que são historicamente presumidos existam no presente, e que tenham condição básica de ocupar de fato a terra reivindicada. Desse modo, qualquer invocação ao reconhecimento histórico deve estar vinculada a uma forma atual de existência (O’dwyer, 2007).

Quanto às questões geográficas, a noção de território nos quilombos é diferente daquelas a que a sociedade está acostumada. Nos espaços quilombolas, a ocupação é feita com predomínio do uso comum, atuando de acordo com a sazonalização das atividades agrícolas e de criação, assim como os elementos do ecossistema, como as cheias de secas. Outra base importante está nos laços de parentesco e vizinhança, que são relacionados aos laços de solidariedade e reciprocidade (O’dwyer, 2002).

Portanto, fica bastante claro que diferente da comunidade geral, os quilombolas estão alinhados com as necessidades do espaço que convivem. Essa disposição para vivência plena da localidade e o respeito aos limites ambientais e de biodiversidade do território se dá pela perspectiva expansiva que possuem, visto que percebem esses espaços para além de propriedade, formando verdadeiro vínculo de autodeterminação social e cultural o que impacta na composição econômica dessas comunidades e nas atividades que desempenham, tópicos que serão abordados a seguir.

3.3 O PROCESSO DE RESISTÊNCIA DOS QUILOMBOLAS EM COSTA MARQUES E A INFLUÊNCIA DE SUA CULTURA NA COMPOSIÇÃO SOCIECONÔMICA DO MUNICÍPIO

O município de Costa Marques tem uma composição específica em razão da sua gênese estar vinculada à construção do Forte Príncipe da Beira. Mas não se restringe a isso, pois outros fatores também influenciam nessa composição, como sua posição fronteiriça e sua costa banhada pelo Rio Guaporé, um rio extenso e navegável. Todas essas características atuaram na formação e continuam exercendo influência em aspectos sociais e econômicos, os quais serão abordados nesta seção.

Primeiramente, é preciso descrever que a maneira como uma sociedade é formada deixa marcas que se mantêm ao longo da história. Galeano (2020) descreve como “a maldição da abundância”, os efeitos sociais, econômicos e ambientais da exploração da biodiversidade e da riqueza natural da América Latina por países colonizadores, visto que esses efeitos colaterais só existem em função da posição privilegiada ocupada por esses países dada suas riquezas ambientais.

Exemplo disso tem-se o início da expansão comercial e colonização em todo território amazônico, o qual foi marcado pela exploração fácil e rápida dos recursos de terras apropriadas, o extrativismo, que é a coleta da riqueza natural exposta (Becker; Stenner, 2008). Sendo a marca histórica da colonização responsável por características sociais que perpetuam o subdesenvolvimento até os dias atuais.

Mas, diferente da forma como foi determinada a colonização da região com o objetivo único e exclusivo de apropriação de riquezas, o extrativismo vegetal pode ser uma alternativa de desenvolvimento sustentável. Levando em consideração que as comunidades tradicionais conhecem o manuseio das plantas e de seus produtos sem causar dano ambiental, o extrativismo vegetal como os frutos, óleos, folhas e raízes é uma possibilidade bioeconômica rentável que fortaleceria o protagonismo das comunidades tradicionais.

Os recursos da exploração fácil nas áreas amazônicas mudam a depender do que a natureza disponibiliza em cada localidade, o que não muda são as consequências dessa exploração que deixa para trás efeitos devastadores para sociedade e para o meio ambiente, como pobreza, alto índice de criminalidade, desemprego, impactos na saúde e na educação da localidade, isso sem contar com a queda da biodiversidade.

Esse efeito econômico e social também pode ser visto em pequenas escalas territoriais, como é o caso do município de Costa Marques. O município surgiu em razão da construção de um forte para proteger a colônia portuguesa de ataques da Espanha, que

dominava a região que hoje é a Bolívia. Na época, desejava-se proteger riquezas naturais importantes, como a borracha e possíveis jazidas minerais da região. Acontece que a construção desse forte contou com mão de obra escrava, parte indígena que foi resistente, parte de negros que foram trazidos para região, o que fortaleceu os quilombos da região, histórico já abordado nas seções anteriores desta pesquisa.

A relação entre a Coroa Portuguesa e Espanhola nos anos 1770 e 1800 tem uma influência grande da quantidade de fugas de escravizados para domínios espanhóis. As fugas para região que hoje se encontra a Bolívia dificultava as expedições punitivas, tendo relatos de ofícios entre agentes coloniais e a Coroa Espanhola para que os escravizados fugidos fossem presos e remetidos ou fossem permitidos que os agentes tivessem liberdade e passaporte para persegui-los em terras castelhanas (Farias Junior, 2013).

Sobre o trabalho forçado, Held (2017, p.24), aponta que “no período denominado como escravagismo moderno podemos perceber a subjugação de povos indígenas e negros em período que inicia no século XVI e tem seu fim no século XIX [...] trabalho forçado que se sustentou por ideais de organização do sistema econômico e político”.

Exatamente como apontado por Held (2017), ainda que por razões diversas, o trabalho escravo na região de Costa Marques foi motivado por questões econômicas e políticas dos colonizadores que desejavam a todo custo manter suas terras livres de explorações de terceiros. Em função dessa exploração de trabalho escravo a região delimitada para a pesquisa é hoje efetivamente influenciada pelos quilombos formados naquela época.

Para se entender a formação social e econômica da região é interessante entender como os quilombos atuam na identificação dos negros que o compõem e a influência dessa identificação na comunidade geral. Nessa toada, primeiramente pretende-se apresentar brevemente como se dá a formação da identidade dos negros aquilombados.

O primeiro ponto que merece destaque é que os aquilombados da região do Vale do Guaporé, especialmente Costa Marques, trabalham tanto do lado brasileiro quanto do lado boliviano. Essa prática de cruzar a fronteira para trabalhar remetem diretamente ao período escravocrata colonial, quando o território espanhol representava a consolidação da ruptura com o sistema escravocrata (Farias Junior, 2013). Sendo que essa perspectiva corrobora com a formação étnica da cidade de Costa Marques, local que abriga uma quantidade expressiva de crianças e adolescentes descendentes de quilombolas e bolivianos, mas que não possuem nem mesmo registro de nascimento brasileiro, inexistindo para o estado e para angariamento de políticas públicas.

Quanto a identidade desses indivíduos, Hall (2005) condiciona a algo formado ao longo do tempo. Essa formação é descrita por ele como processos inconscientes, logo, fantasiados a respeito da unidade de cada ser. Assim, a identidade, pela visão dele, permanece sempre em construção, não podendo ser prevista como algo completo ou formado.

Essa constante mudança da identidade é bem descrita pela fusão ou reconhecimento de várias culturas em determinados espaços,

Algumas pessoas argumentam que o “hibridismo” e o secretismo - a fusão entre diferentes tradições culturais - são uma poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de cultura, mais apropriadas à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado. Outras, entretanto, argumentam que o hibridismo, com a indeterminação, a “dupla consciência” e o relativismo que implica, também tem seus custos e perigos. (Hall, 2005, p. 91)

Nessa linha, Clara Adão (2021, p.24) assevera que “Os espaços são os mais eficientes construtores de identidade.” Partindo dessa perspectiva, é possível ver a cultura emergente em Costa Marques de duas formas. Primeiro, que os quilombolas e demais povos que existem na região, em razão da exposição a uma multiplicidade de saberes estariam favorecidos e mais adaptados às necessidades da modernidade. Segundo, que diante dessa “mistura” de cultura, haveria um relativismo que implicaria em perigos para a perpetuação de uma cultura origem, logo, seu esquecimento.

[...] Eles argumentam que existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional, e um reforçamento de outros laços e lealdades culturais, “acima” e “abaixo” do nível do estado-nação. As identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes. [...] (Hall, 2005, p. 73)

Ainda que essa realidade seja prejudicial, é inegável que ela exista, inclusive ganhando contornos políticos. Hall (2005, p. 21) descreve:

[...] identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituído uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (Hall, 2005, p. 21)

Essa política da diferença torna-se a principal responsável pelo afastamento entre os indivíduos, ainda que possuam origens comuns, em razão da supervalorização das crenças e saberes diversos que passam a cultivar e perpetuar ao se conectar com outras culturas.

Em outras palavras, embora a identidade esteja em constante formação, de acordo com Hall, ela é formada por algumas diretrizes, como a “etnia que é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais - língua, religião, costumes, tradições, sentimento de “lugar” - que são partilhados por um povo” (Hall, 2005, p. 62).

Ademais, seguindo o que se espera de um antropólogo, não lhe cabe a tarefa de definir o grupo, mas contextualizá-lo, instruindo por meio da classificação e da categorização nativas de auto-identificação. Em outras palavras, não cabe ao antropólogo o papel de identificar a estruturação interna e os processos sociais interativos (O’dwyer, 2002).

Quando se fala em desenvolvimento sustentável pautado na bioeconomia foca-se na valorização de bens materiais vinculados à biodiversidade, mas também dos bens imateriais, como o caso dos saberes tradicionais.

Os bens imateriais abrangem as mais diferentes formas de saber, fazer e criar, como músicas, contos, lendas, danças, receitas culinárias, técnicas artesanais e de manejo ambiental. Incluem ainda os conhecimentos, inovações e práticas culturais de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, que vão desde formas e técnicas de manejo de recursos naturais, até métodos de caça e pesca e conhecimentos sobre sistemas ecológicos e espécies com propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas - os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade (Santilli 2006).

Diante dos patrimônios imateriais estão os conhecimentos relacionados ao manejo da biodiversidade local, mas também as características culturais desses povos, como culinária e artesanato. Fato é que todos esses saberes devem influenciar a economia da localidade, assim como podem se tornar base para um desenvolvimento sustentável pautado na bioeconomia, perspectiva que será melhor abordada quinto capítulo dessa dissertação.

Quanto ao turismo histórico e ecoturismo, eles acontecem principalmente nas secas, momento que há grandes planícies e pantanais com extensas áreas inundadas e bancos de areia clara com formação de praias, impulsionando também as visitas ao patrimônio cultural e histórico mais antigo construído em Rondônia, o Forte Príncipe da Beira (Moss; Moss, 2007).

O processo de produção do látex, por exemplo, passa por uma realidade de constante troca e conhecimento da floresta. Os coletores do material saem ainda de madrugada de suas casas e passam o dia na mata para corte e coleta da borracha que só terá o trabalho finalizado à noite com sua defumação. A coleta de castanha não é diferente, começam a cair em novembro, momento que as comunidades tradicionais evitam se aproximar das castanheiras em função do peso de seus frutos. O início da coleta começa em fevereiro, quando já não existem mais chances da queda de castanhas (Cruz, 2010).

Contudo, no que se refere à pesca profissional, desde 2007, Rondônia alterna em

tempos de proibição total e/ou parcial da pesca em trechos ou em toda a extensão do rio Guaporé devido ao impacto que tem causado na piscosidade consequência do alto volume de peixes comercializados (Moss; Moss, 2007). Por outro lado, os municípios se veem cada vez mais atingidos e reféns de atividades nocivas ao meio ambiente, tais como: agricultura extensiva, pecuária e mineração (NEEPES; ENSP; Fiocruz, 2021) e a invasão de outras espécies de peixes, como o pirarucu.

A introdução de peixes invasores, que apesar de serem comuns na região amazônica, ameaçam a fauna nativa dos entornos de Costa Marques. Foi noticiado em setembro de 2023 a identificação da espécie invasora, o pirarucu, e a necessidade de um levantamento para estimar os impactos aos extrativistas (Rondônia ao vivo, 2023). Por meio de um plano chefiado pela SEDAM e pelo ICMBio tem-se o intuito de executar o manejo da espécie invasora a fim de evitar maiores desequilíbrios ambientais na fauna regional.

Toda atividade econômica, seja ela vinculada às alternativas sustentáveis ou não, emerge da linha educacional que a população de determinada localidade tem acesso. A respeito da educação dos quilombolas, é necessário apontar que a região de Costa Marques carece de investimento em políticas públicas que proporcione acesso à escolaridade. Quanto às comunidades, a situação fica ainda mais complexa, considerada a distância dos seus territórios do centro do município, local que recebe a maior parte do pouco incentivo educacional.

No entanto, existem algumas questões ainda mais complexas que atingem não apenas as comunidades de Costa Marques, mas todas as comunidades quilombolas. Trata-se da necessidade de uma atenção diferenciada para as escolas situadas em seus territórios, também quanto a possibilidade de transferências de recursos financeiros para municípios que têm presença quilombola para que as escolas situadas nos territórios sejam melhoradas (Arruti, 2009), questões que são apontadas como necessárias, já que as comunidades quilombolas possuem saberes, interesses e modos de vidas diversos que devem ser respeitados no processo educacional.

A salvaguarda dos saberes quilombolas por meio do reconhecimento formal está intrinsecamente vinculada ao conceito de etnoconhecimento e à proteção constitucional dessas comunidades. É imperativo assegurar que o processo de formação seja elaborado com sensibilidade cultural, reconhecendo e respeitando os saberes tradicionais que há séculos permeiam as vivências quilombolas (Arruti, 2017).

O etnoconhecimento, entendido como o acúmulo de saberes específicos de uma comunidade, é um pilar essencial para a identidade cultural quilombola. Nesse contexto, a

Constituição brasileira reconhece e protege essas comunidades, garantindo seus direitos à preservação cultural, à terra e à educação. O respeito ao etnoconhecimento, portanto, é uma extensão dessas garantias constitucionais (Campos, Gallinari, 2017).

A educação, quando alinhada ao etnoconhecimento, não apenas proporciona a formação educacional e teórica dos indivíduos, mas também reforça a preservação das tradições culturais quilombolas. O currículo deve ser elaborado de modo a integrar os saberes ancestrais, proporcionando uma educação que valorize e fortaleça a identidade dessas comunidades.

A proteção constitucional entra em cena ao garantir que as políticas públicas estejam alinhadas com os preceitos de preservação cultural e igualdade. É fundamental que os órgãos responsáveis pela implementação dessas políticas considerem a diversidade cultural quilombola, adaptando estratégias para atender às necessidades específicas de cada comunidade (Arruti, 2017).

Nesse sentido, a parceria entre instituições de ensino, governo e líderes comunitários torna-se crucial. O diálogo constante entre essas partes permite a criação de programas educacionais que respeitem as particularidades locais, promovendo a inclusão e o respeito ao etnoconhecimento. Investir na educação diferenciada quilombola, sob a perspectiva do etnoconhecimento e respaldado pela proteção constitucional, não apenas atende aos princípios de justiça social, mas também consolida um caminho para a construção de sociedades mais equitativas, onde as riquezas culturais são reconhecidas e preservadas como patrimônio de todos.

Já no campo da Saúde, a principal iniciativa está concentrada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Quilombola, ligado ao Programa Brasil Quilombola que compreende a um conjunto de ações denominadas Agenda Social Quilombola, instituído pelo Decreto nº 6.261/2007 (Brasil, 2021).

O programa institui iniciativas voltadas para o saneamento e a infraestrutura dos quilombos, fala-se também em mobilização social e educação em saúde. Nessa toada, percebe-se critérios de elegibilidade diferenciados para financiamento e execução de projetos de saneamento em municípios que possuam menos de 30 mil habitantes, bem como presença de comunidades quilombolas (Arruti 2009), como o caso do município de delimitação do trabalho não possui sequer 13 mil habitantes (IBGE, 2023), no entanto, não há qualquer movimentação para que haja investimento em saneamento da cidade.

A agricultura extensiva e pecuária se destacam como atividades nocivas ao meio ambiente devido à forma como elas são implantadas no território em questão. Grandes

fazendeiros ocasionam queimadas para gerar um desmatamento rápido e efetivo para a expansão da fronteira agropecuária (Cota; Caramello; Scoti, 2020; Moss; Moss, 2007). As queimadas provocam doenças respiratórias e acabam por atingir diretamente a biodiversidade, haja vista que devasta a flora existente no espaço e provoca a morte de inúmeros animais (Serafim, et al., 2020).

Outra face desses conflitos está diretamente ligada com populações tradicionais que não possuem seus territórios reconhecidos. Nesses casos, seus direitos são violados desde a gênese, visto que sofrem com a sensação de não pertencimento e falta de acolhimento da comunidade que, muitas vezes, chegaram depois deles nas localidades, tal qual as comunidades que vivem nas margens do Rio Guaporé, próximos ao município de Costa Marques. Exemplos disso é a Comunidade Quilombola de Santa Fé, composta por agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas e a Comunidade Remanescente do Quilombo Forte Príncipe da Beira composta por quilombolas descendentes daqueles que vieram para Rondônia ainda na época colonial (Fiocruz, 2016, 2019).

Note-se que a Comunidade de Forte Príncipe da Beira é classificada como remanescente. Essa classificação não deve passar despercebida pelos estudiosos, porque em razão dela, da etnicidade e das diferenças culturais, os remanescentes de quilombos são frequentemente chamados de povos das florestas pelos demais povos tradicionais. Essa denominação, apesar de aparentar inofensiva, atua negativamente no reconhecimento dos direitos quilombolas, como a demarcação de suas terras, uma vez que expressam julgamentos etnocêntricos (O'dwyer, 2005).

Apesar de essa classificação exercer uma influência negativa em processos sociais e jurídicos para reconhecimento dos direitos quilombolas, é uma característica interessante para o intuito desse trabalho, isso porque O'Dwyer (2005) aponta que a identificação dos remanescentes como povos da floresta é em razão do reconhecimento do povo negro como os melhores preservadores das matas. Eles optam por morar mais isolados, justamente para fortalecer os laços culturais e trabalham com a coleta em comum acordo com os ciclos naturais, o que garante uma boa renovação desses espaços.

Apesar de toda a influência positiva que as comunidades quilombolas exercem na região de Costa Marques, a gentileza não é uma via de mão dupla. Os conflitos que os envolvem apresentam ligação com o desconhecimento e ataque aos direitos dos povos tradicionais, especialmente por aqueles que deveriam, em nome do Estado, defendê-los. É uma face do desconhecimento e da ignorância acerca da cidadania, dos direitos humanos e

fundamentais, assim como, da história de formação da sociedade brasileira (Silva, 2010), sendo chancelada até pouco tempo pelo próprio Estado, uma vez que os principais cerceadores dos direitos da comunidade de Forte Príncipe da Beira era o batalhão do Exército Brasileiro que permanece na localidade.

Exemplo das violações aos direitos dos quilombolas de Forte Príncipe da Beira, é a proibição de atividades agrícolas. Em 2008, dois quilombolas, Raimundo e Antônio, foram presos por fazerem roça. Em 2009, um acordo entre a Emater e a Asqforte solicitou um trator para arar a terra, evitando queimá-la, porém ele foi apreendido pelo Exército. Há ainda uma forte fiscalização e proibição da pesca, mesmo para consumo (Farias Junior, 2013), o que afetou diretamente a subsistência da comunidade

Em 2008 aconteceu ainda a expulsão de Manoel Marculino da Silva, bem como de sua família, que tiveram a casa incendiada em seguida. A justificativa se deu por uma suposta pesca e caça ilegal na propriedade do Exército. Porém, tratava-se na verdade de busca por alimentos para realização de um puxirão, que é uma forma de cooperação tradicional simples para execução de atividades coletivas (Farias Junior, 2013).

O Exército aponta que a instalação do Pelotão na Fronteira é necessária para coibir crimes transnacionais vinculados a tráfico de drogas, armas e outros ilícitos. No entanto, em razão da instalação do pelotão, os locais são submetidos a revistas para que possam usufruir das dependências do Forte Príncipe da Beira, monumento que possui importância cultural e econômica para os quilombolas, em razão do trabalho que desempenham com o ecoturismo, bem como para utilizar o porto fluvial e a escola (Aranda, 2018).

A comunidade, por sua vez, aponta que

sofrem restrições de suas atividades produtivas, como roça, pesca e extrativismo, o que estaria provocando um “forçado abandono” do território tradicional pela população. Na década de 1980, a comunidade tinha cerca de 4.500 habitantes. Atualmente são 276 moradores de 74 famílias, segundo levantamento da Associação Quilombola do Forte (Asqforte) (Aranda, 2018).

O vice-prefeito de Costa Marques, que é morador do Forte desde os nove anos de idade, Amauri Arruda, de 53 anos, é filho de militar. Apesar de o pai ser militar e ter trabalhado como enfermeiro nas dependências do Forte, ele acusa o Exército de “massacre silencioso” contra as comunidades e “um apartheid” (Aranda, 2018).

Para que pudessem exercer seus direitos tranquilamente, a comunidade do quilombo Forte Príncipe da Beira precisou da interferência do Ministério Público Federal (MPF) por meio da ação judicial na Segunda Vara da Justiça Federal de Ji-Paraná, sob o número 0006050-05.2014.4.01.4101 (Justiça Federal, 2019).

No processo o Ministério Público Federal cobrava da União a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e adoção de medidas para a interrupção dos conflitos entre o Exército e a comunidade (Brasil, 2021, p. 15).

Apenas a partir da criação do termo de conduta que foi assinado em 2019 que os quilombolas da comunidade passaram a ter direito de cultivar e criar seus rebanhos nas áreas pré-determinadas sem que houvesse qualquer interferência do Pelotão do Exército, desde que observadas as medidas de segurança. Esse mesmo direito foi estendido para aqueles que praticam a extração e coleta de produtos florestais, exceto quando a área de coleta pertencer ao pelotão, momento que será necessário avisar com 10 (dez) dias de antecedência da data pretendida para coleta (Brasil, 2021).

Quanto à prática de caça, após o acordo firmado com intermediação do Ministério Público, foi determinado que em 30 (trinta) dias a comunidade informaria os nomes dos caçadores que moravam em seu quilombo e a lista seria entregue ao Pelotão. As armas utilizadas na caça da comunidade precisavam estar regularizadas e os dados entregues ao Comando do Pelotão. Quanto a pesca, continuaria permitida, mesmo em período do defeso, sendo limitada a 5 quilos de peixe por dia para cada família, sendo que em caso de venda terá que seguir os regramentos federais e estaduais sobre o assunto (Brasil, 2021).

A atividade de turismo foi regulamentada a partir do acordo. Em 30 (trinta) dias, a associação do quilombo de Forte Príncipe (ASQFORT) encaminhou a lista de guias turísticos do quilombo. Essa lista foi cadastrada no Comando do Pelotão e feitos crachás para que pudessem conduzir os passeios e trilhas com tranquilidade. Sendo que a comunidade precisou se comprometer a providenciar cursos de primeiros socorros aos seus guias (Brasil, 2021).

Quando há manifestações culturais e festejos não há necessidade de avisar o pelotão, desde que as mesmas sejam ordeiras e não reúnam mais de 200 (duzentas) pessoas, situação que deve ser comunicada com antecedência de 3 (três) meses. Essa medida se torna necessária para que o pelotão possa organizar a segurança do local (Brasil, 2021).

Não deixando de lado toda a pressão externa que os quilombolas sofrem, seja da sociedade, seja do próprio Estado, como foi visto com a atuação do exército da região, há uma pergunta que permeia os pesquisadores acerca da existência desses povoamentos: em que medida eles são, de fato, reprodução da maneira de viver dos africanos ou em que medida são na verdade criações originais do próprio modo de vida dos negros que foram escravizados e libertos posteriormente? (Arruti, 2008).

Essa pergunta que norteia os pesquisadores é apresentada como ponto de partida para análise da vida quilombola. Isso porque esses espaços possuem influência das estruturas estatais, mas também são formas de substituição das estruturas de dominação de classe existentes nos espaços externos aos quilombos, ou seja, podem ser pensadas como formas potencialmente revolucionárias de resistência popular (Arruti, 2008), ainda que possuam em sua gênese influência direta do que eram as reuniões africanas em seu local de origem.

Além dessa perspectiva de influência e reprodução total da vida africana dos quilombos, há também a ressemantização desses espaços. Nesse movimento, opera-se o que chama de perspectiva cultural e racial somadas às ideologias políticas, elegendo os territórios quilombolas como ícones de resistência negra (Arruti, 2009) às opressões vividas por meio das violências dos senhores e posteriormente pelo próprio Estado.

Portanto, nesse processo de ressemantização, quilombo não significa aglomerado de escravizados fugidos, muito embora permaneça no imaginário social sendo utilizado para invisibilizar a luta e não reconhecer os direitos, especialmente territoriais. Quilombos, portanto, significam uma reunião livre, fraterna, cercada de solidariedade. Sendo que é exatamente essa perspectiva que tem sido explorada nas manifestações populares culturais, como na literatura, carnaval e no cinema (Arruti, 2009).

Fato é que existe uma relação muito respeitosa dentro dos quilombos. Quando se aprofunda no conhecimento dessas culturas, percebe-se que dificilmente uma pessoa que não tenha dinheiro deixa de se alimentar nesses espaços, diferentemente do que acontece nas relações capitalistas na qual a sociedade hegemônica está inserida (Cruz, 2010).

Assim, juntamente com o processo de territorialização tem-se a construção de uma nova “fisionomia étnica”, através da autodefinição do recenseado, e de um redesenho da sociedade civil, pelo advento de centenas de novos movimentos sociais, através da autodefinição coletiva. Todos estes fatores concorrem para compor o campo de significados do que se define como “terras tradicionalmente ocupadas”, em que o tradicional não se reduz ao histórico e incorpora identidades redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada (Almeida, 2004, p. 29).

Unido ao processo de auto-determinação e ressemantização dos quilombos, tem-se a relação dos povos tradicionais com seus territórios. “Os indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais legitimam suas relações com a terra e o meio ambiente por meio de uma epistemologia outra que não a da transformação de bem natural em propriedade privada que serve exclusivamente ao capital.” (Held, Botelho, 2020, p. 145).

Antônio Bispo dos Santos (2023), também conhecido como Nêgo Bispo, líder

quilombola nordestino, defende que: “Enquanto a sociedade é feita por posseiros, as nossas comunidades são feitas por pessoas. Na cidade, as pessoas tinham medo da gente. Nas comunidades, ninguém tinha medo da gente, vivíamos tranquilos” (p. 21). Em sua narrativa, assevera que a cosmologia quilombola contraria o individualismo e a prepotência das pessoas das cidades, defendendo uma comunidade em profunda ligação com a natureza.

Outro ponto de ressemantização que vale a pena ser destacado é o processo vivenciado após a Constituição Federal de 1988.

Basta lembrar que a ressemantização constitucional do conceito só foi possível por meio da mediação entre dois movimentos sociais bastante distintos em suas pautas, ideologias, vocabulários e objetivos, um tipicamente urbano e o outro, tipicamente rural: de um lado, o agenciamento da categoria como símbolo ou metáfora da “resistência negra” à uma sociedade racista, por parte do movimento negro intelectualizado das grandes cidades; de outro, a sua recaptura por uma parcela do movimento camponês que, em sua militância pela regularização de territórios de uso comum, percebe que sua ancestralidade escrava pode deixar de ser vista como estigma para ser fonte de direitos (Arruti, 2016, p. 241)

Essa ruptura dos dois movimentos têm influenciado positivamente na autodeterminação de descendentes de escravizados, o que possibilita a luta por seus direitos e a busca por reparação histórica, ainda que tardia e nem sempre efetiva como deveria ser.

No entanto, para o reconhecimento dessa autodeterminação, tem sido levado em conta um conceito bastante debatido, a etnicidade. É nessa categoria que são explicadas as questões sociais e a manutenção dos chamados territórios negros. É por meio dela que se tem a definição dos limites étnicos que são desenvolvidos no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos brancos (Arruti, 2008).

Outro aspecto a ser trabalhado no tema de quilombolas é o poder da nomeação e da nomeação. O primeiro é a criação do nome gerando o poder de atribuição a uma identidade garantida aos agentes e grupos. Já a nomeação é capaz de propor um limite à luta travada no mundo social em torno das identidades, e por meio dela que existe a criação de novos grupos e suas qualidades (Arruti, 2008), sendo aspectos essenciais para o processo de autodeterminação desses povos.

Na perspectiva de definição empírica de quilombo, há a criação de termo sob o viés de definição descritiva da formação e de suas atividades. Para a equipe científica que elabora, descrevem a forma como ruralidade existente ou não, se ela se dá com o uso comum da terra, se é um apossamento secular, se está ou não adequado aos critérios de vivência vinculados a questões ecológicas de preservação de recursos, presença ou não de conflitos e antagonismos vividos pelo grupo e, finalmente, mas não exclusivamente, uma

mobilização política definida em termos de auto-afirmação quilombola (Arruti, 2008).

Por fim, mas não menos importante, os critérios utilizados para sinalizar a identificação de grupos étnicos estão relacionados à estrutura de interação entre os povos. Essas estruturas permitem descrever as diferenças culturais existentes entre esses povos e a os “separar” de certos segmentos culturais e suas possíveis confrontações (O’dwyer, 2002), sendo a forma utilizada para identificar, inclusive na região de Costa Marques, aqueles que pertencem à comunidade quilombola e aqueles que não estão quilombados.

Superadas as questões históricas, geográficas e sociais que permeiam a região de Costa Marques, o próximo capítulo do trabalho se aprofundará em questões econômicas. Considerando que na região há uma forte influência de atividades incompatíveis com o desenvolvimento sustentável e com a bioeconomia, a seção buscará demonstrar como essas atividades têm ganhado força, seus impactos e a influência direta que possuem na limitação do desenvolvimento bioeconômico da localidade.

Uma vez apresentado o ambiente espacial e social que o trabalho utilizará para aplicar as teorias estudadas, percebe-se que há uma forte influência da composição histórica do município nas atividades que são desenvolvidas atualmente, especialmente em função da posição estratégica no período Colonial. Nessa toada, evidencia-se a tentativa de guinadas neocoloniais, especialmente por aqueles que angariam rendas mais expressivas e vinculadas às atividades de exploração ambiental, assunto que será alvo do próximo capítulo.

4 OS IMPACTOS GERADOS ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES EM RAZÃO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Este capítulo ficará encarregado de demonstrar os impactos das atividades nocivas ao meio ambiente para a economia, cultura e sociedade do município de Costa Marques. Para isso utilizará imagens e notícias que possam contribuir com a visualização do leitor dos impactos e das perdas de oportunidade para economia local, especialmente pela maximização dos limites pré-existentes no processo de implementação de uma nova lógica econômica.

O panorama histórico, geográfico e social apresentado nos capítulos anteriores constituiu a base para que o trabalho se dedicasse às questões socioeconômicas que são o foco da pesquisa. A região de Costa Marques encontra-se hoje no que se denomina arco do desmatamento, em razão de ser uma área relativamente florestada que está sofrendo pressão do agronegócio em busca do ganho de terras para a expansão agropecuária.

O extrativismo predatório refere-se a práticas de coleta de recursos naturais que são realizadas sem considerar a sustentabilidade a longo prazo dos ecossistemas. Nesse modelo, os recursos são explorados de maneira excessiva e muitas vezes sem controle, levando a danos ambientais significativos, como desmatamento, esgotamento de espécies e destruição de habitats. Essa abordagem geralmente resulta em impactos negativos no meio ambiente e pode comprometer a capacidade dos ecossistemas de se regenerarem, ameaçando a biodiversidade e a qualidade dos recursos naturais.

Segundo Grosfoguel (2016) o extrativismo caracteriza as relações em sociedades colonizadas, considerando que as metrópoles apenas extraíam as matérias-primas, sem estabelecer uma relação de reciprocidade com os territórios. O extrativismo, porém, não se reduz ao impacto ambiental, mas há um extrativismo epistêmico, que consiste na apropriação de muitos saberes, sem gerar um retorno para os detentores dos conhecimentos repassados.

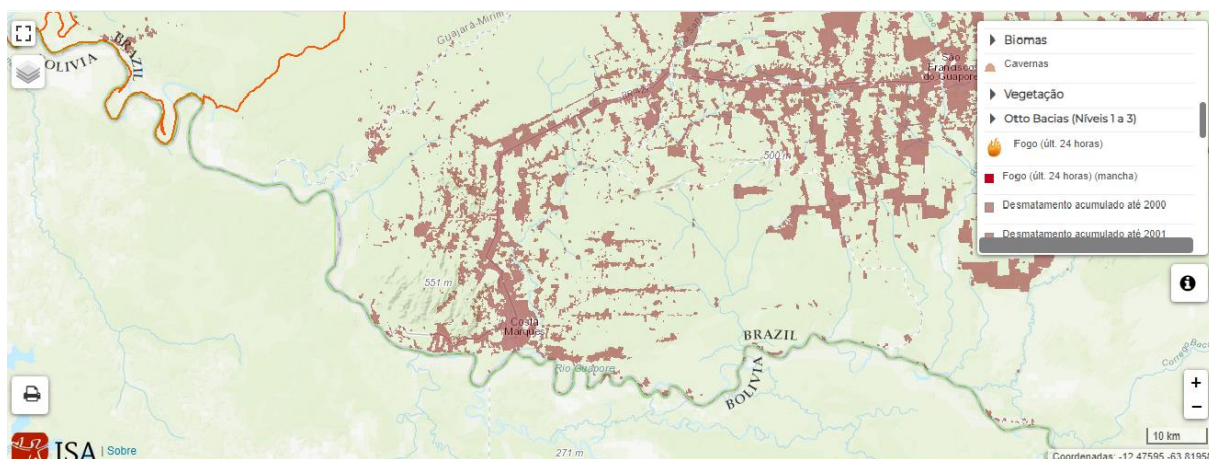
Muitas vezes o extrativismo é realizado como parte de um projeto de desenvolvimento que promete uma melhora da infraestrutura e das condições de vida, mas há muitos grupos sociais que são atingidos por esses empreendimentos de infraestrutura e que não percebem no seu cotidiano as prometidas benesses. Ao contrário, experienciam o acirramento das desigualdades e a falta de acesso aos bens públicos (Grosfoguel, 2016).

Por outro lado, o extrativismo quilombola refere-se à prática de coleta de recursos naturais realizada por comunidades com uma forte ligação histórica e cultural com seu território. O extrativismo quilombola é muitas vezes caracterizado por uma abordagem

sustentável e de baixo impacto ambiental. As comunidades quilombolas geralmente possuem um profundo conhecimento local sobre os ecossistemas em que vivem e adotam práticas que visam a preservação e a manutenção dos recursos. Esse tipo de extrativismo é integrado aos modos de vida tradicionais, contribuindo para a conservação ambiental (Santos, 2023).

As duas imagens a seguir comprovam como o desmatamento tem avançado, mesmo em áreas antes vistas como distantes do interesse da agropecuária em função do difícil acesso, como o caso do município fronteiriço de Costa Marques, em Rondônia, o que demonstra o extrativismo predatório na região amazônica.

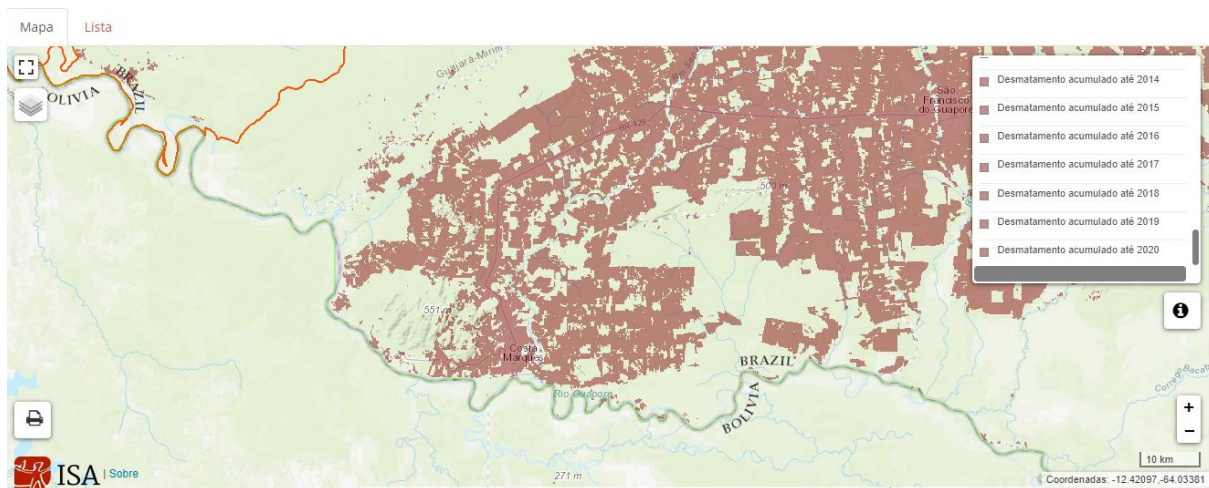
A figura 3 mostra, em rosa, o avanço do desmatamento da área compreendida pelo município de Costa Marques até os anos 2000. Nela percebe-se que existe uma porção significativa de área explorada, ainda que de forma tímida.



Mapa 3: Avanço do desmatamento no Município de Costa Marques em Rondônia em 2000 (ISA, 2023)

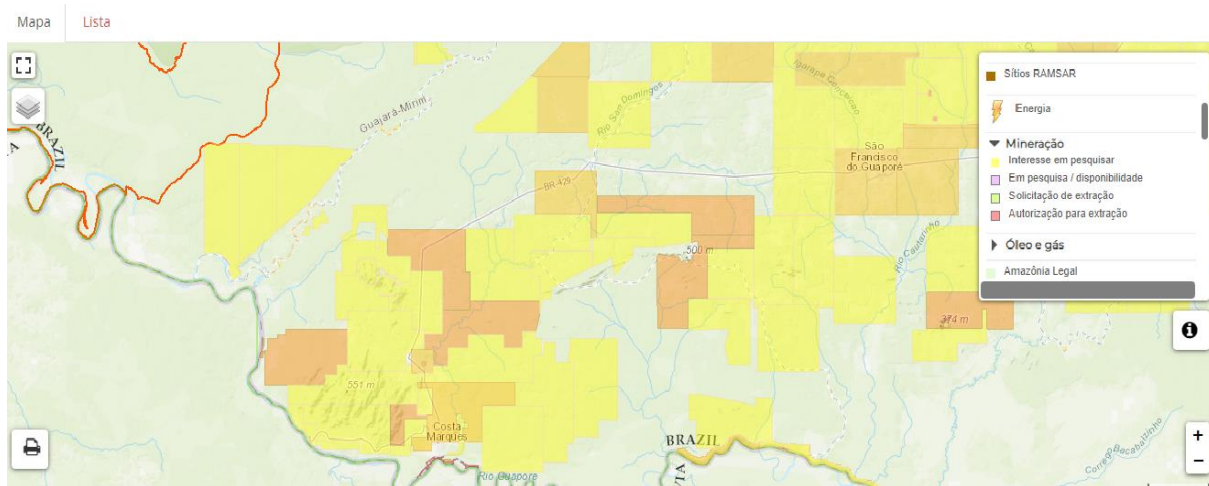
Em que pese a consciência social a respeito da necessidade da preservação do meio ambiente tenha aumentado após os anos 2000, o mesmo não é visto em relação ao avanço do desmatamento na Amazônia. Seja em função da pressão para o desmatamento para a produção de gado de corte, seja em busca de área para a plantação de monocultura de soja, mais evidente em Costa Marques, o fato é que o desmatamento tem avançado.

Na figura 3 anexa a seguir, comparada a figura 3 vista anteriormente, possibilita a percepção do leitor sobre o avanço em vinte anos do desmatamento, ou seja, em 2020 já é possível perceber que as partes rosas da região de Costa Marques tiveram um avanço exponencial, denunciando o aumento do desmatamento extremamente maior do que o esperado na região.



Mapa 4: Avanço do desmatamento no Município de Costa Marques em Rondônia em 2020 (ISA, 2023)

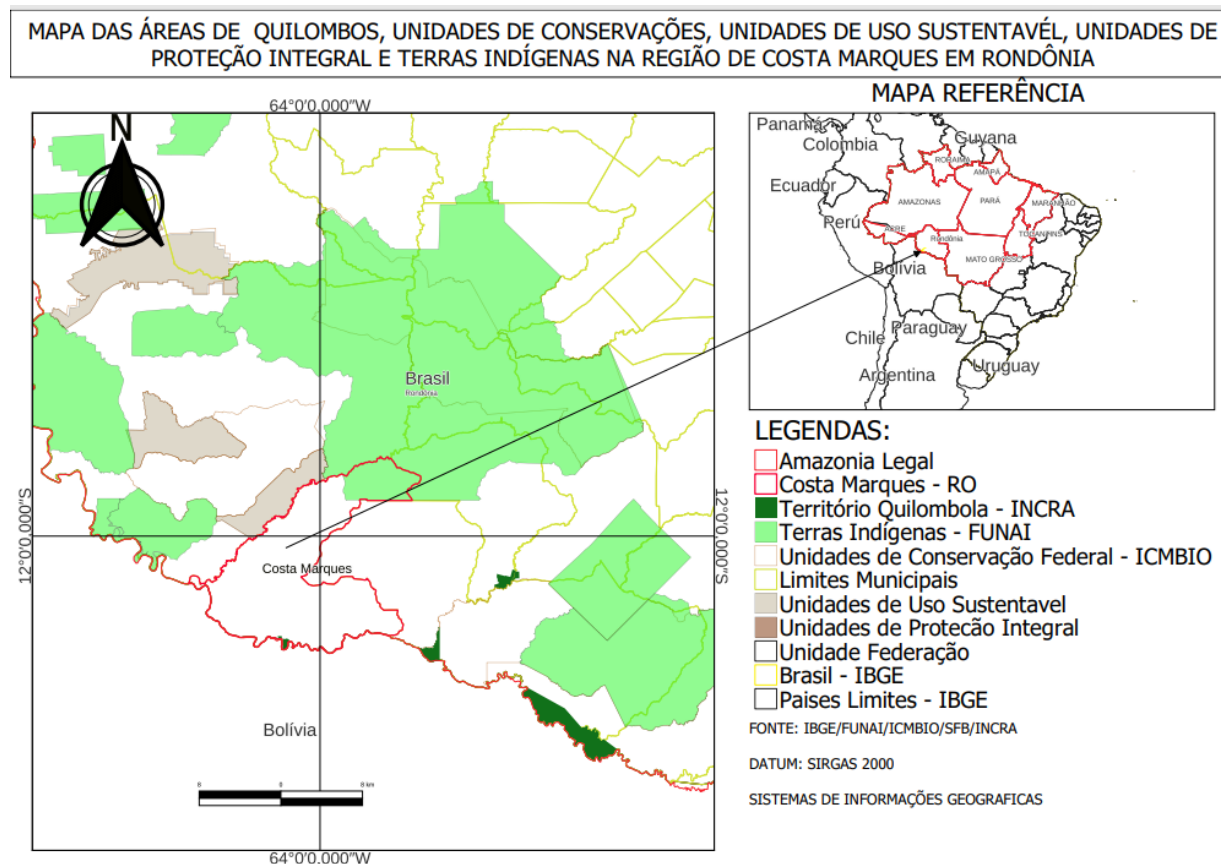
A pesquisa atenta-se ao desenvolvimento sustentável potencial da área estudada, especialmente pela biodiversidade abundante que propicia o desenvolvimento da bioeconomia. Mas, a realidade posta na região não é promissora em função da pressão dos grandes latifundiários, como demonstrado pelas imagens do avanço do desmatamento na região. Mas o que mais chama atenção é que essa não é a única prática que busca coibir uma economia de conhecimento da natureza em Costa Marques, existe uma quantidade expressiva de pesquisas sendo solicitadas para exploração minerária na região, como a imagem a seguir vem confirmar.



Mapa 5: Avanço dos requerimentos para pesquisa e para exploração minerária no Município de Costa Marques em Rondônia (ISA, 2023)

Na figura 5 há a marcação exata das pesquisas para autorização para mineração sendo requisitadas em amarelo, em laranja estão as áreas com disponibilidade de mineração sendo avaliadas, ou seja, já estão em processo de pesquisa, e em vermelho as áreas de

interesse para lavra garimpeira.



Mapa 6: Áreas de Proteção Ambiental nos entornos do município de Costa Marques – RO

É preciso esclarecer o que é a crise ambiental provocada pelas atividades nocivas possibilitando assim uma visão total de um sistema que tem se perpetuado também em microrregiões. Derani (2008, p.62), descreve que a crise ambiental não é reduzida às ameaças aos sistemas ecológicos (água, ar, florestas, mar, etc), trata-se, na verdade, tanto conjuntamente como decorrente das ameaças às condições sociais de existência. Nessa toada, ela ainda afirma que a crise ambiental é o perigo vivenciado pelas bases de sustentação do sistema produtivo vigente. Em outras palavras, a crise ambiental é a degradação da biodiversidade e a degradação da qualidade de vida da população geral.

Para trabalhar questões envolvendo a economia de uma determinada localidade é preciso ter noções básicas acerca da concepção de sistemas, visto que existe uma autorregulação e influência dentro desses processos. A concepção de sistemas auto-organizados expressa que todos os indivíduos desse sistema são interligados e ainda que agindo de forma interdependente (Capra, 2006). Ou seja, em espaços como Costa Marques, as comunidades que vivem na região estão diretamente ligadas às atividades que executam no decorrer do tempo, sendo, portanto, duramente impactadas por novas formas de economia,

como as de degradação ambiental que estão se apropriando destes espaços.

Com a economia da degradação que tem se colocado nessas áreas, o Estado, seja com ações ou omissões, está legitimando o ilegítimo.

A disputa em torno da posse de terra e o envolvimento de grandes empreendimentos agropecuários, madeireiros e a pura e simples grilagem com fins de especulação imobiliária acabaram por tornar necessários os “relatórios de identificação” como prática administrativa de órgãos governamentais para conferir direitos [...] (D’wyer, 2007, p. 48-49).

A posse e uso da terra em nome desses atores está burlando o direito daqueles que sempre tiveram contato com esses territórios, como os quilombolas e indígenas, sendo, portanto, possuidores e maiores defensores do meio ambiente instaurado e mantido na localidade. Para os verdadeiros donos, os territórios que sofrem as pressões para exploração possuem significados que ultrapassam os objetivos comuns de danificação e exploração (Silva, 2010).

O desmatamento provocado pelo crescimento da fronteira agropecuária em grande parte é predatório. Predatório porque atinge áreas impróprias para a agricultura e pecuária, o que ocasiona uma baixa produtividade, visto que os 750 mil km² de área desmatada em toda Amazônia corrobora com apenas 14,5% do valor do produto agropecuário brasileiro (Abramovay, 2019), o que demonstra que a contribuição da bacia aqui estudada é irrisória.

Nesse mesmo sentido, Leff (2006) afirma que a transformação de ecossistemas complexos em pastagens ou em sistemas de monocultura conduz os espaços que antes eram ocupados por florestas tropicais a uma superexploração dos solos, cuja produtividade tende a declinar rapidamente, influenciando negativamente, inclusive, em produção de monocultura como as almeçadas pelos grandes latifundiários.

Nessa toada, tem-se que mais de 70% das áreas desmatadas na Amazônia estão ociosas, apesar da fronteira continuar avançando no arco do desmatamento, bem como a produção agropecuária não contribui com os indicadores de crescimento econômico, já que mesmo com o desmatamento em queda, o PIB agropecuário brasileiro cresceu (Abramovay, 2019), o que deixa claro que as áreas já ociosas são mais que o suficiente para a produção de gado para corte e monocultura, principais causadores do desmatamento na Amazônia.

Porém, ainda que não haja significativa mudança nos valores auferidos por meio do desmatamento e poluição dessas áreas, ao utilizarem recursos comuns em benefício privado, famílias e empresas geram custos que são externalizados para sociedade. Por exemplo, não é possível cobrar pela madeira que alguém derruba de uma área pública, tampouco o peixe que os pescadores pescam (Cechin, 2010), contudo, os prejuízos dessas atividades sem o devido

cuidado são cobrados de toda sociedade regional, decaindo principalmente nas camadas mais vulneráveis da sociedade, como as populações tradicionais.

Desse modo, é inegável que o avanço da fronteira de atividades nocivas ao meio ambiente tende a gerar conflitos sociais com as comunidades tradicionais existentes no município, uma vez que são elas que vivem em comum harmonia com a natureza, utilizando de seus recursos sem que haja prejuízo efetivo para o meio ao qual estão inseridas (Filho, 2017), sendo também elas diretamente impactadas pelas atividades descritas em face da destruição potencial que tem provocado.

Na região de Costa Marques, o arco do desmatamento, a expansão da monocultura e os interesses minerários têm desencadeado um impacto devastador no estilo de vida tradicional dos quilombolas, comprometendo irreversivelmente seus meios de subsistência e minando esforços para promover o desenvolvimento sustentável na região.

O desmatamento desenfreado associado à prática da monocultura resulta na perda significativa de cobertura florestal e na degradação dos ecossistemas, afetando diretamente as fontes de recursos naturais essenciais para as comunidades quilombolas. Além disso, a expansão de monoculturas muitas vezes implica na introdução de práticas agrícolas intensivas, utilizando agroquímicos prejudiciais ao meio ambiente.

Esse cenário compromete a biodiversidade local, a qualidade do solo e dos recursos hídricos, levando à exaustão dos recursos naturais fundamentais para a sobrevivência das comunidades quilombolas. A falta de políticas eficazes e projetos que valorizem práticas sustentáveis na região de Costa Marques agrava ainda mais a situação, impedindo a inserção de iniciativas que promovam alternativas econômicas viáveis, preservando ao mesmo tempo o rico patrimônio cultural e ambiental dessas comunidades. O desafio reside, portanto, em buscar estratégias que conciliem o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e cultural, assegurando a sustentabilidade da região e o respeito aos direitos e modo de vida dos quilombolas.

No que tange ao objetivo da dissertação que é avaliar esses impactos sob a ótica de uma possível guinada da região para a bioeconomia e o desenvolvimento sustentável, faz-se necessário o uso de teorias basilares. Apesar da rigidez apresentada pela teoria da bioeconomia criada pelo economista e matemático romeno Nicholas Georgescu-Roegen e atualizada pelo economista norte-americano Herman Daly, a pesquisa será flexível por se tratar da teoria adaptada a uma realidade socioambiental quilombola.

Para fazer a releitura da teoria para adaptá-la à realidade quilombola é necessário destrinchar suas bases. Desse modo, é importante apontar como Georgescu, criador do termo

bioeconomia, reconheceu desde muito cedo que os resíduos deixados pelas atividades econômicas e a poluição, seriam um problema que antecede a escassez de recursos naturais. Para ele, a acumulação desses recursos na superfície auxiliaria no que denomina-se aquecimento causado por atividades humanas, sendo, portanto, o principal obstáculo para o crescimento econômico sem limites (Cechin, 2010).

Dadas essas considerações, deixa-se claro que não haverá nenhuma menção a finitude dos recursos naturais amazônidas, muito embora seja importante apontar essa premissa. O trabalho se atentará em como a poluição e a devastação e o uso inconsciente da natureza corrobora para a degradação ambiental e para o aquecimento global, pauta em alta nos últimos anos, bem como exerce influência negativa para a economia local.

4.1 OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELAS ATIVIDADES NOCIVAS AO MEIO AMBIENTE ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE COSTA MARQUES

Neste subtópico, a pesquisa se atenta aos prejuízos escondidos sob o véu de fumaça de uma gestão econômica vinculada apenas ao lucro e ao capital exploratório, ainda, apontará os efeitos de um desenvolvimento acelerado apenas para alguns setores bastantes específicos da economia do capital, deixando aos demais apenas os impactos que essas atividades geram.

A perseguição de índices de crescimento cada vez mais altos passou a ser a grande e principal meta de qualquer política macroeconômica considerada séria e responsável, subjugando uma série de questões fundamentais e de base. Questões como as relações entre as taxas reais de crescimento econômico e o desenvolvimento de uma nação, ou a qualidade de vida da sociedade, soam como obviedades e estão cada vez mais distantes do objeto de análise da ciência econômica (Branco, 2012, p. 20).

Exemplo da condução do imaginário coletivo para os desejos do capital é a propagação da falácia de que o crescimento do setor agropecuário, ainda que às custas de conflitos com populações tradicionais, proporcionará ao Brasil e para sua população melhores condições econômicas e de subsistência.

Todavia, contrariando toda mística desenvolvida no apoio a essa agenda, tem-se que o padrão de desenvolvimento da Amazônia legal não elevou o padrão de vida da sua população. Atualmente, 98,5% dos municípios dispostos na região sofrem com condições de vida piores do que do restante do país, o que acaba sendo explicado pelo desempenho da região estar marcado pelo desmatamento, uso extensivo de recursos naturais e conflitos sociais (Abramovay, 2019) como já mencionado.

O Índice de Desenvolvimento Humano do estado de Rondônia é um dos mais críticos

do país, ocupando o 23º lugar dentre os 27 entes federativos. Mas a situação pode ser ainda mais severa, no caso de Costa Marques, o IDH é inferior à média do estado (0.611 do município, frente a 0,756 do estado) (IBGE,, 2021), o que demonstra o abismo de desenvolvimento ocasionado pelas tensões socioambientais.

Um ponto que facilmente explica a manipulação da massa social é a mudança de mentalidade do setor agropecuário. Quando se pensa na agropecuária extensiva como uma fonte de melhor subsistência para a população, olvida-se que há uma nova forma de produzir que não aumenta a oferta de empregos (Georgescu-Roegen, 2012). Os grandes agropecuaristas contam com a mais alta tecnologia para que suas produções permaneçam nos níveis atuais, o que, gradativamente, substitui a mão de obra por máquinas que custam menos, trabalham sem necessitar de descanso e sem gerar preocupações com direitos trabalhistas.

Justamente por não necessitarem de aumento de funcionários, graças às novas tecnologias de substituição de mão de obra, tecnologias essas que demandam ainda mais degradação ambiental porque necessitam de recursos não-renováveis para sua criação e atualização, há o aumento desenfreado da produção para saciar o mercado capitalista (Georgescu-Roegen, 2012), gerando um círculo vicioso de expropriação de recursos naturais finitos.

A falsa promessa do mercado de que a agropecuária aumentando sua produção melhoraria também a vida da massa populacional é irreal, já que as novas tecnologias não requerem grandes investimentos. Os agropecuaristas ganham duas vezes, às custas da sociedade e do meio ambiente, visto que seus “funcionários-máquinas” conseguem aumentar tranquilamente as áreas de produção sem que para isso seja cobrado qualquer valor que a mão de obra humana cobraria, como horas extras e adicional noturno, garantindo a eles uma maior margem de lucro.

Não bastando os impactos do aumento da produção sem reversão alguma para a sociedade, tem-se também o estrangulamento da economia causado pelos latifundiários e minifundiários. O estrangulamento é comprovado pelos dados que apontam que 1,5 por cento dos proprietários agrícolas latino-americanos possui a metade das terras cultiváveis, e a América Latina gasta anualmente mais de 500 milhões de dólares para comprar de outros países alimentos que facilmente poderia produzir em suas imensas e férteis terras (Galeano, 2020), sobrecarregando o bolso das camadas mais pobres da sociedade, como os quilombolas, visto que o preço do alimento é acrescido dos gastos para importação que seriam facilmente barateados se fossem produzidos nacionalmente.

Muito embora seja importante a ampliação da produção agropecuária mundial, é

preciso entender para qual fim a expansão acontecerá (Abramovay, 2012). Isso porque, “a poluição, a erosão da biodiversidade e o consumo de fertilizantes nitrogenados crescem mais do que a produção” (p. 120), além de a expansão não acontecer para a produção de alimentos e sim para a criação extensiva de gado e monocultura da soja. Somados a essa realidade, é importante apontar que a fronteira agrícola não tem atingido apenas em áreas privadas, as terras já demarcadas acabam sofrendo com a destruição de seus entornos, o que dá espaço para que as áreas regularizadas de posse de populações tradicionais sejam deslegitimadas e violadas.

Quando se menciona a deslegitimação de áreas e comunidades tradicionais fala-se da omissão dos órgãos de proteção. Em função dessa omissão há uma busca incessante pela liberação da mineração em terras de comunidades tradicionais, perda de área em Unidades de Conservação que estão sobrepostas a Terras Tradicionais ou ainda efetiva poluição de solos e das águas que os drenam, que acabam por propagar doença e empobrecimento das atividades econômicas desenvolvidas por essas comunidades (Bandeira, 2021).

Somadas a isso, as pessoas retiradas das reservas ou impedidas de nelas entrarem para coletar os produtos florestais de que sempre dependeram consideram isso uma violação ao seu direito à vida (Sachs, 2009). Esse tipo de violência tem sido cada vez mais comum na Amazônia, uma vez que grandes latifundiários acreditam que a ociosidade de suas terras não deve sofrer interferências de populações tradicionais, ainda que seja usufruindo de produtos que seriam “perdidos” para eles.

Esses problemas locais acabam sendo invisíveis aos olhos dos grandes empresários que vivem dessas produções localizadas, já que esses conflitos sequer chegam ao conhecimento dessas pessoas. Por exemplo, a Amazônia convive com uma economia regional comandada de longe, como nos centros de Amazonas (Polo Industrial) e Belém (Polo de Exportação), a cultura do saber caboclo, indígena e quilombola permanece dissociada das grandes transformações capitalistas (Becker, 2013), uma vez que essa cultura e produção estão localizadas em áreas como Costa Marques, alheias às disputas de poder que existem em grandes centros.

Em outras palavras, o Estado cria e mantém inúmeros lugares centrais na Amazônia, certamente não só para atender os habitantes regionais – e de modo insuficiente, diga-se, mas também para expressar sua presença no controle do território, sua preocupação dominante desde o início da colonização. Essa preocupação central levou à omissão de ações iniciais de justiça social e de desenvolvimento que, estas sim, poderiam ter garantido com muito mais segurança a soberania do Brasil sobre a região (Becker, 2013, p. 44).

Para melhor explicar essa dissociação entre os grandes centros e as cidades como Costa Marques, será utilizada as características marcantes das pequenas cidades ribeirinhas descritas por Bertha Becker (2013). A autora descreve o que é visto no município de Costa Marques, quais sejam: baixa articulação com as cidades do entorno, quiçá os grandes centros como Belém e Manaus, atividades econômicas quase nulas, com predomínio do serviço público, pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os mais básicos, como saúde, educação, cultura e lazer e a predominância de atividades rurais.

A falta de oferecimento de serviços básicos é ainda agravada por situações de conflito envolvendo as comunidades nesses pequenos espaços. É na Amazônia que perdura com mais vigor o problema histórico de apropriação de terras com fortes conflitos e violência, como já mencionado no capítulo anterior sobre o conflito envolvendo o quilombo Forte Príncipe da Beira e o Pelotão do Exército Brasileiro. Contudo, desses conflitos, os que mais saem perdendo, mais uma vez, são as populações tradicionais e os produtores familiares, isso porque são poucos os empreendimentos e setores de produção que são capazes de gerar renda e trabalho (Becker; Stenner, 2008).

Por exemplo, a comunidade de Santa Fé, em Costa Marques, tem vivido dias difíceis para a perpetuação do seu modo de vida. Há conflitos envolvendo o agronegócio, os quais são apoiados por autoridades na região, como representantes da polícia civil, da polícia militar e do poder executivo, que atuam violentamente passando a máquina por cima das plantações da comunidade (Almeida, 2009), em busca de gerar prejuízos irreparáveis a eles e obrigá-los a se desfazerem de suas terras.

Outro modo de operação bastante comum utilizado pelo agronegócio que tem causado pressão nos entornos das comunidades é o uso das queimadas. Com a utilização do fogo para colocar a floresta abaixo mais rápido para implantação de outras culturas (Almeida, 2009) há uma clara erosão da biodiversidade da área em função do calor e da perda de nutrientes do solo, além, é claro, da poluição do ar.

Não bastando os conflitos envolvendo as terras cultiváveis, há ainda uma crescente na pesca turística na região do quilombo de Santa Fé, vizinho ao quilombo Forte Príncipe da Beira. É de conhecimento dos povos quilombolas que a pesca tem acontecido erroneamente, uma vez que é praticada em todas as épocas do ano e sem o respeito pelas diretrizes de tamanho para que os peixes sejam efetivamente pescados sem prejuízos ambientais (Almeida, 2009), o que tem levado a queda da piscosidade das águas do quilombo e, conseqüentemente, dificuldades de subsistência e alimentares para comunidade.

Os prejuízos vivenciados pela comunidade quilombola vão além da queda da

piscosidade e da perda de suas plantações, existem perdas que alcançam, inclusive, o conhecimento tradicional que possuem. Em razão da grilagem de terras, muitas plantas naturais estão se perdendo. Um exemplo é o caso da planta “negra-mina” que era utilizada para controle de febre pela comunidade e que não está mais sendo encontrada pelos quilombolas de Santa Fé (Almeida 2009). Vale destacar que nos quilombos a aprendizagem dos segredos das curas acontecem por meio da observação. Pela curiosidade, as filhas vêm suas mães prepararem remédios com recursos naturais e orarem e acabam incorporando os conhecimentos que lhes são passados (Cruz, 2010).

Além das violências fisicamente apresentadas, há ainda a violência patrimonial existente na falsificação de papéis da venda de terras desses povos. Entre 1984 e 1985 houve uma grande iniciativa de pessoas ligadas ao agronegócio para a retirada dos povos quilombolas de seus territórios, momento que tentavam utilizar da baixa alfabetização para angariar documentos que permitissem tamanha violência (Almeida, 2009).

Todos esses relatos deixam nítido que a degradação ambiental não tem influenciado apenas em perdas de biodiversidade. Há também, como consequência, uma ruptura do tecido social e da qualidade de vida dos povos tradicionais que habitam a região, o que atua diretamente em recuo de saberes, mitos e crenças que seriam transmitidos às futuras gerações, também conhecido como conhecimento tradicional associado (Noronha, 2018, p. 24).

As perdas para essas comunidades não estão apenas na seara cultural, mas também em áreas religiosas e de sacralidade. É sabido que as religiões de matrizes africanas possuem entidades e, ainda que os quilombolas e remanescentes de quilombos estejam longe de suas terras natais, a religiosidade muitas vezes os acompanha. Para eles, as áreas de suas terras não são simples territórios, mas expressões materializadas dessas entidades, com denominações de mães e pais de montanhas, florestas, águas e animais (O’Dwyer, 2005).

Um dos problemas sociais apresentados pelas atividades nocivas ao meio ambiente que atinge os territórios quilombolas está na exposição da comunidade à contrastividade cultural. As atividades realizadas por agropecuaristas geram impactos nas atividades realizadas pelos quilombolas, sendo percebidas diferenças sociais significativas em função desses impactos, marcando a dicotomia entre o “eles” e o “nós”, os quais deixam em evidência os critérios de pertencimento (O’Dwyer, 2005, p 93).

Assim, há uma forte confusão entre a auto-atribuição étnica dos quilombolas. Isso porque, essa auto-determinação depende de uma vivência desses com grupos contrastantes e que estão em posição de interações horizontais. Caso essas comunidades não consigam

identificar elementos contrastantes, bem como, tenha dificuldade de criar uma forma de mediação entre as partes, a fim de que sejam evidenciadas as experiências locais, a língua do Estado, a categoria jurídica e a auto discussão das partes (Arruti, 2008), a autodeterminação das comunidades e a perpetuação do conhecimento tradicional associado resta prejudicado.

Em relação a questões culturais vinculadas a identidade, Hall (2005, p. 58) diz que importa saber “se as culturas nacionais e as identidades nacionais que elas constroem são realmente unificadas”. Acontece que ele mesmo começa a dizer de forma coesa o seguinte:

[...] não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma grande família nacional. [...] Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural. [...] A maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta - isto é, pela supressão forçada da diferença cultural. [...] (Hall, 2005, p. 59).

Desse modo é possível apontar que a cultura nacional brasileira tem sido perdida por meio da supressão violenta dos “diferentes” que seriam facilmente atores bases para a valorização da heterogeneidade de saberes. Acontece que a necessidade de criação de uma cultura nacional unificada, como apontado por Hall, gera a necessidade de conquista violenta das culturas que se diferenciam da cultura dominante ou colonial, e é nesse processo que populações como os quilombolas de Costa Marques sofrem um gradual apagamento de suas existências.

Acontece que o apagamento gradual da existência dos povos quilombolas é acelerado, pois a identidade étnica desses povos é vinculada à noção coletiva, a qual se perde com a dificuldade de perpetuação da cultura. Também é preciso apontar que a identidade do povo quilombola é ainda mais sensível às mudanças étnicas, porque é orientada para o passado da memória coletiva (O'Dwyer, 2007), que se perde sempre que uma liderança mais velha não consegue perpetuar a cultura, seja por impactos sociais, seja por impactos ambientais.

4.2 A PERDA DE OPORTUNIDADE ECONÔMICA CAUSADA PELAS ATIVIDADES NOCIVAS AO MEIO AMBIENTE QUE ESTÃO GANHANDO ESPAÇO EM COSTA MARQUES

O Brasil, assim como a América Latina, continua sofrendo com as perdas econômicas, sociais e culturais ocasionadas pela lógica capitalista instaurada pelos países colonizadores. Para o Hemisfério Norte do mundo, é economicamente interessante que o

Brasil e seus vizinhos continuam com a economia vinculada a venda de *commodities* a baixos preços, enquanto o beneficiamento desses produtos é executado pelas grandes potências mundiais e retornam ao país que saíram com valor agregado. Nessa lógica:

A América Latina continua exportando seu desemprego e sua miséria: as matérias-primas que o mercado mundial necessita, e de cuja venda depende a economia da região, e certos produtos industriais elaborados, com mão de obra barata, por filiais das corporações internacionais. O intercâmbio desigual funciona como sempre: os salários de fome da América Latina contribuem para financiar os altos salários dos Estados Unidos e da Europa (Galeano, 2020, p. 275)

O fortalecimento desse mercado é proporcionado pela exportação de *commodities* e importação desses mesmos produtos beneficiados. Graças a falta de modernização de alguns países, as grandes potências econômicas mundiais ganham no processo de inovação em cima dos produtos adquiridos como *commodities* de países como o Brasil. Um exemplo disso é “Os Estados Unidos e a Europa compram café em grão do Brasil e da África; concentram-no em suas indústrias e vendem para todo o mundo, transformado em café solúvel.”(Galeano, 2020, p. 318). Em outras palavras:

“O desenvolvimento é um banquete de escassos convidados, embora seus esplendores enganem, e os pratos principais estão reservados às mandíbulas estrangeiras. O Brasil já tem mais de 90 milhões de habitantes, e duplicará sua população antes do final do século, mas as fábricas modernas economizam mão de obra e, terra adentro, o invicto latifúndio nega trabalho.” (Galeano, 2020, p. 327)

É possível apontar a influência das grandes empresas estrangeiras. São elas que controlam a inovação voltada aos produtos locais, são responsáveis pelas transações internacionais desses produtos, operando internacionalmente e, conseqüentemente, escapam da ação isolada do governo em regulamentar as atividades, por fim, ainda atuam de forma a deixar a liquidez de seus patrimônios no exterior, bem longe do mercado financeiro nacional (Furtado, 1974), ou seja, países como o Brasil oferecem a matéria-prima e empresas estrangeiras gozam do lucro que esses produtos oferecem quando beneficiados.

Quando se fala em crescimento econômico, o imaginário coletivo logo vem tomado pela ideia de grandes indústrias, como o exemplo mencionado no parágrafo anterior, que utilizam os mais altos níveis de tecnologia e imensas quantidade de matéria-prima. Acontece que esse ideal capitalista tem influenciado diretamente na erosão da biodiversidade, na escassez de matéria-prima e, conseqüentemente, na perda de oportunidades vinculadas ao desenvolvimento econômico sustentável.

A lógica instaurada tem gerado uma perda imensurável a longo prazo, não apenas sobre questões ambientais, mas também sob aspectos culturais e econômicos. Isso porque a cadeia capitalista instaurada pelo mercado predatório necessita de um apagamento dos saberes

tradicionais associados ao convívio em comum harmonia com a natureza. Essa necessidade, quando satisfeita, gera a perda irreparável, visto que não há literatura ou banco de dados capazes de restaurar e catalogar conhecimentos que só existem em determinados locais, perpetuados por determinadas comunidades, especialmente por seus anciões, pautados na oralidade.

É justamente nesse deslocamento de valor que o capitalismo ganha. Ele é responsável por supervalorizar os produtos do mercado e desvalorizar o conhecimento vinculado ao natural e a sua valorização positiva e sustentável. As atividades agropecuárias têm gerado conflitos, principalmente com as populações tradicionais que vivem da biodiversidade, por meio da coleta, da pesca e das paisagens naturais que impulsionam o ecoturismo local (Fiocruz, 2021b), as quais são banalizadas e destruídas em função da poluição causada pelo avanço da fronteira, seja por meio da degradação, seja por meio de queimadas e uso de agrotóxicos.

Como demonstrado pela plataforma desenvolvida pela Escola Nacional de Saúde Pública Arouca (ENSP) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) que mapeia os conflitos envolvendo injustiça ambiental, a área do município de Costa Marques é cercada por disputas que se relacionam com o uso da terra. Isso porque, o mesmo espaço que desenvolve atividades como agricultura de subsistência, ecoturismo, coleta de castanha e pesca, tem potencial para exploração de minérios e avanço da fronteira agropecuária (Cota; Caramello; Scoti, 2020) exatamente como demonstram as figuras 3, 4 e 5 desta dissertação, porém, em virtude do potencial poluidor das últimas e da interferência que isso teria no cotidiano e no território, as atividades são incompatíveis, logo geradoras de conflitos.

Um dos pilares da bioeconomia florestal é a floresta em pé, junto com a agricultura regenerativa e de baixo carbono, diminuindo a área produtiva, sem de fato reduzir a produção. Outro pilar é o uso de sistemas agroflorestais, que são capazes de recuperar 60% dos serviços ambientais e até 80% do carbono, mantendo até 60% da biodiversidade. Ambas alternativas que estão sendo esquecidas na região possuem potencial para o uso de modelos científicos de manejo (Adeodato, 2021).

Um exemplo da perda ocasionada pelo avanço da fronteira agropecuária e da omissão dos órgãos governamentais na fiscalização das ilegalidades que atingem essa expansão é a queda da produção nacional de castanha-do-Brasil.

A coleta brasileira de castanha-do-Brasil corresponde a cerca de 80% e 90% da produção mundial, apresentando um valor de exportação que corresponde entre U\$25 e U\$30 milhões de dólares anuais destinada, principalmente, ao Reino Unido e aos Estados Unidos da

América. Porém, como o corte e a venda da madeira da castanha continua, mesmo proibidos desde 1987, tem causado uma queda gradativa da produção nacional, de 47.976 toneladas em 1970, para 40.456 toneladas em 1980 e para 25.672 toneladas em 1990 (Becker; Stenner, 2008).

Outro fator que tem influenciado na produção de castanha do Brasil é a exposição das castanheiras a áreas de implantação de pastagem para pecuária extensiva, enquanto antes estavam em áreas florestadas. Ainda que algumas precauções sejam tomadas, como a preservação de um anel de vegetação entorno dessas árvores, há uma exposição dessas enormes castanheiras à queda pela atuação dos ventos ou queimadas, ou ainda, fundadas por seu isolamento que impede a reprodução pela ausência de seus polinizadores que não aparecem em razão das condições de desequilíbrio ambiental em que estão inseridas (Becker; Stenner, 2008).

Em outra ponta, estima-se que no Brasil sejam consumidas aproximadamente 121 mil toneladas de suco de açaí e 86 toneladas de palmitos. Contudo, de todo o palmito retirado, apenas 5% permanece em território nacional (Becker; Stenner, 2008), o que deixa claro o tamanho do mercado internacional desses produtos. Mas, são produtos que só existem com a permanência de áreas florestais e que estão constantemente ameaçados com a economia voltada à degradação que existe na Amazônia. O que demonstra com clareza que as atividades nocivas e ilegais influenciam nas atividades que caminham em harmonia com a natureza e se encaixam nos parâmetros da bioeconomia.

O maior obstáculo para o aproveitamento adequado da megadiversidade amazônica está na expansão de produção de *commodities* e seu alto valor no mercado global. Desse modo, o maior desafio atual é eliminar a falsa dicotomia que existe entre a busca de desenvolvimento da região e a sua conservação, visto que acreditam que esse desenvolvimento não acontecerá por meio da conservação do potencial natural e cultural da região (Becker; Stenner, 2008), quando, na verdade, trata-se exatamente do oposto, visto o potencial mercado verde que está sendo fomentado mundialmente.

No entanto, acontece que a bioeconomia vinculada a produção em larga escala, apesar de se apresentar como uma alternativa rentável, está diretamente ligada a uma economia de degradação ambiental. O que era para ser visto como inovação, graças à manipulação genética que influencia na melhoria da qualidade de grãos e animais de corte, é visto como uma frente de destruição por inserirem essas produções em ambientes que deveriam ter uma lógica bioeconômica florestal.

Essa inserção se dá não apenas pelo interesse de ganhos econômicos, mas também pela influência de grupos econômicos fortes, influência política expressiva e inércia da valorização de serviços ambientais da região, como o caso de infraestrutura para a implementação de uma lógica mercadológica vinculada a biodiversidade local (Adeodato, 2021).

4.3 OS LIMITES APRESENTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA ECONOMIA PAUTADA APENAS EM ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

O medo global dos efeitos das mudanças climáticas colocou o meio ambiente de volta ao centro dos debates. A partir da Conferência das Nações Unidas de 2020, que aconteceu em Glasgow e contou com o discurso de uma indígena rondoniense, Txai Suruí, houve uma aceleração ainda mais acentuada na busca pela preservação do pulmão mundial, a Amazônia.

Com essa busca mundial por um desenvolvimento econômico pautado em alternativas ambientalmente sustentáveis, o Brasil se torna um centro promissor em função da sua imensa biodiversidade e de seu grande potencial ambiental. Porém, para que uma agenda de desenvolvimento pautado no meio ambiente, ou seja, na bioeconomia, seja desenvolvida com eficácia é preciso mapear os obstáculos que a região amazônica está submetida.

O primeiro ponto a ser abordado está vinculado ao escoamento da produção. A logística e infraestrutura brasileiras estão longe de serem exemplares, no entanto, a precariedade de investimento nessas áreas é ainda mais notável na região norte e nordeste do Brasil, o que dificulta possíveis exportações em massa de produtos oriundos de pequenos centros de produção, como Costa Marques.

Os rios, estradas naturais da Amazônia, não são utilizados da melhor maneira possível, o que acaba desembocando em um grau e ritmo de integração diferente do restante do processo globalizado da economia (Becker; Stenner, 2008), já que as estradas naturalmente criadas não são usadas e acabam se tornam um verdadeiro obstáculo para a criação de estradas artificiais, sem contar com todo o impacto ambiental e social que a criação dessas estradas causaria à região.

Alguns rios na região chegam a ter elementos de balizamento e sinalização que os caracterizam como hidrovia. Além da navegabilidade, na região estudada por este trabalho há diversas estruturas portuárias construídas pelos ribeirinhos que são fundamentais para o transporte e relações de pessoas (Becker; Stenner, 2008) e que carecem urgentemente de

melhores condições, visto que essas estruturas hoje sobrevivem a um nível de improviso e de perigo para essas comunidades, como a própria comunidade quilombola de Forte Príncipe da Beira, que possui um porto improvisado para a pesca e transporte de sua comunidade.

Logo, a falta de infraestrutura de escoamento cria uma bola de neve difícil de ser contornada, já que ela justifica o desafio para que sejam investidos em conhecimento e inovação para comércio e implementação da bioeconomia da região amazônica. Desse modo, a falta de valorização da pesquisa no Brasil é mais um desafio que precisa ser superado.

Setatle (2021) é pontual ao apresentar que a desvalorização da pesquisa no Brasil é um gargalo para pensar em desenvolvimento de ativos para bioeconomia. A falta de investimento na área acadêmica influencia diretamente na geração de conhecimento ligada à floresta e o fortalecimento de cadeias produtivas como manejo florestal, piscicultura, turismo e gastronomia.

Sobre a ausência de conhecimento técnico-científico, coloca-se em voga a questão de “[...] nós nos damos ao luxo de proporcionar aos Estados Unidos nossos melhores técnicos e os cientistas mais capazes, que emigram atraídos pelos altos salários e pelas grandes possibilidades que, no norte, abrem-se para as pesquisas.” (Galeano, 2020, p. 325), enquanto carecemos dessas mesmas mentes brilhantes para o desenvolvimento da região que guarda a maior potência econômica do Brasil, a Amazônia.

Apenas com investimento em pesquisa que haverá a formalização das atividades executadas pelos povos das florestas, como os indígenas e quilombolas, e consequentemente possibilitará o angariamento de investimentos para valorização desses trabalhos, uma vez que a informalidade das atividades desenvolvidas por essas comunidades acabam afastando empresários que investem em *startups* e, consequentemente, impossibilitando a exportação desses produtos (Setatle, 2021).

Nessa toada aponta-se o buraco negro existente entre as estruturas que envolvem um mercado bem consolidado. Atualmente, em função da falta de investimento em educação e também o afastamento de investidores e *startups* há uma distância a superar quanto a estrutura fitossanitária, a conectividade das áreas remotas da Amazônia, que mesmo via virtual ainda é muito baixa e o acesso a informações sobre o mercado ao longo das cadeias produtivas das comunidades tradicionais, que acaba gerando um ciclo vicioso, visto que desemboca em mais dificuldade para acesso e atração de investidores (Adeodato, 2021).

Há também o desafio imposto por questões burocráticas envolvendo a dificuldade de patentear os conhecimentos utilizados por comunidades tradicionais. Por exemplo, a agroecologia, trabalha com manejo integrado de recursos naturais priorizando a renovação e a

sustentabilidade. Um exemplo de recurso da agroecologia que poderia ser patenteado seria o biofertilizante utilizado e que foi de invenção de Delvino Mário, mas nem ele, que foi denominado posteriormente de “Super Mário” foi patenteado (Mathias, Novion, 2006).

Acontece que ao utilizar os princípios da agroecologia cada propriedade bebe de fontes diversas e conhecimento diferentes. Isso acaba tornando impossível trabalhar com uma perspectiva de pacote técnico a ser repetido em outras localidades (Mathias, Novion, 2006), uma vez que o processo de normatização pelo princípio de privatização do conhecimento não consegue prosperar quando se desenvolve os saberes a partir de especificidades locais e sociais.

Esse limite se repete quanto à propriedade intelectual dos povos quilombolas. Dentro do direito de expressar consentimento inclui-se também o direito de que os detentores de conhecimentos que foram adquiridos pelo convívio dos povos tradicionais não possam passar o que aprendeu sem que seja autorizado a transmissão desses conhecimentos (Mathias, Novion, 2006). Nessa toada, tem-se o entendimento do Ministério de Meio Ambiente do Instituto Socioambiental de que espécies cultivadas por comunidades indígenas e locais carregam conhecimento tradicional. Esse conhecimento é visualizado por meio do manejo, cruzamento e melhoramento dessas espécies, incorporando os saberes e conhecimentos que determinam a variabilidade genética (Mathias, Novion, 2006).

Para superar os desafios envolvidos no uso do conhecimento tradicional associado é preciso pensar em formas de representação social. A maneira de representação coletiva dos povos tradicionais, como os quilombolas, é vinculada às suas próprias formas de organização e instituições, não podendo exigir deles que criem ficções jurídicas nos moldes do direito civil brasileiro (Santilli, 2006).

Quando é possível identificar as comunidades detentoras dos conhecimentos tradicionais, a melhor solução para a repartição de benefícios é a negociação direta com elas. Entretanto, quando a titularidade dos conhecimentos é difusa, e não se pode precisar quem são os seus detentores originários, a melhor solução é a criação de fundos de repartição de benefícios aos quais seriam destinados os recursos econômicos oriundos de mecanismos de repartição de benefícios (taxa de bioprospecção, royalties, participação em lucros, etc), geridos por conselhos compostos por representantes de órgãos públicos da sociedade civil e de organizações representativas de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais (Santilli, 2006, p. 101).

No contexto de preocupações sobre as atividades que degradam o meio ambiente e a necessidade de desenvolver mecanismos para a conservação do meio ambiente e da diversidade biológica surgiram algumas ferramentas. Uma ferramenta que está sendo

amplamente utilizada é a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que trouxe autonomia dos países sobre a biodiversidade de seus territórios mas obriga, em seu artigo 8, os países signatários a respeitar e preservar o conhecimento, inovação e as práticas das comunidades locais e populações tradicionais que sejam relevantes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, ainda, a encorajar a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização desses conhecimentos e inovações (Uetela, 2006).

Além dos desafios em educação e logística, é preciso pensar em investimentos vinculados a inovação e tecnologia atrelada a região amazônica. A partir do investimento em inovação outros problemas poderão ser resolvidos, como a dificuldade de armazenamento, transporte e processamento dos produtos florestais. Na mesma toada, seria possível a busca de tecnologias e técnicas de modernização a serem empregadas pela agricultura familiar de subsistência (Sachs, 2009), verdadeira responsável pelo alimento que chega às mesas dos brasileiros.

As razões declaradas pelo setor privado para limitar o investimento em estratégias vinculadas à bioeconomia resumem-se ao fato de que as tecnologias inovadoras necessárias são de alto custo e as taxas de juros para financiamento não possuem valores favoráveis para o setor privado. Além disso, o investimento em biotecnologias é de risco muito elevado, visto que carecem de investimentos encadeados entre a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos, ou seja, entre o setor privado e a academia (CGEE, 2020).

Tudo isso leva ao centro do debate algumas questões quanto ao desenvolvimento dessas regiões, quais sejam: como equipar as cidades para estimular o desenvolvimento, como garantir sustentação para essas iniciativas ao final do financiamento e como encontrar colaboração internacional possível (Becker; Stenner, 2008). Mas, esses problemas são ainda posteriores aos seguintes: ausência de conhecimentos técnico-científicos necessários, falta de iniciativa e interesse da União em implementá-lo e a carência de empreendedores na região a fim de utilizar o conhecimento em um novo patamar de tecnologia (Becker; Stenner, 2008).

Em virtude do erro de organizações governamentais e do mercado na valorização do que realmente seria viável para a região amazônica em termos de economia e meio ambiente, como muito bem apontada Bertha Becker (2013), a Amazônia sempre terá predomínio de espaços de fluxos, inclusive, cidades que nascem, crescem e continuam crescendo apenas para manter a base para circulação de matérias primas exportadas, bens de produção e consumo importados, e, claro, da população. Sendo esses espaços meros reprodutores de riquezas que serão lapidadas e transformadas no exterior.

A precariedade dos investimentos em tecnologia, inovação e em ciência são os principais responsáveis pelo contraste existente entre a riqueza da biodiversidade ser inversamente proporcional ao real aproveitamento econômico das populações desses espaços (Abramovay, 2012). Para colaborar com a tese de que os povos que vivem nas regiões mais abundantes em biodiversidade e meio ambiente são os que menos possuem condições de subsistência, alguns dados chamam atenção para a invisibilidade das comunidades quilombolas.

A maior taxa de desnutrição entre as crianças, está entre os quilombolas de até 5 anos, as quais é maior em até 76,1% na população brasileira geral e 44,6% da população rural. Existe um déficit de pouco mais de 8% em relação a peso e idade, contra 4,6% da população geral e 5,6% dos que moram em zona rural. Isso é asseverado pois 90,9% das crianças quilombolas moram em lares com renda familiar inferior a R\$ 424,00 e mais de 50% vivem em lares com renda inferior a R\$ 207,00 (Arruti, 2009).

Os dados corroboram exatamente com o que Abramovay (2012) e Galeano (2020) apontam, existe uma espécie de maldição vivenciada pelos países, mais especificamente, pelas populações que convivem em harmonia com a natureza e que são exploradas para que países capitalistas e seus moradores ricos possam gozar das melhores tecnologias e produtos no conforto de seus lares. Por outro lado, não é possível deixar de apontar a culpa do próprio Brasil nesses dados, haja vista a invisibilidade que as populações quilombolas são submetidas no que se refere a busca por políticas públicas de desenvolvimento desses povos.

Outro fator que acaba influenciando na queda de produtividade e de retorno econômico das comunidades tradicionais, mesmo quando possuem atividades pré-estabelecidas, é a baixa influência desses povos na política local. Como alternativa para essa problemática, Sachs (2008), aponta que é necessário um planejamento territorial em níveis locais para reagrupar vários grupos e distritos que possam ser unidos por identidade cultural e por interesses comuns, como o caso de criação de cooperativas e associações para articulação política desses povos.

Na busca por esse reagrupamento, Sachs (2008) descreve como necessária a criação de espaços para exercício da democracia direta, com foros de desenvolvimento local que evoluam na formação de conselhos consultivos e deliberativos, a fim que essas comunidades sejam fortalecidas e possam, a partir desse empoderamento, assumir uma posição central no desenho de desenvolvimento de seus espaços.

Acontece que mesmo tendo consciência da existência das comunidades quilombolas no município de Costa Marques, o processo para pensar as políticas públicas

para essas comunidades é custoso. Isso ocorre porque não existem critérios basilares bem formados para estabelecer o que seria uma comunidade atingida por ser quilombola, tampouco, qual o nível dessa defasagem em políticas públicas (Arruti, 2009). Nessa perspectiva, a maior parte das políticas surgem sob o viés da descentralização.

Outro processo vislumbrado pelas medidas estratégicas previstas para as políticas públicas dirigidas aos quilombolas está na visão governamental dos quilombolas como um segmento específico da sociedade. Essa visão tende a limitar a constatação de que mesmo entre os pobres e miseráveis há uma camada ainda mais vulnerabilizada na sociedade. Os quilombolas passam por uma situação de invisibilização e exclusão, inclusive, das políticas públicas existentes com finalidade de atenuação da pobreza, do isolamento e da segregação (Arruti, 2009, p. 83).

Um dos limites apresentados que mais chama atenção dos pesquisadores é a respeito do modelo de desenvolvimento que o Brasil efetivamente deseja implementar. Apesar do potencial em termos de recursos naturais o colocar em uma posição comparativa melhor, não existem hoje diretrizes sobre um modelo de desenvolvimento sustentável, o ambiente externo atual seria pouco propício para alavancar investimento em pesquisas e produtos (CGEE, 2020).

Apontaram também um ambiente desfavorável no Brasil que poderia ser facilmente combatido se os três setores da sociedade caminhassem juntos. De acordo com os entrevistados pela CGEE, o ambiente de negócios no Brasil é pouco atraente, existe um ambiente regulatório em razão da confusão entre os marcos regulatórios e sobreposição que causa atraso nos trâmites burocráticos, ausência de uma visão estratégica para a bioeconomia no Brasil, falta de valoração das iniciativas vinculadas a bioeconomia. Não menos importante, falta de ambiente seguro e de infraestrutura para atividades na região Amazônica.

O capítulo que se encerra deixa evidente o quanto o desenvolvimento da economia pode ser afetado pela resistência à inovação, especialmente pela necessidade de perpetuação de modelos econômicos que são vinculados a outras localidades, logo, que não valorizam os potenciais locais, como o caso de Costa Marques.

Um dos desafios para empreendimentos dentro da Amazônia está nas dificuldades burocráticas e de conhecimento mercadológico das comunidades tradicionais. Como apontado pela empreendedora Joanna Martins, quando se trabalha com comunidades tradicionais é preciso entender que a maior parte não possui cadastros básicos, CNPJ, nota fiscal e nem mesmo ideia de quais os custos suportados pelo trabalho que desenvolvem (UP

Comunicação, 2023a).

As cadeias produtivas mapeadas pelo estudo de Assistência Técnica para Bioeconomia na Amazônia: dos Desafios à Solução lançado pelo Instituto Escolhas apresentam algumas dificuldades. De acordo com a pesquisa, a cadeia do açaí, da castanha-do-Brasil, do pescado, do cacau e da andiroba só se desenvolverá como esperado se houver uma estrutura coordenada para promover o desenvolvimento sustentável e capacitar os pequenos produtores. A capacitação deverá contar com o acesso aos conhecimentos necessários e que esses saberes sejam disseminados dentro dos próprios territórios produtivos, gerando capacidade, renda e contribuindo para floresta em pé (Up Comunicação, 2023b). Questões vinculadas a logística e educação precisam entrar no mapa de aprimoramento para o desenvolvimento de uma nova economia na Amazônia (Cunha, 2022).

É preciso a mudança de pensamento da sociedade para o fortalecimento da bioeconomia. Para isso é importante que haja um aumento de financiamentos, principalmente para projetos em grande escala, além de desafios em estrutura e logística, no que diz respeito ao transporte hídrico para escoamento de produções (Hub de Bioeconomia Amazônica, 2022d). Quanto aos financiamentos, é preciso pensar em uma metodologia específica para as peculiaridades da região amazônica para não criar uma cultura de endividamento. Esse olhar precisa perceber a sazonalidade das cadeias e criar mecanismos financeiros personalizados para a região, com investimentos que sejam adaptados à realidade local (Hub de Bioeconomia Amazônica, 2022e).

Políticas públicas inexistentes ou distantes, isolamento logístico, energia elétrica inexistente ou precária, são alguns dos problemas que foram agravados pela pandemia do COVID-19 entre 2020 e 2022. Mas em 2023 os problemas não foram resolvidos, foram potencializados pela estiagem histórica dos rios (Up Comunicação, 2023c). Mas nem tudo está perdido, em contrapartida aos impactos negativos gerados pelas atividades nocivas ao meio ambiente, que são incentivadas pelo mercado predatório, tem-se o engajamento das comunidades tradicionais que buscam otimizar uma economia de conhecimento da natureza, questões que serão debatidas no último capítulo deste trabalho.

5 OS EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESPAÇO LOCAL E AS OPORTUNIDADES DA INTEGRAÇÃO DA BIOECONOMIA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES

Nesta última seção o trabalho estará dedicado a apresentar quais as atividades econômicas desenvolvidas na região coadunam com os ciclos da natureza e como o conhecimento tradicional contribui para o desenvolvimento da região quando é de fato observado e valorizado. Nesse processo fortalecerá a perspectiva de apoio externo no processo, especialmente da academia, do mercado e do terceiro setor. Não bastando, vai demonstrar quais as atividades que já são desenvolvidas por comunidades externas ao município de Costa Marques e que poderiam servir de inspiração para o desenvolvimento tradicional também da região fronteiriça.

Em Rondônia já há projetos pautados em modelos de bioeconomia sendo executados, a exemplo das castanhas do povo indígena Paiter Surui (Nogueira, Pilenghy, 2022); piscicultura e manejo de tambaquis selvagens e em cativeiro (Meante, Dória, 2017); ecoturismo indígena (São Pedro Filho, 2013). Além disso, há outras produções agrícolas, energias renováveis e projetos socioambientais fomentados por ONGs e empresas.

Para pensar o potencial amazônico, e, portanto, reforçar a larga biodiversidade de Costa Marques, é necessário trazer alguns dados históricos sobre a catalogação da biodiversidade da Amazônia, visto que é o principal produto a ser valorizado no desenvolvimento sustentável vinculado à bioeconomia.

A primeira e mais bem-sucedida expedição na Amazônia foi a comandada pelo zoólogo Johan Baptist von Spix e pelo botânico Carl Friedrich von Martius, enviados pelo rei da Bavária, entre 1817-1820, os quais conseguiram catalogar uma riqueza de 6.500 espécies de plantas e 3.381 espécies de mamíferos (Becker; Stenner, 2008).

Os números apresentados são apenas uma pequena parcela do que o bioma abriga. Prova disso é que mais tarde, a Convenção da Diversidade Biológica, em 1992, afirmou que a Amazônia abriga um extraordinário patrimônio genético, que devem ser estudados incansavelmente, na mesma medida que os recursos renováveis com verdadeiro valor econômico deveriam ser preservados (Noronha, 2018), sendo que aproximadamente 70% do seu território está situado no Brasil o que o coloca no centro do debate do mercado verde emergente no mundo.

A data dessa expedição no século XIX demonstra que o interesse pela Amazônia e sua biodiversidade é antigo. Porém, o interesse mundial nas riquezas naturais da região

amazônica não foi e ainda não é o suficiente para auxiliar no impulsionamento de formas de desenvolvimento sustentável amigável para região, visto que ainda hoje a região é tomada pelo comércio predatório e nocivo à fauna e flora local, tendo forte influência do mercado exterior nesse processo, visto a procura pelas matérias-primas exploradas na região.

Possibilidades frente a esse cenário são o desenvolvimento endógeno e o desenvolvimento alternativo, que refletem abordagens econômicas viáveis no contexto local. O desenvolvimento endógeno refere-se à valorização e promoção do crescimento a partir de dentro de uma comunidade ou região, utilizando seus próprios recursos, habilidades e potenciais locais.

Ao contrário de estratégias de desenvolvimento que dependem principalmente de recursos externos e investimentos, o desenvolvimento endógeno busca fortalecer as capacidades internas das comunidades, promovendo autonomia e sustentabilidade. Isso implica o estímulo à produção local, o apoio a pequenos negócios, a preservação das tradições culturais e a participação ativa da comunidade nas decisões que afetam seu desenvolvimento (Sarreta, Crescente, 2004).

Já o desenvolvimento alternativo refere-se a um paradigma que questiona as abordagens convencionais de crescimento econômico, muitas vezes baseadas em modelos globalizados, e busca alternativas mais equitativas e sustentáveis. Essa perspectiva propõe soluções diferentes das predominantes, considerando fatores sociais, ambientais e culturais. O desenvolvimento alternativo muitas vezes está associado à crítica aos modelos tradicionais de desenvolvimento que podem gerar desigualdades, degradação ambiental e marginalização de certas comunidades.

Ambas as abordagens, endógena e alternativa, compartilham a ideia de descentralizar o desenvolvimento, empoderando as comunidades locais e considerando suas peculiaridades, promovendo formas mais sustentáveis, justas e inclusivas de crescimento econômico e social. Essas abordagens visam superar os desafios enfrentados por muitas comunidades, promovendo um desenvolvimento mais integrado, participativo e adaptado às necessidades específicas de cada localidade (Sarreta, Crescente, 2004).

Nesse sentido, a presente pesquisa vem apresentar um novo olhar para a Amazônia. Busca, em toda sua extensão, apresentar oportunidades para que a região do município de Costa Marques, localizado na Amazônia, possa se desenvolver sem perder sua essência e beleza natural. Para isso, o primeiro ponto é que assim como as expedições, o grande trecho navegável entre os rios Mamoré-Guaporé, ainda que isolados por causa de corredeiras e

cachoeiras entre eles e a hidrovia do Madeira, apresenta uma oportunidade de integração continental (Becker; Stenner, 2008).

Desse modo, é perceptível que investimento em infraestrutura ambientalmente respeitosa será um diferencial para que a região prospere, como amplamente apontado na seção anterior. É inevitável o planejamento da logística como base para acelerar o desenvolvimento, tem-se necessidade de enfrentar os fatores que geram o atual padrão de distribuição territorial e estabelecer termos de diálogo entre as necessidades sociais e a interação competitiva da região no processo de globalização, tudo isso sem destruir o meio ambiente (Becker; Stenner, 2008).

Em outras palavras, é inevitável que para a região se incluir de fato no mercado verde será necessário investir em novas formas de interação entre as comunidades que estão situadas em espaços como Costa Marques, com as grandes empresas para a exportação das produções. Para isso, será útil unir conhecimento interdisciplinar capaz de buscar soluções para os desafios ambientais que estão postos na região, como as corredeiras que impedem a navegabilidade total nos rios ou ainda, a inacessibilidade em certas áreas ocupadas pelas comunidades que produzem em comum harmonia com a natureza.

É necessário reconhecer os papéis dos agentes dessa conservação, a partir da percepção de que é comum que as mulheres exerçam papéis de liderança nos quilombos no que diz respeito à manutenção e manejo dos recursos ambientais. Segundo Dothling (2022) isso se relaciona a uma cosmopolítica do cuidado, em que o ato de cuidar é percebido tanto no contexto intrafamiliar e comunitário, quanto interespecies, com plantas e animais.

Historicamente, as dinâmicas de gênero estiveram intrinsecamente ligadas às práticas de manejo e preservação ambiental, muitas vezes refletindo desigualdades profundamente enraizadas. Mulheres frequentemente desempenham um papel fundamental na gestão sustentável dos recursos florestais, sendo responsáveis por atividades como coleta de produtos florestais não madeireiros e preservação do conhecimento tradicional. No entanto, as disparidades de gênero também são evidentes, com mulheres enfrentando desafios específicos, como restrições de acesso à terra e recursos, além de serem frequentemente excluídas de decisões importantes.

Assim, o reconhecimento das pessoas que fazem parte da conservação é imprescindível para mitigar as disparidades e injustiças ambientais, pensando em soluções que promovam a participação dos e das líderes quilombolas e tradicionais.

Uma forma de beneficiar os espaços que carecem de infraestrutura, inclusive para escoamento de produções, seria aumentar a capilaridade de redes por meio da construção e

manutenção de estradas vicinais de qualidade, ou, ainda, a construção e modernização de pequenos terminais hidroviários e embarcações que circulam na região. Além de difundir uma rede de comunicação e tecnologia é a oportunidade para auxiliar no desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade de vida de populações que ainda são marginalizadas (Becker; Stenner, 2008).

Após apontar como este fenômeno de capitalização dos serviços produzidos pela região aconteceriam, especialmente no que tange a escoamento de produção, é importante frisar as características da globalização e seus efeitos na região. Loureiro (2006), apresentou as principais características da globalização, relacionando sua influência direta na economia, no meio ambiente, na cultura e nas relações sociais.

Ele descreveu que a influência econômica está diretamente relacionada à capacidade do mercado, o qual só é livre para aqueles que possuem algum poder econômico, o que o transforma em algo excludente, visto que não existem condições objetivas para adequação do setor produtivo de médio e pequeno porte. No entanto, existem outros diferenciais que precisam ser dimensionados, com a internacionalização. Há a promoção de um aglutinador de valor ao apresentar certificações como as normas ISO (Organização Internacional de Normas), em termos de diminuição de desperdícios e impactos ambientais, que são aspectos que são monetariamente dimensionados nos produtos, especialmente em países desenvolvidos.

A partir de normativas como a ISO é possível pensar em certificações que abranjam a venda de produtos de pequenos e médios produtores. Outro fator que deve ser apresentado para essas comunidades, inclusive para impulsionar a influência delas na localidade que estão inseridas, são as alternativas de união social para o desenvolvimento econômico, como as cooperativas e associações.

Sobre o aspecto ambiental, a globalização demonstrou a perda de qualidade ambiental. As pessoas, dentro da lógica capitalista de industrialização e desenvolvimento, apresentam, com o avanço tecnológico, um padrão exagerado de consumo que acaba sobrecarregando a natureza em busca de matéria-prima, o que atua negativamente em sua capacidade de regeneração (Loureiro, 2006). Nesse aspecto, caso não haja um bom retorno do mercado financeiro globalizado em função dos produtos produzidos na região amazônica, como a maior durabilidade e a política de consumo consciente, vez que frequentemente não são valorizados em função da incapacidade da natureza de se renovar na mesma velocidade de consumo, haverá impactos ambientais irreversíveis.

Milton Santos (2012) argumenta que a globalização, muitas vezes apresentada como um processo inevitável e benéfico, é marcada por desigualdades profundas e injustiças sociais. O autor examina como as nações periféricas são frequentemente exploradas e marginalizadas no sistema global, resultando em disparidades econômicas e culturais. Além disso, Santos propõe a ideia de uma "outra globalização", destacando a necessidade de repensar e reestruturar as relações internacionais com base em princípios de justiça social, equidade e respeito pela diversidade cultural.

Santos (2012) critica a homogeneização imposta pelo modelo global dominante, enfatizando a importância de reconhecer e preservar as singularidades locais. Ele propõe uma abordagem mais democrática e participativa na construção de um novo paradigma global, no qual as comunidades tenham voz ativa nas decisões que afetam suas vidas. Destaca a necessidade de repensar as estruturas econômicas e políticas para promover uma globalização mais inclusiva, capaz de incorporar as diversas realidades do planeta, permitindo que cada sociedade contribua de maneira significativa para a construção de um mundo mais justo e solidário.

A interrelação entre globalização e desenvolvimento revela uma dinâmica profundamente desigual e muitas vezes prejudicial para os países com histórico colonial. O fenômeno da globalização, frequentemente guiado por interesses econômicos das nações mais industrializadas, tende a perpetuar uma divisão internacional do trabalho que favorece a exploração dos recursos naturais e humanos das nações periféricas. Sob essa lente, a globalização muitas vezes se traduz em relações econômicas desequilibradas, onde os países menos desenvolvidos são frequentemente relegados a papéis de fornecedores de matérias-primas e mão de obra barata, enquanto os países desenvolvidos monopolizam os setores tecnologicamente avançados e as decisões econômicas globais. Essa dinâmica contribui para o aprofundamento das disparidades socioeconômicas, perpetuando um cenário em que os benefícios da globalização não são distribuídos equitativamente.

Por último, mas não menos importante, estão os aspectos sociais e culturais. A respeito dos aspectos sociais, a nova ordem mundial ampliou a exclusão social. Com o padrão cumulativo e de consumo de competição, houve um favorecimento da globalização da pobreza, da miséria e da desvalorização do trabalho frente ao mercado (Loureiro, 2006). Assim, não há dúvidas que as comunidades quilombolas, caso sejam incluídas nessa dinâmica global de mercado com o auxílio da bioeconomia, precisará de uma forte atuação do mercado no sentido de valorização dos conhecimentos tradicionais associados e do trabalho artesão para que suas atividades sejam efetivamente valorizadas.

Diante dos desafios econômicos que foram postos em função do desenvolvimento de um desenvolvimento sustentável, altera-se também as demandas locais de exportação. Empresas situadas na Zona Franca de Manaus que eram historicamente relacionadas a produção de peças de celulares, televisores e computadores, começaram uma corrida para se adequarem às novas exigências do mercado mundial e começaram a apostar em estudos e tecnologias para desenvolver atividades lucrativas com bioativos que a floresta bem preservada oferece (Minev, 2020).

Em relação ao estado do Amazonas, o desenvolvimento econômico sempre ficou pautado pelo distrito industrial. Nesse sentido, já existem hoje políticas tentando avançar na frente da bioeconomia, atuando em cadeias como do açaí, da castanha, do cacau e dos serviços agroflorestais (Hub de Bioeconomia Amazônica, 2022c), que acabarão influenciando positivamente no desenvolvimento de outras áreas remotas da floresta amazônica, visto que a preparação do estado do Amazonas para escoamento de produções industriais serão utilizados para o escoamento de produtos florestais.

5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES EM RONDÔNIA

A região do município de Costa Marques, assim como toda Amazônia, tem suas atividades subdivididas a depender da composição geográfica-ambiental da área. Essa subdivisão é feita em quatro espaços, quais sejam: áreas de proteção legal, arco do desmatamento, áreas urbanas e as áreas já convertidas.

Nas áreas de conservação que estão relacionadas com Terras Indígenas e Unidades de Conservação, há o predomínio de uma economia de conhecimento da natureza e pagamento por serviços ambientais, sendo necessária uma agenda específica de pesquisa e desenvolvimento. Na região do arco do desmatamento, há uma relação intrínseca entre a bioeconomia e as atividades de alto impacto, baseada em *commodities*, sendo necessário criar um aparelho de condições sociais, fiscais, tecnológicas e políticas. Nesses espaços o objetivo é fortalecer uma agenda de Sistemas Agroflorestais e de Integração de lavoura, pecuária e floresta, bem como atividades de restauração de plantas nativas e áreas de manejo sustentável (Satatle, 2021).

A esse exemplo, em 2023 foi criada a iniciativa Amazônia +10, um programa em parceria com o CNPq, que visa fomentar a pesquisa na região, viabilizando recursos e articulando grupos de pesquisa, com expansão para abranger pesquisadores de outros estados.

A ideia é atrair investimento e gerar benefícios científicos e tecnológicos para a região (MCTI, 2023). Essa iniciativa é um reconhecimento de que o conhecimento local e formas econômicas sustentáveis são imprescindíveis para gerar mudanças sociais.

Satatlé (2021) também destaca que nas áreas urbanas, a agenda deve ser focada em saneamento básico e reversão de incentivos fiscais das indústrias em conservação para floresta, como o trabalho em desenvolvimento no mercado de carbono regulado e voluntário. Por último, mas tão importante quanto, as regiões já convertidas, local em que as florestas já foram substituídas por uma economia baseada em *commodities*, deve-se promover a rastreabilidade total para que os incentivos fiscais e financeiros sejam revertidos em preservação da floresta.

Como oportunidade para a agenda de bioeconomia e desenvolvimento sustentável regional, cita-se o potencial de biodiversidade pouco explorada. Isso porque, como assevera Veríssimo (2021), mesmo com o mega-potencial de biodiversidade da Amazônia, atualmente o Brasil colabora com apenas 0,7% do mercado global de produtos não-madeireiros e agroflorestais no mundo. Antes de pensar na formalização, vale pontuar as cadeias produtivas baseadas na sociobiodiversidade e na bioeconomia já existentes, tais como os sistemas agroflorestais para produção de alimentos, mas precisam ser otimizados e valorizados.

Os sistemas agroflorestais são uma prática comum em Rondônia, especialmente entre as populações tradicionais, como as comunidades quilombolas de Santa Fé e de Forte Príncipe da Beira, e deve ser fortalecida. Já existem parcerias firmadas entre a Embrapa e o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal que busca a criação de frente bioeconômica voltada para conhecimentos avançados em biotecnologia e genômica com intuito de atrair indústrias de base biológicas para a região, abrindo novas oportunidades para as populações situadas na Amazônia Legal (Diniz, 2020).

Outra atividade desenvolvida pelos quilombolas é o turismo histórico e ambiental:

Importante destacar que o Real Forte Príncipe da Beira, tombado pelo Iphan, em novembro de 1937, recebe mensalmente cerca de 1.000 (hum mil) visitantes, desde estudantes até estrangeiros, os quais são recebidos por integrantes do 1º PEF e moradores da comunidade, que se encarregam de apresentar aos interessados um pouco da história local (Aranda, 2018).

Importante descrever a importância do forte para a comunidade quilombola Forte Príncipe da Beira, tanto pela história relacionada ao quilombo, quanto como fonte de renda em função do turismo conduzido pelos quilombolas na área.

A organização da produção vinculada a um circuito de mercado, ainda que local, acaba agregando valor através de tecnologia simples, como o caso de venda apenas da polpa

da castanha embalada à vácuo. Esses casos constituem fator de aproximação que deve ser considerado, uma forma que rompe com a dicotomia rural-urbano (Almeida, 2004).

Entre as atuações de Rondônia para fortalecer as cadeias produtivas ligadas à sociobiodiversidade existentes na região, tem-se o projeto AmazôniAtiva. O projeto foi desenvolvido pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental que deu vida à vitrine online, a qual aspira uma plataforma de *e-commerce* de produtos nativos. Todavia, o que há de mais interessante na iniciativa é o fortalecimento de cadeias produtivas de populações vulneráveis, visto que são produtos produzidos e comercializados por integrantes da agricultura familiar, pequenos e médios empreendedores, lideranças femininas, povos indígenas, extrativistas e quilombolas (Sedam, 2020).

Pioneiro na iniciativa, o projeto foi criado em 2018 e dá visibilidade a diversos produtos de Rondônia. Entre os produtos da vitrine estão o açaí, óleos de babaçu, castanha do Brasil certificada, cosméticos naturais, chocolates feitos à base de cacau agroecológico, palmitos produzidos em sistemas agroflorestais e cafés premiados da Amazônia. A iniciativa, apesar de ter sido criada em Rondônia, atualmente engloba produtos originários de todos os Estados integrantes da Amazônia Legal (Rondônia, 2021).

As experiências dos mais velhos nas comunidades quilombolas são extremamente próximas do que são reconhecidas hoje como práticas do manejo sustentável dos recursos florestais. Cuidado para não destruir o açaizeiro e outras palmeiras que servem de alimentos, extração de óleos vegetais sem danificação das plantas, reaproveitamento de partes retiradas para o artesanato e lenha. Além disso, a preocupação com as sementes e os alimentos dos pássaros revelam uma sensibilidade com o meio ambiente e com as práticas de sustentabilidade ambiental e cultural (Cruz, 2010).

Levando em consideração que as comunidades quilombolas já utilizam de áreas de roça, é possível apresentar como alternativa a adequação da agricultura familiar à bioeconomia. Atualmente a região amazônica recebe cerca de R\$3 bilhões por ano para pequenos agricultores e extrativistas via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), porém, já é perceptível a necessidade do programa tornar-se mais sustentável (Adeodato, 2021).

Outro aspecto diz respeito às tradições culturais que podem fomentar o turismo histórico. Ao preservar e celebrar práticas ancestrais, eventos e manifestações artísticas, as comunidades conseguem atrair visitantes interessados em mergulhar nas raízes culturais de determinado local.

A autenticidade das tradições oferece aos turistas a oportunidade única de vivenciar o passado e compreender a história de uma região de maneira tangível. Festivais, cerimônias religiosas, artesanato tradicional e arquitetura histórica são exemplos de elementos culturais que se transformam em atrativos turísticos, criando uma ponte entre o presente e o passado. Além disso, o turismo histórico, impulsionado por tradições culturais bem preservadas, desencadeia impactos positivos nas economias locais, promovendo o desenvolvimento sustentável e incentivando a valorização contínua do patrimônio cultural.

Em Rondônia, um festejo muito tradicional é a festa do divino espírito santo, o qual o município de Costa Marques assim como o Vale do Guaporé também adere e que tem participação de diversos membros das comunidades, inclusive quilombolas (Silva, 2015).

5.2 NOVAS ATIVIDADES QUE PODERIAM SER IMPLEMENTADAS NA REGIÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Muito embora as comunidades executem atividades específicas, o impacto gerado por possíveis novas atividades é inegável. Como aponta Capra (2006), em um padrão de produção comunitária, há relações entre os processos de produção, de maneira que na existência de rede de comunidades, há uma contínua influência desses processos no padrão das atividades, assim como, da própria estrutura que se opera nas redes. Desse modo, é preciso pensar nas novas atividades de uma forma que causem o menor impacto possível às atividades já desenvolvidas pelos quilombolas na região.

Cabe situar os indígenas, os negros/as e os grupos de imigrantes pobres como formadores desse campesinato latino-americano, respeitando as suas peculiaridades, claro. O caráter popular desses setores leva a uma dinâmica laborativa em que a agroecologia pode ter um papel fundamental na construção de uma matriz agrícola diferente da matriz agroexportadora dominante. Ademais, a emancipação desses diferenciados grupos camponeses existentes deverá ocorrer com respeito à heterogeneidade e com o acúmulo de forças daqueles que sofrem de males provenientes da mesma causa (Leonel Júnior, 2020, p. 16)

Segundo Leonel Júnior (2020) os grupos sociais que possuem modos de lidar com a produção agrícola de forma diferente do que os modos hegemônicos geralmente demonstram maior preocupação com o impacto de suas atividades, bem como com a qualidade dos produtos cultivados.

O primeiro ponto a ser abordado aqui é que mesmo as comunidades tradicionais possuindo mais conhecimento e experiência para viver harmonicamente com o meio

ambiente, também é fato que o exercício dessas habilidades depende de outros fatores para serem expandidas. Em outras palavras, descreve Furiella (2002), o exercício da cidadania e cuidado com o meio ambiente, nos diferentes espaços públicos, dependem de atributos como motivação, capacitação, organização civil para que haja, de fato, participação civil na gestão de bens coletivos, como o meio ambiente.

Por sua vez, o desenvolvimento sustentável, apontado por Sachs (2008), obedece ao objetivo de solidariedade entre as gerações atuais e futuras. Tornar essa solidariedade possível carece do uso de imperativos de sustentabilidade social e ambiental, assim como viabilidade econômica. No entanto, ao falar em desenvolvimento agregador para as comunidades tradicionais, é preciso ir além, o desenvolvimento precisa ser incluyente, ou seja, “garantir o exercício dos direitos civis, cívicos e políticos” (Sachs, 2008, p.39) de todos envolvidos.

Abramovay (2012), aponta com sabedoria que as pessoas são bem mais solidárias do que habitualmente a ciência econômica pressupõe. Essa solidariedade pode atuar positivamente na criação de cooperativas, as quais fluem bem melhor quando são apoiadas em relações humanas reais e para além das atividades econômicas, visto que se garantem também reconhecimento mútuo, respeito e baseiam-se na confiança preexistente.

Nessa toada, existe a necessidade de transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, possibilitando a codificação e recodificação pelas etnociências, como um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização de biomassa. Essa moderna civilização seria capaz de cancelar a enorme dívida social acumulada com o passar dos anos, ao mesmo tempo que diminuiria consideravelmente a dívida ecológica (Sachs, 2009).

Apesar de Sachs (2009) votar pela criação de uma comunidade da biomassa, isso não fica longe da ideia proposta pelo presente trabalho, visto a necessidade de adequar as necessidades das populações locais a um desenvolvimento em harmonia com a preservação do ecossistema florestal.

Para que essa nova realidade se torne possível, mostra-se interessante a criação de bancos de dados locais sobre a biodiversidade, havendo uma necessidade absoluta de mantê-los em mãos nativas para o controle, atualização e manejo desses dados (Sachs, 2009). Vez que além de facilitar o processo de estudo para desenvolvimento de produtos tecnológicos para consumo e valorização dos serviços florestais, há ainda a valorização dos saberes tradicionais das populações.

O ecodesenvolvimento pode ser mais facilmente alcançado com o aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão de recursos, como também com a organização de um processo participativo e de identificação das necessidades, dos recursos em potencial e das

maneiras de aproveitamento da biodiversidade como caminhos de melhoria do nível de vida dos povos (Sachs, 2009).

Contudo, sabe-se que há muito tempo a pequena empresa local é vista com alto custo social, ou seja, esses pequenos comércios são defendidos como uma paisagem cultural ameaçada, especialmente com a chegada de grandes companhias (Furtado, 1974). Para que isso seja evitado, mostra-se como alternativa a garantia que a população local receberá uma fatia dos benefícios resultantes do aproveitamento de seus saberes tradicionais e dos recursos por elas coletadas na floresta, os quais devem ainda ser protegidos da biopirataria (Sachs, 2009), facilitando assim a valorização e manutenção do comércio local e de exportação.

Como apontado por Sachs (2008), é preciso investir em nichos de sustentação autênticos. Esses nichos são aqueles que se valem de trabalho qualificado e original, ou seja, emergem de atividades artísticas que estão presentes em artesanatos, os quais frequentemente possuem tradição sólida em comunidades, como as quilombolas. Também em patenteamento de produtos fármacos e de cosméticos, como o caso da planta utilizada pelo quilombo de Santa Fé para curar a febre.

Cabe salientar que é a quantidade, concentração e diversidade de trabalho velho, daqueles trabalho repetitivos que leva ao crescimento econômico, que possibilita a geração de trabalho novo, que além de promover o crescimento da economia ainda promove o desenvolvimento de novas habilidades voltadas à expansão econômica do local que se encontra (Becker, 2013, p. 18). Sendo, portanto, importante o fortalecimento do trabalho já existente e a busca por inovação desse trabalho para que haja espaço para desenvolvimento de novas atividades.

É emergente repensar o desenvolvimento da região amazônica, especialmente no que tange à parcela referente ao município de Costa Marques, visto que a atual agenda de crescimento já demonstrou ser falha no combate à pobreza dos povos da floresta. É necessário, diante do que se tem, delimitar formas de desenvolvimento que atrelam a preservação da natureza, aumento igualitário do bem-estar social e melhores condições econômicas.

Atualmente, não basta proteger a floresta. Essa proteção, como o próprio trabalho vem discutindo, não está sendo capaz de parar a expansão da fronteira agropecuária e atender aos desejos dos amazônidas. Uma alternativa será atribuir valor econômico à floresta, só assim ela será capaz de competir com os *commodities*, contudo, esse processo irá impor a necessidade de uma revolução científico-tecnológica (Becker; Stenner, 2008), que, felizmente, já tem começado a acontecer.

Uma nova economia, pautada na chamada economia verde, bebe da fonte de conceitos como funções ecossistêmicas que antecedem aos serviços, pois os segundos são aqueles que apresentam potencial de serem utilizadas pelos seres humanos, que são os benefícios diretos ou indiretos obtidos pelos homens por meio dos ecossistemas e de sua rica biodiversidade (Andrade, 2013).

Existem inúmeras formas de utilização da biodiversidade de forma menos danosa para o meio ambiente. Nesse momento serão citadas algumas que já são utilizadas ou que poderiam vir a ser praticadas pelas comunidades tradicionais que habitam a Amazônia como forma de melhorarem suas condições de vida e também a fim de proteger todo o patrimônio natural da floresta.

Uma forma de utilização sem degradação das riquezas disponíveis na região seria por meio do uso de produtos florestais na saúde, os quais se dividem em três setores: os fitomedicamentos, que influenciam no bem-estar de saúde e que provêm direta ou indiretamente de plantas; os nutracêuticos, que provêm de plantas aromáticas com baixo valor nutricional; e os dermocosméticos, que são os ecoprodutos ligados à estética e dermatologia (Becker; Stenner, 2008).

Na Amazônia já existe a extração de óleos como copaíba, urucum, andiroba e pau-rosa de forma tradicional, utilizados para o dia a dia dos povos tradicionais como remédios naturais para os mais diversos fins. Contudo, cada vez mais pequenas e médias indústrias estão voltando seus olhares para a extração desses óleos, sobretudo para dermocosmética (Becker; Stenner, 2008).

Como aponta Becker e Stenner (2008), é possível englobar os saberes das comunidades tradicionais para impulsionar a formação e crescimento de indústrias ligadas à dermocosmética. Dessa forma, empresas como a Cognis e a Natura, poderiam focar suas atividades no beneficiamento da produção extraída por essas atividades, enquanto as comunidades que já possuem experiências isoladas de cultivo de plantas medicinais, produção de óleos e extratos para aplicação em fitoterápicos e cosméticos poderiam ser aperfeiçoados.

Exemplo disso seria a produção de óleos oleico e linoleico, visto que o Brasil é o terceiro país mais rico em diversidade de palmeiras nativas, sendo que na floresta amazônica existe 35 de 42 gêneros brasileiros conhecidos e 150 das mais de 200 espécies que ocorrem no Brasil (Becker; Stenner, 2008). Produção essa que poderia não só auxiliar no cuidado da floresta, como no reflorestamento, visto que são árvores nativas que poderiam ser replantadas para produção de óleo e demais produtos oriundos da espécie.

Uma das propostas trazidas por Becker e Stenner (2008) é a criação de cadeias produtivas para o uso da biodiversidade, as quais sejam efetivamente capazes de envolver as populações florestais e também os centros de pesquisa e indústria, o que auxiliará na implicação de valor em cada etapa, seja em fitofármacos, nutracêutica ou dermocosmética ou, ainda, no aproveitamento do pescado, das frutas e na produção de energia.

Já é uma realidade que o enorme comércio de *commodities*, influencia na transferência de água de países como o Brasil, que ainda possui esse bem em abundância, e locais nos quais esse bem já é escasso. Ou seja, precisa-se viabilizar o que a literatura atual está denominando de água virtual, atribuindo valor para a quantidade desse bem que é consumido para que haja carne e soja em países importadores, por exemplo (Becker; Stenner, 2008), sendo uma alternativa vinculada ao mercado de pagamento por serviços florestais.

Ao atribuir valor econômico à floresta e aos produtos naturais que necessitam dela, como a água, haverá a possibilidade dela competir com as *commodities* e garantir, ao menos parcialmente, sua permanência em pé. Os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas florestais serão fonte econômica fundamental para a Amazônia. Essa economia será pautada nas atividades de comunidades tradicionais e vários tipos de florestas produtivas, em conjunto, porque utilizadas sem destruição viabilizarão os serviços ambientais e serão valorizados como insumo para a Ciência, Tecnologia e Inovação (Becker; Stenner, 2008).

Em áreas florestais que a biodiversidade é de menor riqueza em função da degradação ambiental e do valor debatido pelo mercado, uma alternativa seria o uso para manejo florestal sustentável ou de baixo impacto. Nessa perspectiva, espera-se que haja uma cadeia produtiva que envolva atividades de agregação de valor em várias modalidades, sobretudo na etapa final de consumo, com sofisticação e incorporação de designs avançados para o mercado nacional e global (Becker; Stenner, 2008).

Nas áreas já alteradas a bioenergia é uma alternativa promissora, podendo existir a implantação de vilas agroindustriais, congregando produtores e famílias. Em regiões com arco do desmatamento adensado, como Rondônia, poderá desenvolver agroindústrias, as quais influenciarão no pacto social e garantirão cuidados especiais para manter as florestas existentes (Becker; Stenner, 2008).

Cadeias produtivas baseadas no uso da biodiversidade começam nas florestas, porém, podem ter seu valor agregado em cada etapa da cadeia até alcançar os centros de biotecnologia e empresas locais. Essas cadeias poderão ser implementadas nas antigas unidades de conservação de uso sustentável e em outras florestas onde a prática já existentes (Becker; Stenner, 2008).

Fazendas solidárias congregando no mínimo 50 donos de terras, a fim de que haja uma escala mínima de produção e ampla reserva florestal comum. Essas fazendas não apenas garantirão uma condição de vida digna aos pequenos produtores, também seria uma forma de resistência à expansão dos *commodities* quando localizadas próximas às agroindústrias (Becker; Stenner, 2008).

Uma tarefa operacional que pode ser iniciada é a de disponibilizar biotecnologia moderna para pequenos agricultores, o que influencia no avanço de suas capacidades de participarem da segunda revolução verde. Essa questão poderia ser potencializada pelo uso da química verde, como complemento, e porque não substituto, da petroquímica, trocando energia fósseis por biocombustíveis. Outra questão que teria que ser implementada para essa realidade seria as formações complementares que envolvem acesso justo à terra, ao conhecimento, ao crédito, ao mercado e à educação rural (Sachs, 2009).

Apesar de pequenos produtores encontrarem vantagens na informalidade que vivem, é fato que muitos trabalhadores fabris estão em melhores condições, visto que estão protegidos pelas leis trabalhistas. Esses produtos permanecem apegados à informalidade por não possuírem encargos sociais e não estarem vinculados ao pagamento de impostos. Entretanto, faz-se necessário dar a eles uma oportunidade de melhora para suas atividades, seja por meio de aperfeiçoamento de habilidades por meio de treinamento (Sachs 2008), ou ainda auxiliando no processo de formalização das atividades para alcançarem novos campos no mercado global.

O papel dos serviços ecossistêmicos é crucial para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável do milênio. Acontece que são exatamente as regiões com abundância dos serviços ecossistêmicos que há uma dificuldade maior de atingir as metas, visto que as populações possuem uma dependência direta maior em relação aos serviços ecossistêmicos e seus serviços (Andrade, 2013).

Outro ponto importante é o mercado de carbono, isso porque a região ainda conta com uma área bastante florestada, e mesmo se apresentando no arco do desmatamento, é uma região de difícil acesso para exploração. Desse modo, uma estratégia preservacionista com foco no bioma, como o caso da REDD – redução por desflorestamento e degradação – em que se tem o pagamento pelo serviço de não desmatar para que se possa continuar emitindo carbono em outro lugar é uma alternativa economicamente viável para a localidade (Becker, 2013)

Alternativa essa de mercado de carbono que poderia facilmente casar com a ideia de fazendas comunitárias, visto que parte significativa dessas terras ficariam “sem uso” para

preservação da floresta em pé, ou apenas do uso dos frutos dessa biodiversidade. Nesse caso, poderia facilmente ser monetizada por meio de projetos de sequestro de carbono ou de REDD+ no mercado de carbono voluntário.

Outra atividade que se encaixa nas perspectivas de desenvolvimento sustentável e que é bastante valorizada atualmente está ligada à indústria criativa. Como aponta Bertha Becker (2013), no mundo atual, os serviços específicos e a cultura possuem papéis importantes na cultura urbana, e uma indústria de turismo fundamentada na cultura específica da Amazônia teria uma grande capacidade de agregação para a região. Isso sem contar que poderia facilmente agregar as comunidades tradicionais no processo criativo e de monetização.

Por último, mas não menos importante, é necessário investimento na formação de pessoas para atuarem em *advocacy planners* que seriam habilitados a facilitar o processo de negociação entre *stakeholders* (atores envolvidos) ou seja, populações locais e autoridades, como cientistas, associações civis, agentes econômicos públicos e privados (Sachs, 2009).

Como apontam Becker e Stenner (2008), a natureza deveria estar em um novo patamar de valorização, sendo utilizado para isso recursos tecnológicos e inovação para evitar desperdícios. Para isso, é necessária a criação de sistemas de produção integrados, adaptados às condições locais, podendo prosseguir em diferentes escalas de produção (Sachs, 2009), trabalha-se assim com as especificidades locais sob o aspecto de tecnologia, mas também de biodiversidade e das necessidades das comunidades locais.

Na Proposta de Temas para Missão e seus Projetos Estruturantes denominado POM e desenvolvido pelo CGEE E MTCI descreveu o desenvolvimento de cadeia produtivas nos biomas da biodiversidade. Para esses setores é necessário ampliar o potencial de crescimento socioeconômico para as comunidades locais em particular e para o povo brasileiro, com novas oportunidades de trabalho, geração de renda e novos empreendimentos focalizados na preservação ambiental e seu uso sustentável (CGEE; MTCI, 2021).

Sachs (2008) é enfático em dizer que o Brasil possui uma posição privilegiada na corrida para o desenvolvimento sustentável. Ele aponta como uma vantagem estrondosa a fronteira agrícola ser fronteira da área com maior biodiversidade do mundo. No entanto, assevera também que essa fronteira ainda pode avançar, desde que mantenha integralmente em pé as florestas intocadas e que para isso terá que respeitar as regras de manejo ecologicamente sustentável dos recursos naturais.

Mas, para que tudo isso seja colocado em prática, uma combinação viável entre economia e ecologia precisa ser efetivada. Isso porque as ciências naturais podem descrever o

que é preciso para um mundo sustentável, mas são as ciências sociais que traçarão as estratégias de transição para este caminho (Sachs, 2009), caso contrário tudo ficará longe do campo da pragmática.

O turismo ecológico e de base comunitária são potências que podem ser estimuladas na região da amazônia. O crescimento da economia verde pode contar com a pesca esportiva, ecoturismo e turismo de aventura (Hub de Bioeconomia Amazônica, 2022a).

O Instituto Tecnológico Vale tem desenvolvido o trabalho de mapeamento genético e genômico de espécies de fauna e flora que estão ameaçadas de extinção, são exóticas ou que tenham potencial para gerar renda para agricultores envolvidos em projetos de bioeconomia. Nos últimos anos o Instituto produziu 12 mil marcadores genéticos na região, que contribuirão inclusive para o processo de aceleração do reflorestamento (Vale, 2023).

A Vale tem desenvolvido atividades também junto a comunidades tradicionais. A Tribo e Peabiru Produtos da Floresta são apoiadas pelo Fundo Vale, que produz joias e biomateriais a partir de fios e tecidos da borracha amazônica de seringais nativos da Ilha de Cotijuba, área de proteção ambiental na região insular de Belém do Pará (Vale, 2023).

5.3 COMO OS TRÊS SETORES DA SOCIEDADE PODEM ATUAR NO DESENVOLVIMENTO DA BIOECONOMIA NA REGIÃO DE COSTA MARQUES

Como forma de chegar ao desenvolvimento sustentável almejado, Sachs (2008) sugere que o projeto de desenvolvimento seja nacional, emergindo gradualmente entre níveis locais e nível nacional, sendo todos os atores significativos nesse processo. Vale apontar que as principais peças desse processo são também os principais interessados e atingidos, ou seja, as comunidades tradicionais.

O desenvolvimento da sociedade atualmente é pensado sob a perspectiva de três setores distintos. O primeiro deles é o Estado, composto pelo governo e todos seus órgãos, o segundo, é o mercado, marcado por todas as ramificações vinculadas a ele, e o terceiro, a esfera de ação social, que atua na demanda por cidadania e democracia. A composição do terceiro setor não é governamental, nem lucrativa, é o setor responsável por possibilitar a atuação ativa do cidadão na resolução de problemas identificados pelos diferentes segmentos da sociedade (Loureiro, 2006).

No entanto, Loureiro (2006), descreve que os problemas da ONGs está na falta de quadros qualificados e de competência técnica para formular projetos nos moldes das agências de fomento, o que acaba bloqueando a possibilidade desses atores de atuarem junto

com a comunidade civil em busca de soluções para o desenvolvimento de atividades de campo. Em outras palavras, as ONGs costumam ser compostas por atores que conhecem os problemas sociais e transitam bem nesses locais, mas desconhecem as burocracias que envolvem a conquista de ativos financeiros necessários para os projetos alavancarem.

A respeito do Estado, não há de se falar em uma solução para as comunidades quilombolas que não seja por meio da tutela estatal. O mesmo Estado que legalizou a escravidão, fraudou direitos, angariou vantagens financeiras em função do trabalho escravo, construiu e continua beneficiando latifúndios, precisa de alguma forma assumir as consequências dos seus danos (Silva, 2010, p. 225).

Uma forma de reconhecer em políticas públicas a identidade e os direitos dos povos quilombolas é pensá-las sob a lógica dessas comunidades. Um exemplo disso é pensar que os territórios que estão sendo demarcados ou foram demarcados devem ser vistos como territórios coletivos, e são parte dessa visão coletiva tudo que esses espaços englobam, como os recursos hídricos e demais serviços ambientais existentes (Silva, 2010).

A ideia existente anteriormente que o que a empresa faz, nos limites da lei, o que o mercado quer e quando ele falha quem tem que resolver é o governo ou as ONGs está cada dia mais duvidosa no mundo atual (Abramovay, 2012). No entanto, os movimentos sociais e as ONGs têm feito bem mais do que apenas pressionar por meio de movimentações públicas e denúncias aquilo que eles consideram errado. Eles têm mobilizado empreendedores que são responsáveis pela certificação e rastreamento de produtos oriundos da biodiversidade de áreas protegidas (Abramovay, 2012, p. 146).

Entende-se que a simples inserção da ética na economia e na sociedade para fins de chegar nas decisões empresariais não basta. É necessário recriar a relação da sociedade com a natureza, para que os ecossistemas sejam encarados como base material, energética e biótica das quais dependem as sociedades humanas e não apenas externalidades que não necessitam de preocupação humana efetiva (Abramovay, 2012).

Outro ponto a ser apresentado e que pode ser fortalecido pelos Estados está nos efeitos das leis ambientais mais rígidas em razão da conexão do mercado e suas peculiaridades. A partir do desenvolvimento de uma sociedade tecnológica há o aumento da produtividade e a utilização mais intensa de métodos produtivos que são menos nocivos ao meio ambiente (Andrade, 2013).

Os movimentos sociais apresentam-se como um fator de existência coletiva que contesta a insistência nos procedimentos operativos de ação sem sujeito. É deste prima que pretendo chamar a atenção para a relevância de se abrir uma discussão ampla sobre as “terras tradicionalmente ocupadas” e sobre os processos de territorialização

que lhes são correspondentes no momento atual (Almeida, 2004, p.30).

Nessa toada, é imprescindível pensar em formas de desenvolver habilidades nos grupos quilombolas para que se desloquem de grupos discriminados para grupos que possuem facilidade em recepcionar políticas públicas, bem como controlar e gerir sua efetivação. Assim, será possível levar o tema de participação destas comunidades nas políticas com eficácia e garantir as políticas como parte dos objetivos (Arruti, 2009).

Há ainda situações que acabam por enfraquecer o desenvolvimento da sociedade no que tange a aceitação de políticas públicas em seus territórios. Isso acontece porque há noções de participação e representação que descrevem a manipulação recorrente dos povos, ainda que confirmada em poucos casos. Um caso bastante comum de manipulação e exploração dessas comunidades está na multiplicação dos quilombolas, porque os municípios que possuem esses territórios possuem direito a incentivo financeiro para que sejam destinados às políticas públicas das comunidades, o que nem sempre acontece efetivamente (Arruti, 2009).

Quanto às políticas públicas, existem alguns programas que preveem um orçamento especial, como o caso do Programa Brasil Quilombola. Nele há a criação de linhas de crédito e convênios entre os Estados e órgãos responsáveis e interessados na preservação cultural e ambiental, assim como, no desenvolvimento de infra-estrutura para o desenvolvimento das comunidades (Arruti, 2008).

Apresentadas as inúmeras necessidades do povo quilombola de Costa Marques quanto ao apoio necessário do mercado, do governo e do terceiro setor. Demonstradas as atividades desenvolvidas por comunidades tradicionais diversas dentro e fora do estado de Rondônia como verdadeiras inspirações de inovação, tecnologia e estudo vinculado ao conhecimento tradicional, não há dúvidas de que a potência da região fronteira depende apenas de um olhar atento para as características sociais e ambientais que a região possui.

Um contratempo adicional que pode ser facilmente resolvido por atores políticos é a dificuldade e morosidade no processo de formulação de políticas públicas. A maior parte das políticas duram em média de 18 meses a quatro anos, mesmo sendo otimista, estarão sujeitas às mudanças de governo e de prioridades nesse processo (CGEE, 2021), o que acaba causando a perda de todo capital e tempo investido em busca de um resultado que não será alcançado pela falta de foco governamental.

Destaca-se ainda o alto potencial de inovação que existe para além do envolvimento de práticas tradicionais de produção, há a necessidade de implementação de bioindústrias e

avanços na governança para que a sociedade tenha uma visão holística dos desafios e das oportunidades (Adeodato, 2021).

É básico que haja um investimento governamental para preparação das comunidades tradicionais para o mercado. Necessita-se de políticas públicas para preparar os indivíduos para estimarem o valor do trabalho que executam, gestão de negócios, organização de questões burocráticas como cadastros sociais e de CNPJ para emissão de notas fiscais (UP Comunicação, 2023a).

Durante a pandemia houve um aumento de compras via *e-commerce*, aumentando também a busca por produtos de baixo impacto ambiental. O Mercado Livre aproveitou o processo para criar o programa Impacto + Biodiversidade, adotando estratégias específicas para o seguimento. Em 2022, foram vendidos mais de 2 milhões de produtos dentro da categoria de itens sustentáveis, apenas na América Latina . O programa tem interesse em preparar empreendedores para o mercado externo e apoiar na operacionalização e na promoção de produtos para entrar no mercado nacional (UP Comunicação, 2023).

Criação de câmaras de comercialização dos estados, políticas estaduais de bioeconomia e diálogo sobre a regularização sanitária para as cadeias de valor da sociobiodiversidade amazônica (Hub de Bioeconomia Amazônica, 2022d).

As estratégias de marketing verde, tanto no âmbito do mercado quanto das organizações da sociedade civil, estão sendo empregadas com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável. Isso pode incluir a promoção de produtos ecológicos, a adoção de práticas sustentáveis na cadeia de suprimentos, a conscientização ambiental nas campanhas de marketing, entre outras abordagens que visam conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental e a responsabilidade social. A ideia é alinhar as práticas de marketing com os princípios do desenvolvimento sustentável, contribuindo para um impacto positivo no longo prazo (Dalmoro, Venturini, Pereira, 2009).

Entre os resultados da política ambiental, o mais significativo estabelecido no Brasil foi a demarcação de Áreas Protegidas, ou seja, Terras Indígenas, Quilombos e Unidades de Conservação, em contraposição ao desenvolvimento a qualquer custo. Atualmente, a demarcação de áreas protegidas chega a 36% do território amazônico, estabelecidos, principalmente, na Amazônia florestal, território esse correspondente a 40% do território brasileiro (Becker; Stenner, 2008).

Além disso, não se pode afirmar que a regularização de quilombos retira terras para a produção agrícola. Constata-se, por meio dos estudos realizados pelo INCRA e outros órgãos oficiais, que a grande maioria das comunidades quilombolas são rurais, dedicadas à agricultura, ou seja, nos quilombos é praticado o plantio de alimentos,

a pecuária de grandes e pequenos animais, a pesca, o extrativismo, e várias outras atividades que são consideradas agrícolas. Em sua maioria, estas atividades são realizadas não só para o sustento da comunidade, mas também para o fornecimento ao mercado local, contribuindo para o desenvolvimento tanto das comunidades como da região em que estão inseridas (INCRA, 2017).

Outro ponto importante, é crucial é o investimento na pesquisa para a preservação da água doce da região amazônica, porém, com sabedoria, deve também ser uma alternativa estratégica para o desenvolvimento regional (Becker; Stenner, 2008). O Rio Guaporé que banha o município, além de ser uma fonte de renda para pescadores e pessoas que vivem do ecoturismo e da pesca esportiva, é também uma potência a ser explorada em termos de logística.

Dalmoro, Venturini e Pereira (2009) demonstram a necessidade de as empresas evoluírem da preocupação com a qualidade para questões como meio ambiente e responsabilidade social. Eles destacam que a era do marketing verde é resultado da percepção de que as empresas passam a ser avaliadas não apenas com base no desempenho de seus produtos ou serviços, mas também com base em sua responsabilidade social e ambiental. Além disso, ressaltam a importância da imagem, qualidade e impacto ambiental estarem intimamente ligados. Portanto, as empresas precisam considerar estratégias de marketing verde e integrar a responsabilidade social e ambiental em suas práticas de negócios e também como forma de comunicar a sustentabilidade.

Na busca desse marketing verde já é uma realidade a nível mundial as propostas de ESG dentro das empresas. Nessa perspectiva tem-se preocupações ambientais, sociais e de governança, sendo fatores primordiais para a imagem das empresas, inclusive, na valorização de suas ações no mercado, sendo a sustentabilidade uma nova guinada para a precificação das ações das maiores e principais empresas a nível global.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente o trabalho trouxe questões conceituais acerca dos ideais de desenvolvimento e a proposta da bioeconomia para viabilizar o desenvolvimento sustentável. Frente aos avanços deletérios do capitalismo, que subjuga populações vulneráveis, a descentralização e reformulação dos preceitos econômicos, valorizando os aspectos locais, torna-se imprescindível.

Nesse sentido, a bioeconomia foi alçada como uma proposta de valorização dos conhecimentos tradicionais e manejo da natureza, de forma a mitigar os efeitos nocivos das práticas humanas, propondo outras maneiras de se relacionar com o meio ambiente.

Em que pese as limitações do ideal de desenvolvimento sustentável, uma vez que a solidariedade intergeracional é mitigada pelo fato de que atualmente há inúmeras populações desprotegidas, é importante repensar as formas de organização e produção, para reduzir, dentro do possível, os impactos à natureza - que alçam um caráter de irreversibilidade.

Ademais, em um segundo momento, o trabalho se dedicou a apresentar a região que foi delimitada para estudo, município de Costa Marques e os quilombos de Forte Príncipe da Beira e de Santa Fé. Para isso descreveu as singularidades do município e o que o faz um ator importante para o desenvolvimento da bioeconomia da região do Vale do Guaporé. Ainda, apontou a influência da cultura e do modo de vida quilombola que felizmente atinge a região e pode ser um impulsionador natural do desenvolvimento sustentável da cidade.

Foram apresentados os impactos gerados pelas atividades nocivas que têm ganhado espaço na região de Costa Marques, demonstrando que essas atividades não atuam apenas gerando impacto negativo ao meio ambiente, mas também a economia, visto que são perdidas oportunidades de desenvolvimento econômico sustentável para a comunidade geral, vez que o avanço da fronteira agropecuária gera saldo positivo apenas para um camada ínfima da sociedade.

A sinergia entre a bioeconomia e os conhecimentos tradicionais dos povos quilombolas no município de Costa Marques representa um potencial significativo para a valorização e conservação da biodiversidade, bem como para impulsionar o processo de desenvolvimento sustentável na região amazônica. Os saberes ancestrais dos quilombolas, enraizados em uma profunda compreensão dos ecossistemas locais, são valiosos recursos para a promoção da sustentabilidade.

A bioeconomia, ao integrar esses conhecimentos tradicionais, pode fomentar práticas econômicas que respeitam a biodiversidade. O uso sustentável dos recursos naturais, baseado

nas técnicas tradicionais dos quilombolas, pode ser um catalisador para a preservação de espécies endêmicas e habitats naturais. A introdução de modelos de negócios bioeconômicos, como a produção de produtos florestais não madeireiros, biotecnologia sustentável e manejo florestal, pode garantir a geração de renda para as comunidades quilombolas sem comprometer a integridade do ambiente. Outras perspectivas econômicas são o marketing verde para atrair o turismo histórico e o ecoturismo para a região, além de possibilitar novas guinadas econômicas vinculadas as produções dos povos tradicionais que ali habitam.

Além disso, a incorporação dos quilombolas no processo decisório e na implementação de projetos de bioeconomia garante uma abordagem participativa e culturalmente sensível. Isso não apenas fortalece a autodeterminação das comunidades, mas também contribui para a construção de práticas sustentáveis que estejam alinhadas com suas tradições e valores.

A partir da questão norteadora, a pesquisa pode confirmar a hipótese de que a agenda ativa da bioeconomia na Amazônia influencia positivamente no desenvolvimento sustentável e na qualidade de vida dos povos quilombolas que vivem em Costa Marques; uma vez que o município é detentor de larga biodiversidade, palco de cinco unidades de conservação. As comunidades quilombolas detêm conhecimentos de manejo que possibilitam a comercialização justa dos produtos ambientais, além da possibilidade do pagamento de serviços florestais de conservação e escoamento dos produtos pela via fluvial a que o município dá acesso. Isso também ratifica que a bioeconomia é uma alternativa de desenvolvimento sustentável para os povos quilombolas que vivem na Amazônia.

Por outro lado, o arco do desmatamento, as ameaças minerárias e a inércia do poder público na efetivação dos direitos culturais e socioambientais dos quilombolas demonstram que há uma latente desvalorização dos saberes ancestrais quilombolas, o que pode acarretar perdas significativas no campo da ciência, educação e inovação.

O embate entre a preservação do conhecimento tradicional e a necessidade de inserção em modelos econômicos contemporâneos evidencia a importância de abordagens cuidadosas e sustentáveis. A reflexão sobre a cidadania, cuidado com o meio ambiente e participação civil destaca que a expansão das habilidades das comunidades depende não apenas de seus conhecimentos, mas também de fatores externos, como motivação, capacitação e organização civil.

A pesquisa destaca a importância de bancos de dados locais sobre a biodiversidade, controlados pelas comunidades, como ferramenta crucial para o desenvolvimento

sustentável, valorizando os saberes tradicionais

As propostas práticas para a utilização da biodiversidade de forma sustentável, como o uso de produtos florestais na saúde e a criação de cadeias produtivas, ressaltam a importância de integrar os conhecimentos tradicionais nas estratégias de desenvolvimento. A ênfase em alternativas econômicas, como a indústria criativa e o turismo ecológico, aponta para a diversificação das fontes de renda, considerando as especificidades locais e culturais.

Desse modo, o trabalho teve como objetivo principal demonstrar a viabilidade socioeconômica da valoração dos conhecimentos tradicionais associados a uma agenda de desenvolvimento sustentável pautada na bioeconomia para a Amazônia. Sendo que todos os indícios apontam que haveria uma melhora significativa na qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável da região caso houvesse um consórcio de valoração dos conhecimentos tradicionais associados a biodiversidade local e o impulsionamento do terceiro setor, de governos e de atores civis.

Os objetivos específicos do trabalho que estão relacionados à apresentação teórica da bioeconomia e do desenvolvimento sustentável foram bem-sucedidos. Ainda que haja uma série de novas perspectivas sobre essas teorias a depender da localidade e dos interesses envolvidos, os pontos apresentados são basilares para entender o que esperar dessas teorias para a região amazônica.

Em relação a caracterização do espaço geográfico, apesar de suficiente, carece de mais elementos. O trabalho poderia ser ainda mais completo caso tivesse sido oportunizado a visita de campo, visto que poderia apresentar elementos visuais mais próximos da realidade, para além dos mapas. Porém, em função da realidade de saúde pública que se instaurou durante a execução do trabalho essa atividade restou frustrada, principalmente para manter as populações quilombolas protegidas da infecção da COVID-19.

Felizmente o terceiro objetivo específico, de apresentar os malefícios das atividades nocivas ao meio ambiente aconteceu. Embora haja uma certa dificuldade em encontrar dados sobre a localidade específica, seja pela falta de pesquisa da região, seja em razão da influência que a parcela da sociedade que se beneficia das atividades acaba possuindo, especialmente na política local, foi possível apresentar no trabalho dados que corroboraram com a tese da perda de oportunidade que uma economia pautada na degradação da natureza acaba ocasionando.

O último objetivo específico, talvez o mais importante deste trabalho, que era listar as atividades que poderiam ganhar espaço em uma economia de conhecimento da natureza

foi bem-sucedido. Apresentar as atividades, demonstrar como elas podem ser potencializadas com a valorização as comunidades tradicionais, descrever de forma simples como organizações, governos e atores civis podem auxiliar e se beneficiar desse processo traz à tona a necessidade de uma visão holística para a economia na região amazônica.

Por fim, ressalta-se que é necessário recriar a relação da sociedade com a natureza para que os ecossistemas sejam considerados parte essencial da vida humana. Leis ambientais mais rigorosas são vistas como benéficas para incentivar práticas produtivas menos prejudiciais ao meio ambiente e a capacitação das comunidades quilombolas para participarem ativamente das políticas públicas é crucial para alcançar um ideal de bioeconomia.

A pesquisa avançou no tema, mas não o exauriu. É necessário continuar em contato com o tema e se aprofundar nos dados obtidos para firmar teorias e práticas ainda mais eficazes na busca da melhoria da qualidade de vida da região de Costa Marques. Quanto mais o tema for estudado e mais voz for dada as comunidades quilombolas da região, melhores serão as alternativas para economia local e mais fácil será alcançar uma economia de conhecimento da natureza para a região rica em biodiversidade que habita em Rondônia, no município de Costa Marques.

7 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Amazônia**: Por uma economia de conhecimento da natureza. São Paulo: 2019.
- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. Editora Abril: São Paulo, 2012.
- ADÃO, C. O apagamento de povos tradicionais no Parque Nacional de Jericoacoara. In: ADÃO, C; MATIAS, J.L.N; SILVA, N.N. **Direito Ambiental no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2023.
- ADÃO, C. de O. **Onde em nós a casa mora**: o direito ao território às comunidades tradicionais. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe, 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14966>. Acesso em 07 jan. 2024.
- ADEODATO, S. **O que esperar da bioeconomia amazônica?** Página 22. Disponível em: <https://brasilamazoniaagora.com.br/o-que-esperar-bioeconomia-amazonica/>. Acesso em 27 abril de 2021.
- ALMEIDA, A.W.B. **Os quilombos e as novas etnias**. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2002.
- ALMEIDA, A.W.B. **Terras tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização e movimentos sociais. Estudos urbanos e regionais. v.6.n.1.Maio, 2004.
- ALMEIDA, A. **Nova Cartografia Social da Amazônia**: comunidade quilombola de Santa Fé do Guaporé. Projeto Nova Cartografia da Amazônia. U. Edições. Manaus, 2009.
- ANDRADE, D.C. **Valoração econômica-ecológica**: bases conceituais e metodológicas. Annablume. São Paulo, 2013.
- ARANDA, A. **Exército diz que pelotão existe antes da comunidade e que faz ações sociais**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/exercito-diz-que-pelotao-existe-antes-de-comunidade-e-que-faz-acoes-sociais/>. Acesso em 31 ago. 2023.
- ARANDA, A. **Exército e remanescentes quilombolas disputam área no Vale do Guaporé (RO)**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/exercito-e-remanescentes-quilombolas-disputam-area-no-vale-do-guapore-em-rondonia/> . Acesso em 31 de ago. 2023.
- ARAUJO, N. ; MORET, A. de S. Direitos Humanos E Hidrelétricas: Uma Análise Dos Impactos Socioambientais E Econômicos Gerados Em Rondônia. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 13, n. 26, p. 167–194, 2016.
- ARRUTI, J. **Quilombos**. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. Org. Osmundo Pinho. ABA. Editora Unicamp. EDUFBA. Campinas, 2008.
- ARRUTI, J. **Políticas públicas para quilombolas**: terra, saúde e educação. In: Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Actionaid. São Paulo, 2009.

ARRUTI, J. M. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 107-142, 2017.

ARRUTI, J.M. **Entre o campo e a cidade**: quilombos, hibridismos conceituais e vetores da urbanização. In: Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988. Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro, 2016.

BARTH, F. **Etnicidade e o conceito de cultura**. In: Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política., n.1 (2.sem2005). EdUFF. Niterói: 2005

BECKER, B. K. **A urbe amazônica**: a floresta e a cidade. 1ª ed. ed. Rio de Janeiro: 2013.

BECKER, B. K.; STENNER, C. **Um futuro para Amazônia**. São Paulo: Série inventando o futuro, 2008.

BERTOLDI, Marcia Rodrigues; SPOSATO, Karyna Batista. Instrumentos de Proteção dos Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 12, n. 12, p. 75-93, julho/dezembro de 2012. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/303/274>. Acesso em 22 dez 2023.

BRASIL. **Folha SD.20 - Guaporé**. Projeto RA ed. Rio de Janeiro:2020.

BRASIL. **Comunidade Forte Príncipe da Beira**: Orientações sobre o Termo de Acordo Judicial. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, 2021.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Brasília, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.445 de 12 de maio de 2005**. Disponível em: [Decreto nº 5.445 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2005/decreto05445.htm). Acesso em: 08 jan 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.073 de 5 de junho de 2017**. Disponível em: [D9073 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2017/decreto09073.htm). Acesso em 08 jan 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015**. Disponível em: [L13123 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2015/lei013123.htm). Acesso em 09 jan. 2024.

ONU. **Convenção da Diversidade Biológica. 1992**. Disponível em: [and2519-98.pdf \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1992/decreto02519-98.pdf). Acesso em 9 jan. 2024.

CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (CNUC). **Painel de Unidades de Conservação Brasileiras**. Banco de dados elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente. Planilha do segundo semestre de 2023. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs.html>. Acesso em 21 dez 2023.

CAMPOS, Margarida CASSIA; GALLINARI, Tainara Sussai. A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E AS ESCOLAS QUILOMBOLAS NO BRASIL/Quilombola school education and quilombola schools in Brazil. **Revista Nera**, n. 35, p. 199-217, 2017.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. 1. ed. Tradução de Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARDIA, A.C.R. **Direitos Humanos e empresas no Brasil**: como as empresas mineradoras têm afetado a proteção dos direitos humanos no território brasileiro. Homa Publica, Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas. Vol II. nº 1. Ago-Jan. 2018.

CARNEIRO, E. **Singularidades dos Quilombos**. In: Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Edufal. Maceió: 2001.

CASTRO JUNIOR, Evaristo de; COUTINHO, Bruno Henriques; FREITAS, Leonardo Esteves de. Gestão da Biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (org). **Unidades de Conservação**: Abordagens e Características Geográficas. 2ª ed. Rio de Janeiro:: Bertrand Brasil, 2012.

CECHIN, A. **A natureza como limite da economia**: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. 1ª ed ed. São Paulo: 2010.

CGEE. **Oportunidades e Desafios da Bioeconomia**. Perspectivas da Bioeconomia Brasileira com Base em Inovações Tecnológicas e de Mercado. Brasília, DF. 2020.

CGEE; MTCI. **Resumo da Metodologia POM**. Perspectiva da Bioeconomia Brasileira com Base em Inovações Tecnológicas e de Mercado. Brasília, DF, 2021.

CGEE. **Diálogo Internacional: Oportunidades e Desafios da Bioeconomia na América Latina**. Resumo Executivo. Brasília, DF, 2021.

COSTA, G. N. **História do Município**. Disponível em: <<https://www.costamarques.ro.leg.br/institucional/historia/historia-do-municipio/historia-do-municipio>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

COUTINHO, C. P. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas**: Teoria e Prática. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2014.

CRUZ, T.A. **Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente**. Estudos Feministas. Setembro/Dezembro. Florianópolis: 2010.

CUNHA, J. **Primeiro evento “Diálogos para uma bioeconomia inclusiva na Amazônia” ecoou vozes da economia verde da região**. Hub de Bioeconomia Amazônica. FAS Amazônia. 2022a. Disponível em: [Primeiro evento "Diálogos para uma bioeconomia inclusiva na Amazônia" ecoou vozes da economia verde da região - Hub de Bioeconomia Amazônica \(fas-amazonia.org\)](https://fas-amazonia.org.br/primeiro-evento-di%C3%A1logos-para-uma-bioeconomia-inclusiva-na-amaz%C3%B4nia-ecoou-vozes-da-economia-verde-da-regi%C3%A3o-hub-de-bioeconomia-amaz%C3%B4nica). Acesso em 10 jan. 2024.

DALMORO, Marlon; VENTURINI, Jonas Cardona; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. Marketing verde: responsabilidade social e ambiental integradas na envolvente de marketing. **RBGN: Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 11, n. 30, p. 38-52, 2009.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª ed. ed. São Paulo: 2018.

DICIONÁRIO AMBIENTAL. **O que é a Amazônia Legal**. ((o))eco. Rio de Janeiro, nov. 2024. Disponível em: [O, que é a Amazônia Legal - \(\(o\)\)eco \(oeco.org.br\)](https://oeco.org.br/o-que-%C3%A9-a-amaz%C3%B4nia-legal-((o))eco). Acesso em 8 jan 2024

HELD, T.M.R. **Mata Cavalo**: a luta pela terra e a violação do direito humano ao território quilombola. Tese de Doutorado. UFPA. Belém, 2017.

HELD, T.M.R.; BOTELHO, T.R. **A luta pelo território quilombola de Picadinha na perspectiva decolonial**. In: Direito socioambiental e a luta contra-hegemônica pela terra e território na América Latina. Liber ARS, São Paulo, 2020.

HUB DE BIOECONOMIA AMAZÔNICA. **Feira de ecoturismo e turismo de aventura na Amazônia apresentou oportunidades de crescimento para o setor na região**. FAS AMAZÔNIA, 2022a. Disponível em: [Feira de ecoturismo e turismo de aventura na Amazônia apresenta oportunidades de crescimento para o setor na região - Hub de Bioeconomia Amazônica \(fas-amazonia.org\)](https://fas-amazonia.org/pt-br/noticias/feira-de-ecoturismo-e-turismo-de-aventura-na-amazonia-apresenta-oportunidades-de-crescimento-para-o-setor-na-regiao). Acesso em 10 jan. 2024.

HUB DE BIOECONOMIA AMAZÔNICA. **Iniciativas de turismo de base comunitária são destaque de visita da Amazon Investor Coalition (AIC) ao Rio Negro**. FAS AMAZÔNIA, 2022b. Disponível em: [Iniciativas de turismo de base comunitária são destaque de visita da Amazon Investor Coalition \(AIC\) ao Rio Negro - Hub de Bioeconomia Amazônica \(fas-amazonia.org\)](https://fas-amazonia.org/pt-br/noticias/iniciativas-de-turismo-de-base-comunitaria-sao-destaque-de-visita-da-amazon-investor-coalition-aic-ao-rio-negro). Acesso em 10 jan. 2024.

HUB DE BIOECONOMIA AMAZÔNICA. **Segundo “Diálogos” pôs em pauta a necessidade de políticas públicas para estímulo da bioeconomia amazônica**. FAS AMAZÔNIA, 2022c. Disponível em: [Segundo "Diálogos" pôs em pauta a necessidade de políticas públicas para o estímulo da bioeconomia amazônica - Hub de Bioeconomia Amazônica \(fas-amazonia.org\)](https://fas-amazonia.org/pt-br/noticias/segundo-diálogos-pôs-em-pauta-a-necessidade-de-políticas-públicas-para-o-estímulo-da-bioeconomia-amazônica). Acesso em 10 jan. 2024.

HUB DE BIOECONOMIA AMAZÔNICA. **Terceira edição do ciclo “Diálogos” trouxe a importância da cooperação internacional para fomento da bioeconomia amazônica**. FAS AMAZÔNIA, 2022d. Disponível em: [Terceira edição do ciclo “Diálogos” trouxe a importância da cooperação internacional para fomento da bioeconomia amazônica - Hub de Bioeconomia Amazônica \(fas-amazonia.org\)](https://fas-amazonia.org/pt-br/noticias/terceira-edição-do-ciclo-diálogos-trouxe-a-importância-da-cooperação-internacional-para-fomento-da-bioeconomia-amazônica). Acesso em 10 jan. 2024.

HUB DE BIOECONOMIA AMAZÔNICA. **Empreendedorismo, cidades e povos tradicionais pautam participação do Hub de Bioeconomia Amazônica na Expo Amazônia**. FAS AMAZÔNIA, 2022e. Disponível em: [Empreendedorismo, cidades e povos tradicionais pautam participação do Hub de Bioeconomia Amazônica na Expo Amazônia - Hub de Bioeconomia Amazônica \(fas-amazonia.org\)](https://fas-amazonia.org/pt-br/noticias/empreendedorismo-cidades-e-povos-tradicionais-pautam-participação-do-hub-de-bioeconomia-amazônica-na-expo-amazonia). Acesso em 10 jan. 2024.

IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

IBGE. **História e Fotos de Costa Marques**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/costa-marques/historico>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

INCRA. **Regularização de território quilombola: perguntas & respostas**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Atualizado em 2017. Acesso em: 31 ago. 2023.

ISA. **Unidades de Conservação no Brasil**. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/mapa>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ISA. **Unidades de Conservação no Brasil**. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/mapa>>. Acesso em: 6 de set. 2023.

JUSTIÇA FEDERAL. **Justiça Federal homologa acordo histórico que regulamenta convívio entre Exército e comunidade quilombola**. Disponível em:

<https://portal.trf1.jus.br/sjro/comunicacao-social/imprensa/noticias/justica-federal-homologa-acordo-historico-que-regulamenta-convivio-entre-exercito-e-comunidade-quilombola.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

KRENAK, Ailton. **A Vida Não é Útil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. **Ciência e cultura**, v. 71, n. 1, p. 40-45, 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252019000100012&script=sci_arttext&tln. Acesso em: 08 jan. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Metodologia científica**. 7ª ed. Atlas. São Paulo: 2019.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2006.

LEONEL JUNIOR, Gladstone. **Direito à agroecologia**: a viabilidade e os entraves de uma prática agrícola sustentável. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

LOUREIRO, Carlos Frederico de. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**. Uma abordagem política. Editora Quartet. Rio de Janeiro, 2006.

MAGALHÃES, Aline Souza. **Economia de baixo carbono no Brasil**: alternativas de políticas e custos de redução de emissões de gases de efeito estufa. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/AMSA-9GXQ2U>. Acesso em 08 jan. 2024.

MATHIAS, F. NOVION, H. **As Encruzilhadas das Modernidades**: debates sobre biodiversidade, tecnociência e cultura. Instituto Socioambiental. São Paulo, 2006.

MAYUMI, K.; GOWDY, J. **Bieconomics and Sustainability**: Essays in Honor of Nicholas Georgescu-Roegen. [s.l.] Edward Elgar Pub, 1999.

MAZZA, M.C.M. et al. Projeto Conservabio: rede para geração do conhecimento na conservação e utilização sustentável dos recursos florestais não madeiráveis da Floresta Ombrófila Mista. **1º Seminário de Pesquisa da Floresta Nacional de Três Barras**, maio de 2009. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/105333/1/Projeto.pdf>. Acesso em 08 jan. 2024.

MEANTE, Raica Esteves Xavier; DÓRIA, Carolina Rodrigues da Costa. Caracterização da cadeia produtiva da piscicultura no estado de Rondônia: desenvolvimento e fatores limitantes. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v. 9, n. 4, p. 164-181, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/2617>. Acesso em 11 jan. 2024.

MINEV, D. **Dos eletrônicos aos biocosméticos**. Sustentabilidade. Página 22, 2020.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES (MCTI). Em parceria com o CNPq, Iniciativa Amazônia+10 lança a Chamada Expedições Científicas. **Gov BR**. 17 nov 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/em->

[parceria-com-o-cnpq-iniciativa-amazonia-10-lanca-a-chamada-expedicoes-cientificas](#). Acesso em 10 jan. 2024.

MOSS, G.; MOSS, M. **Guaporé**. Brasília: 2020.

NOGUEIRA, Deivisson Henrique Rodrigues; PILENGHY, Marlene Muniz Oliveira. Viabilidade econômica da construção de armazenadora para castanha do Brasil em uma comunidade indígena. **Fórum Rondoniense de Pesquisa**, v. 3, n. 8º, 2022. Disponível em: <https://periodicos.saolucasjiparana.edu.br/foruns/article/view/607>. Acesso em 11 jan. 2024.

NORONHA, M. C. DE. **Arranjos produtivos e estratégias para o aproveitamento sustentável da biodiversidade no estado do Amazonas**. Tese ed. Manaus: UFAM, 2018..

O'DWYER.E.C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2002.

O'DWYER. E.C. **Os quilombos e as fronteiras da Antropologia**. In: Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. (2 sem. 2005). EdUFF. Niterói: 2005.

O'DWYER.E.C **Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento**.Tomo. n.11. São Cristóvão. jul/dez. 2007.

PEDLOWSKI, M.; DALE, V.; MATRICARDI, E.. A criação de áreas protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia. **Ambiente & Sociedade**, n. 5, p. 93–107, jul. 1999.

PIQUET, R. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. 1ª Edição. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1998.

PINHEIRO, L; SOARES, V. **Retrato das Desigualdades**. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. São Paulo, 2018.

PNUMA. **Brasil possui entre 15% e 20% da diversidade biológica mundial**. Disponível em: [Pnuma: Brasil possui entre 15% e 20% da diversidade biológica mundial | ONU News](#). Acesso em 8 jan. 2024.

RAGO, G.D. **O hambúrguer amazônico: como gerar renda sustentável com ingredientes da floresta**. Entrevista de Patrícia Travassos. Inovar é um Parto, 2023. Disponível em: [O hambúrguer amazônico: como gerar renda sustentável com ingredientes da floresta - Inovar é um Parto \(inovareumparto.com.br\)](#). Acesso em 10 jan. 2024.

RONDÔNIA, G. DO E. DE. **Costa Marques completa 38 anos de instalação, patrono estudou a região desde 1898**. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/costa-marques-completa-38-anos-de-instalacao-patrono-estudou-a-regiao-desde-1898/>>. Acesso em: 31 mar. 2023.

RONDÔNIA AO VIVO. INVASORES: Sedam e ICMBio fazem catalogação de pirarucu no Vale do Guaporé. **Rondonia ao vivo**, set. 2023. Disponível em: <https://rondoniaovivo.com/noticia/interior/2023/09/13/invasores-sedam-e-icmbio-fazem-catalogacao-de-pirarucu-no-vale-do-guapore.html>. Acesso em 09 jan. 2024.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Editora Garamond. Rio de Janeiro, 2008.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

SALES, C.R.L.; MATHIS, A.A. **Desemprego e qualificação profissional na região de Carajás-Pará**. Argumentum. v. 7, n.1, jan.jul, Vitória, 2015, p.184-201

SANTOS, Anderlany Aragão dos. et al. Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 669-698, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5999/599968687007/599968687007.pdf>. Acesso em 10 jan. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora, 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

SANTILLI, J. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. In: **As Encruzilhadas das Modernidades: debates sobre biodiversidade, tecnociência e cultura**. Instituto Socioambiental. São Paulo, 2006.

SÃO PEDRO FILHO, Flávio de. Paradigmas e perspectivas estratégicas para o ecoturismo indígena em Rondônia, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 13, núm. 2, agosto, 2013, pp. 227-252. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115428165006.pdf>. Acesso em 11 jan. 2024.

SARRETA, Cátia Rejane Liczbinski; CRESCENTE, Lúcia Ottonelli. Desenvolvimento endógeno. In: **ICTR 2004–Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável**. 2004. Disponível em: <https://www.ipen.br/biblioteca/cd/ictr/2004/ARQUIVOS%20PDF/11/11-011.pdf>. Acesso em 10 jan. 2024.

SERRANO, L.R. **Um desafio disruptivo para a engenharia brasileira**. Especial Amazônia. Jornal USP, São Paulo, 2021.

SCHENBERG, Ana Clara Guerrini. Biotecnologia e desenvolvimento sustentável. **Estudos avançados**, v. 24, p. 07-17, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3RNnxCZQTvWPQZ5kYYnKp6C/?lang=pt>. Acesso em 08 jan. 2024.

SILVA, G. M. DA. Vencer o racismo institucional: desafios da implementação das políticas públicas para comunidades quilombolas. In: **Caderno de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. UEA Edição ed. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: [s.n.]. p. 317–350.

SILVA, Jose Willians Simplicio. A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM RONDÔNIA, UMA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA POPULAR EM ROLIM DE MOURA DO GUAPORÉ (1834-2014). **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 14, 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/853>. Acesso em 11 jan. 2024.

SILVA, M.F.O; PEREIRA, F; MARTINS, J.V.B. **A bioeconomia brasileira em números.** Bioeconomia. BNDES Setorial 47, Mar. 2018, p. 277-323.

SOUZA, M. **História da Amazônia:** do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. 1ª ed. ed. Record. Rio de Janeiro: 2019.

UETELA, M.A. **Conhecimento Tradicional/Nativo, Medicina Tradicional e Direitos Humanos:** Analisando dois contextos - Braisl e Moçambique. In: As Encruzilhadas das Modernidades: debates sobre biodiversidade, tecnociência e cultura. Instituto Socioambiental. São Paulo, 2006.

UP COMUNICAÇÃO. **Manioca Brasil e-commerce favorece acesso a produtos sustentáveis da Amazônia, mas desafios vão além da logística.** Hub de Bioeconomia Amazônica. FAS Amazônia. Estado de São Paulo. 2023a. Disponível em: [MANIOCA BRASIL - E-commerce favorece acesso a produtos sustentáveis da Amazônia, mas desafios vão além da logística - Hub de Bioeconomia Amazônica \(fas-amazonia.org\)](https://fas-amazonia.org/manioca-brasil-e-commerce-favorece-acesso-a-produtos-sustentaveis-da-amazonia-mas-desafios-va-alem-da-logistica). Acesso em 10 jan. 2024.

UP COMUNICAÇÃO. **Pesquisa analisa cinco cadeias produtivas da Amazônia e identifica lacunas para o desenvolvimento da bioeconomia da região.** Instituto Terroá. Hub de Bioeconomia Amazônica. FAS Amazônia. 2023b. Disponível em: [INSTITUTO TERROÁ - Pesquisa analisa cinco cadeias produtivas da Amazônia e identifica lacunas para o desenvolvimento da bioeconomia regional - Hub de Bioeconomia Amazônica \(fas-amazonia.org\)](https://fas-amazonia.org/terroa-pesquisa-analisa-cinco-cadeias-produtivas-da-amazonia-e-identifica-lacunas-para-o-desenvolvimento-da-bioeconomia-regional). Acesso em 10 jan. 2024

UP COMUNICAÇÃO. **“Para a Amazônia não existe mais o amanhã, o futuro é agora”, ambientalista traz à tona invisibilidade das populações tradicionais.** Hub de Bioeconomia Amazônica. FAS Amazônia. 2023c. Disponível em: [‘Para a Amazônia não existe mais o amanhã, o futuro é agora’, ambientalista traz à tona invisibilidade das populações tradicionais - Hub de Bioeconomia Amazônica \(fas-amazonia.org\)](https://fas-amazonia.org/para-a-amazonia-nao-existe-mais-o-amanha-o-futuro-e-agora-ambientalista-traz-a-tons-invisibilidade-das-populacoes-tradicionais). Acesso em 10 jan. 2024.

UP COMUNICAÇÃO. **Hub de Bioeconomia Amazônica apresentou soluções para uma economia verde em comunidades amazônicas.** Hub de Bioeconomia Amazônica. FAS Amazônia. 2023d. Disponível em: [Hub de Bioeconomia Amazônia apresenta soluções para uma economia verde em comunidades amazônicas - Hub de Bioeconomia Amazônica \(fas-amazonia.org\)](https://fas-amazonia.org/hub-de-bioeconomia-amazonica-apresenta-solucoes-para-uma-economia-verde-em-comunidades-amazonicas). Acesso em 10 jan. 2024.

VALE. **Futuro da Amazônia passa por desenvolvimento de novas economias e proteção às florestas.** Conteúdo de Marca. Transformando o Amanhã Juntos. Globo. 2023. Disponível em: [Futuro da Amazônia passa por desenvolvimento de novas economias e proteção às florestas \(globo.com\)](https://globo.com/futuro-da-amazonia-passa-por-desenvolvimento-de-novas-economias-e-protecao-as-florestas). Acesso em 10 jan. 2024.